



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THAYONARA MARINA DA SILVA SANTOS

**Políticas de morte e Tecnologias de Sobrevivência: Estudo socioantropológico sobre o
contexto pandêmico em territórios quilombolas da Paraíba, Brasil**

João Pessoa – PB
2022

THAYONARA MARINA DA SILVA SANTOS

Políticas de morte e Tecnologias de Sobrevivência: Estudo socioantropológico sobre o contexto pandêmico em territórios quilombolas da Paraíba, Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ednalva Maciel Neves

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia dos Santos Pinheiro

João Pessoa – PB
2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237p Santos, Thayonara Marina da Silva.

Políticas de morte e tecnologias de sobrevivência : estudo socioantropológico sobre o contexto pandêmico em territórios quilombolas da Paraíba, Brasil / Thayonara Marina da Silva Santos. - João Pessoa, 2022.
111 f. : il.

Orientação: Ednalva Maciel Neves.

Coorientação: Patrícia dos Santos Pinheiro.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Quilombos - Covid-19. 2. Agentes comunitárias - Saúde. 3. Tecnologias de sobrevivência. I. Neves, Ednalva Maciel. II. Pinheiro, Patrícia dos Santos. III. Título.

UFPB/BC

CDU 572:614.4(043)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 25/2022 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 30 de Novembro de 2022

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR
A ALUNA THAYONARA MARINA DA SILVA SANTOS.**

Aos 21 dias do mês de novembro de 2022, às 14 horas, por videoconferência <https://meet.google.com/yhi-ynfj-aos> realizou-se a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada: **"Políticas de morte e Tecnologias de Sobrevivência: Estudo socioantropológico sobre o contexto pandêmico em territórios quilombolas da Paraíba"**, apresentada pela discente **Thayonara Marina da Silva Santos**, estando a Comissão Examinadora composta pelas docentes: Ednalva Maciel Neves (PPGS/UFPB - Orientadora), Marina Moguillansky (PPGS/UFPB), Patrícia dos Santos Pinheiro (PPGA/UFPB) e Carolina dos Anjos de Borba (PPMADE-PPGE/UFPR). Dando início aos trabalhos, a professora Ednalva Maciel Neves, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou as demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra à defendente para expor uma síntese de sua Dissertação que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrado os trabalhos de arguição, as examinadoras deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito de APROVADA. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de MESTRE EM SOCIOLOGIA.

(Assinado digitalmente em 30/11/2022 13:38)
EDNALVA MACIEL NEVES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1177988

(Assinado digitalmente em 30/11/2022 13:05)
MARINA MOGUILLANSKY
PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - VISITANTE
Matrícula: 1889290

Processo Associado: 23074.110178/2022-54

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 25, ano: 2022, documento (espécie): ATA, data de emissão: 30/11/2022 e o código de verificação: 91dd404d31

Agradecimentos

À minha mãe, Ana Lúcia, que é minha força vital e meu maior exemplo de persistência. À minha irmã Thaisy, que sempre me inspirou e nunca deixou de me apoiar integralmente. Ao meu avô Cícero, por todo carinho, pelas orações e intenções positivas direcionadas a nossa família. Com vocês aprendo constantemente as muitas dimensões do amor acolhedor, festivo e sem medidas. À Fábio Hermano, por todo apoio e cuidado, pelo nosso elo forte e por ser a paz nas minhas guerras. As amigas, pela troca de ideias, acolhimento e pelos intervalos de alívio, que na correria cotidiana não foram tantos, mas fundamentais. A Renato e Allan, pelo compartilhamento de sonhos e desabafos diários que tornaram mais leve a minha rotina de trabalho no Censo Demográfico 2022 e a finalização desta pesquisa. À Nádja Silva, pesquisadora e amiga, por nossa parceria acadêmica das antigas, por nossas trocas e nosso pacto na vida.

Aos projetos de pesquisa *Práticas e conhecimentos quilombolas na Paraíba e no Rio Grande do Sul: experimentações de extensão, ensino e pesquisa etnográfica com materiais sensíveis* e de extensão, *Histórias de Quilombo*, por me abrirem novos caminhos e proporcionar experiências únicas e valiosas, através deles, conheci pessoas afetuosas e receptivas que marcaram minha trajetória e que compartilharam comigo suas memórias, sabedorias e a abundância de suas comunidades. Agradeço profundamente aos quilombos de Mituaçu e Santa Tereza, territórios onde aprendi tanto e pretendo continuar aprendendo.

Ao projeto *Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social*, vulgo *Antropo-Covid*, por proporcionar a construção e finalização desta pesquisa e pelas redes de apoio que dele surgiram, a saber, o *Covid-Queridas*, grupo de estudos/apoio/desabafos, composto pela professora Ednalva Neves e suas orientandas da pós-graduação em Sociologia e Antropologia. À Abayomi, coletivo de mulheres negras feministas da Paraíba e especialmente à Durvalina, pelo acolhimento e apoio social durante esta caminhada.

À Ednalva Neves, por acreditar em mim e fazer o possível para me incentivar a continuar, apesar das dificuldades, me encorajando a não desistir. À Patrícia Pinheiro, por ser mentora, amiga e inspiração, por todo o suporte acadêmico, por me ensinar que a defesa e a prática de uma ciência em compromisso com a transformação de um mundo mais digno, vale a pena. Graças à colaboração de vocês consegui caminhar até aqui.

Às minhas interlocutoras, D.Francisca Fernandes, Mônica, Marinalda, mulheres quilombolas cheias de vigor e compromisso com seus territórios e a Rosa Helena, pela confiança em dividir suas experiências pessoais, desafios e injustiças em torno da profissão de Agente Comunitária de Saúde. Esta pesquisa só foi possível a partir da parceria e colaboração de todas vocês, agradeço imensamente.

Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas, demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo.

Silvio Almeida

A todas as mulheres negras vítimas letais da COVID-19 e das políticas de morte do
Estado brasileiro; Em memória de Ivan Sales Júnior.

RESUMO: Esta pesquisa apresenta um estudo socioantropológico dos impactos provocados pela pandemia da Covid-19 em quilombos do estado da Paraíba. Na interface das políticas de morte, direcionadas à população negra no Brasil, foram mapeadas algumas ações de cuidado, as quais chamaremos de Tecnologias de Sobrevivência, que transitam na contramão das violências e precariedades, perceptíveis na realidade em que os quilombos estão inseridos. Priorizando narrativas de moradoras quilombolas e profissionais da saúde, sobre os desafios, cuidados e outras estratégias de vida encaminhadas, sobretudo, por mulheres atuantes em territórios quilombolas do Alto Sertão e Litoral Sul da Paraíba. A investigação foi realizada a partir de entrevistas e observações durante conversas informais em distintos momentos do trabalho de campo híbrido - presencial e remoto -, assim como a pesquisa de dados secundários partilhados em ambientes virtuais, compreendendo a igual relevância da circulação destas experiências e narrativas publicizadas, sobretudo no contexto de distanciamento social. O acionamento de práticas de cuidado e estratégias autônomas, ações terapêuticas e tecnologias de sobrevivência diversas, amplamente direcionadas, foram apresentadas enquanto respostas emergenciais e eficientes à crise pandêmica vigente, considerando a má administração pública no Brasil em relação à contenção de seus impactos.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombos; Covid-19; Agentes Comunitárias de Saúde; Tecnologias de Sobrevivência; Políticas de morte

RESUMEN: Esta investigación presenta un estudio socio-antropológico de los impactos causados por la pandemia de Covid-19 en los quilombos del estado de Paraíba. En la interfaz de las políticas de muerte, dirigidas a la población negra en Brasil, fueron mapeadas algunas acciones de cuidado, que llamaremos Tecnologías de Supervivencia, que van contra la violencia y la precariedad, perceptibles en la realidad en que están insertos los quilombos. Priorizando narrativas de residentes quilombolas y profesionales de la salud, sobre los desafíos, cuidados y otras estrategias de vida transmitidas, sobre todo, por mujeres que trabajan en territorios quilombolas de Alto Sertão y Litoral Sul da Paraíba, la investigación se realizó a partir de entrevistas y observaciones durante conversaciones informales. en diferentes momentos del trabajo de campo híbrido -presencial y remoto-, así como la búsqueda de datos secundarios compartidos en entornos virtuales, entendiendo la igual relevancia de la circulación de estas experiencias y narrativas publicitadas, especialmente en el contexto de las redes sociales. distanciamiento La activación de prácticas de cuidado y estrategias autónomas, acciones terapéuticas y diversas tecnologías de sobrevivencia ampliamente focalizadas fueron presentadas como respuestas de emergencia y eficientes a la actual crisis pandémica, considerando la deficiente gestión pública en Brasil en relación a contener sus impactos.

PALABRAS CLAVE: Quilombos; COVID-19; Agentes de salud comunitarios; Tecnologías de supervivencia; políticas de muerte

Lista de abreviaturas e siglas

AACADE - Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ACS - Agente Comunitária de Saúde

APS - Atenção Primária à Saúde

CFA - Populações do Campo, Floresta e Águas

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombola

COVID-19 - Coronavírus Disease 2019

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas DNOCS

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOCS - Inspetoria de Obras contra as Secas

MME - Mapa Municipal Estatístico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)

PCT - Povos e Comunidades Tradicionais

PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

RNA - Ribonucleic Acid

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Demarcação

UBS - Unidade Básica de Saúde

UDR - União Democrática Ruralista

UNB - Universidade de Brasília

Lista de Figuras

Figura 1 - Debate Comunidades Quilombolas, Pandemia e Luta por direitos.

Figura 2: Mapa da Paraíba com a localização do município de Coremas.

Figura 3: Mapa da Paraíba com a localização do município de Conde.

Figura 4: Mapa Municipal Estatístico (MME) de Conde.

Figura 5: Mapa do município de Conde, com destaque para zonas rurais, Cartilha para Consulta Pública da Lei de Zoneamento, Prefeitura Municipal de Conde, Paraíba.

Figura 6: Mapa Municipal de Coremas com imagem de fundo Bing map.

Figura 7: Mapa Municipal Estatístico (MME) de Coremas.

zonas territoriais da comunidade quilombola de Barreiras.

Figura 8: Localização do sistema hídrico Coremas-Mãe D'Água e da Comunidade Quilombola Santa Tereza.

Figuras 9 e 10: Captura de tela do Perfil pessoal do Deputado Hélio Lopes na rede social Twitter.

Figuras 11 e 12: Fragmentos do Boletim de Eugenia de Julho de 1931, ano 3, Nº 31 - Rio de Janeiro.

Figuras 13 e 14: Fragmentos do Boletim de Eugenia de Junho de 1931, ano 3, Nº 30 - Rio de Janeiro.

Figura 15: Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs)

Figura 16: D. Penha retirando a casca do tronco do cajueiro roxo em seu quintal - Mituaçu, 2018.

Figuras 17 e 18: Conteúdo da Coleção Botânica de Mituaçu

Figuras 19 e 20: Exposição realizada na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia

Figura 21: Cartilha didática “Aprendendo com os quilombos de Coremas sobre saberes quilombolas do Alto Sertão da Paraíba”, município de Coremas. Produção Unequico, Histórias de Quilombo, Observatório Antropológico, Unila com do Instituto Phi, 2021.

Sumário

Introdução	14
1. Criatividades e reprodução da vida: A chegada do vírus	19
1.1 Entre distanciamentos e aproximações, a condução da pesquisa no olho do furacão	19
1.2 Além do físico, outros espaços de possibilidade: Pesquisando narrativas quilombolas no âmbito virtual	24
1.3 Do Litoral ao Sertão: Os quilombos de Mituaçu e Santa Tereza	27
2. Políticas de morte e a resistência quilombola incessante	39
2.1 Colonialidade e o estado de guerra permanente	39
2.2 O dispositivo de racialidade e as políticas de morte no Brasil: “E daí?”	47
2.3 Movimento político quilombola: a articulação nacional pela garantia de direitos durante a pandemia	57
3. “Estamos aqui na luta, os trabalhos continuam” - Desafios e cuidados no âmbito comunitário	62
3.1 No front da Atenção Básica: (in)visibilidades em torno das Agentes Comunitárias de Saúde	62
3.3 A experiência pandêmica em Santa Tereza na perspectiva de uma ACS	73
3.4 Apontamentos sobre cuidado e saúde da população negra na Atenção Básica	76
4. Na conjuntura da crise, respostas emergenciais	85
4.1 Das Tecnologias de Sobrevivência	85
4.2 Ancestralidade negra na produção de tecnologias de sobrevivência	87
4.3 As Tecnologias de Sobrevivência em territórios quilombolas	91
Considerações finais	102
Referências	105

Introdução

O presente trabalho foi motivado desde a experiência em projetos de pesquisa e extensão¹ na comunidade quilombola de Mituaçu, localizada no município de Conde, na Paraíba, onde alguns trabalhos como oficinas, artigos, exposições, eventos, materiais imagéticos e sensíveis em coleções diversas, foram desenvolvidos em consonância com as práticas e saberes quilombolas locais, todos elaborados a muitas mãos. Neste propósito, redes de colaboração e afeto foram tecidas entre a comunidade e a equipe da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A partir destas relações, acessamos casas, quintais e espaços públicos, como a escola, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a Rádio comunitária de Mituaçu.

As estratégias de cuidado quilombola foram elementos mirados desde àquela experiência em campo, que comunicaram a demanda de análise e respostas efetivas, e que em alguma medida, foram discutidas no trabalho de conclusão de curso que desenvolvi entre 2018 e 2019, com maior ênfase na atuação contextualizada das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) e o compromisso da equipe da Unidade Básica de Saúde com Mituaçu², apesar dos inúmeros desafios sistêmicos e cotidianos revelados.

Diferente de Mituaçu, as relações que foram estabelecidas no município de Coremas, alto sertão paraibano, com profissionais e moradoras das comunidades quilombolas de Santa Tereza e Mãe D'água, foram possíveis a partir da oportunidade em acompanhar duas antropólogas da mesma equipe de trabalho da UFPB, Patrícia Pinheiro e Aline Paixão, durante uma viagem em julho de 2021, que tinha por objetivo principal dar continuidade a construção do laudo antropológico³, um dos estudos que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), para obtenção do título definitivo do território quilombola de Santa Tereza.

Ademais, essa pesquisa é realizada no âmbito do projeto nacional *Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e*

¹ Projeto de Pesquisa CNPq/UFPB/UFPel - Práticas e conhecimentos quilombolas na Paraíba e no Rio Grande do Sul: experimentações de extensão, ensino e pesquisa etnográfica com materiais sensíveis - coord. Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB), em vigor desde 2019 e Projeto de Extensão PPGA/UFPB - Histórias de Quilombo: Grafias, afetos e artesanato na comunidade quilombola de Mituaçu - coord. Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB) e Aina Azevedo (PPGA/UFPB), em vigor desde 2017.

² “A qualidade somos nós”: Considerações sobre cuidado na atuação das Agentes Comunitárias de Saúde em Mituaçu, Conde - PB. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17432>.

³ O laudo foi doado à comunidade e entregue ao Incra em abril de 2022.

*precariedade social*⁴, e dá seguimento às investigações iniciais, que versaram sobre as práticas de cuidado quilombolas, compreendendo as modificações específicas ao contexto atual da crise sanitária global da COVID-19, causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), seguindo um dos eixos do projeto, que é a análise dos impactos e respostas locais à pandemia. Neste cenário de crise, inúmeras modificações atravessam não somente a saúde destas populações, como também marcam o surgimento de outros conflitos e sociabilidades, sobretudo nos espaços compartilhados e de encontros nos territórios, onde os corpos que agora também apresentam perigo, pela possibilidade do contágio, precisaram manter-se distantes para o benefício coletivo.

A presente pesquisa tem por objetivo geral a investigação dos impactos da pandemia da Covid-19 em quilombos do Nordeste, especificamente na Paraíba, na interface das políticas de morte dos primeiros anos do governo Bolsonaro, mapeando os impactos de algumas das muitas ações comunitárias encaminhadas por mulheres profissionais da saúde e outras agentes de cuidado, que vão na contramão das violências e precariedades das crises atuais. Investigar de que maneira as comunidades quilombolas têm enfrentado a pandemia em seus territórios diante das políticas de morte é o principal problema desta pesquisa. Tendo como hipótese o potencial criativo das comunidades quilombolas na produção de respostas eficazes em função da vida, em circunstâncias e contextos de emergência, as quais chamo de Tecnologias de Sobrevivência, analiso estas tecnologias geridas pelas comunidades quilombolas, isto é, as intervenções não farmacológicas, práticas terapêuticas oriundas de conhecimentos tradicionais e ainda outras ações e cuidados, tendo como fonte primária a experiência de moradoras quilombolas responsáveis por estas estratégias.

Por conseguinte, considerando os desafios que foram evidenciados nesta experiência, a pesquisa traz uma análise da reprodução da vida durante a pandemia nos territórios quilombolas a partir de uma outra perspectiva, a da atenção básica, tendo como fio condutor a narrativa e as experiências de três Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) do estado da Paraíba, sendo duas de Mituaçu, em Conde, ambas quilombolas e uma de Santa Tereza, em Coremas, reparando as distinções que os vínculos empregatício e de pertencimento ou não aos quilombos possibilitam e impactam na atuação destas profissionais. Outrossim, considerando ainda a tradição secular de violações e morosidade presente na política brasileira, que as comunidades tradicionais⁵ conhecem de perto e de muitas maneiras,

⁴ O projeto compreende seis universidades do Brasil (UFPB, UnB, UFSC, UFAM, UFPA e Unicentro/PR) e é coordenado pela professora Sônia Weidner Maluf (UFPB/UFSC).

⁵ De acordo com Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007: “[...] grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais

sobretudo quando se trata da efetivação dos direitos desta população, este trabalho investiga as manifestações locais destas violências no estado da Paraíba na produção e manutenção de políticas produtoras da morte.

As reflexões propostas nesta pesquisa acionam conceitos que revelam-se fundamentais na articulação e discussão dos dados empíricos construídos, tais como o de dispositivo de racialidade (CARNEIRO, 2005) mecanismo que aglutina uma gama de elementos discursivos e subjetivos orquestrados contra a população negra. Além disso, compreendemos que, através do legado colonial, bem como a influência da herança ideológica da virada do século XIX para o XX, com destaque para a Escola de Medicina da Bahia, apoiada no pensamento Eugenista e, posteriormente, a defesa de uma identidade nacional na produção literária e sociológica brasileira, a construção do mito da democracia racial (NASCIMENTO, 2016), tem sua sintomática latente na sociedade contemporânea, analisando, especificamente, sua fixidez nas instâncias do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por outro lado, propomos um olhar analítico diante das Tecnologias de Sobrevivência, isto é, das alternativas emergenciais acionadas nos quilombos, para a prevenção, o alívio de sintomas e dinâmicas de cuidado antes, durante e depois da multicrise agravada pela Covid-19, que revisitam memórias ancestrais e tecem também outras práticas de reprodução da vida nos cenários de crise, dirimindo os males do presente. Sabendo que esta discussão não se encerra aqui, o esforço interpretativo do agenciamento quilombola na produção de respostas emergenciais, aqui compreendido como Tecnologias de Sobrevivência, é mais uma das múltiplas perspectivas de análise possíveis diante das estratégias de vida elaboradas por comunidades negras.

Para tanto, as fontes primárias desta pesquisa serão as entrevistas, realizadas em campo presencial e remotamente através do Whatsapp, com mulheres que nasceram, moram ou atuam profissionalmente em três quilombos: Santa Tereza e Mãe D'água, localizados no alto sertão da Paraíba e Mituaçu, situada no litoral do mesmo estado. As narrativas de outros territórios quilombolas, compartilhadas em plataformas de domínio público e em encontros virtuais, também serão fontes fundamentais deste trabalho, na compreensão da igual relevância no tocante da circulação destas experiências publicizadas, sobretudo no contexto de distanciamento social.

Considerando a proporção da crise sanitária, as orientações públicas de proteção aos

como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (Brasil, 2007)”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 17 de set. de 2021.

territórios quilombolas, em relação às visitas externas e as prescrições do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que estabeleceu normas de distanciamento social em função da propagação da Covid-19⁶, a pesquisa foi inicialmente realizada através da análise e coleta de dados na modalidade virtual, em plataformas, observatórios, documentos oficiais e acervos digitais, assim como eventos *online* com a participação de representantes quilombolas, membros da Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e outras organizações. A princípio as entrevistas com roteiros semi estruturados foram realizadas de maneira remota e posteriormente, após o período de imunização nas comunidades, houveram dois encontros presenciais, um no município de Conde e outro em Coremas, com moradoras quilombolas e profissionais de saúde atuantes nos territórios já mencionados.

Adiante, a partir da conjuntura das crises acentuadas pela pandemia da Covid-19, serão pontuados os afetamentos que a pesquisa sofreu neste percurso marcado por aflições e incertezas, discutindo o trânsito entre os âmbitos físicos e virtuais. Posteriormente, no movimento de reconhecer estruturas sociais consolidadas no presente, com a finalidade de trazer à tona o legado colonial no Brasil, trago uma análise de macroacontecimentos, para o alcance de continuidades e transformações temporais em microrrealidades específicas, retomando a discussão sobre o cenário permanente de violações, sobretudo nos quilombos.

Tratando da noção de guerra permanente (GUMIERO, 2020), que reitera as relações combativas e de dominação históricas no contexto contemporâneo, criando novas guerras, inerentes à sociedade capitalista, a construção deste trabalho será apoiada nas epistemologias do sul global (SANTOS, 2019) compreendendo, dessa maneira, a experiência e o pensamento crítico, daqueles que estiveram em posição de desvantagem nas relações de opressão e dominação, como critério de significado (COLLINS, 2019). Adiante, serão destacadas algumas políticas de morte executadas durante a gestão política do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) enfatizando os impactos que estas causaram à humanidade e especificamente às comunidades quilombolas do país.

Na sequência, discuto o contexto de enfrentamento à pandemia da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e os impactos nos territórios quilombolas, analisando o relato de experiência de ACS que atuam em Mituaçu e Santa Tereza, sobre o cotidiano dos cuidados nos territórios após a chegada do vírus, incluindo as problemáticas em torno da

⁶“[...] Nota Pública, de 13 de abril de 2020, na qual o CNS defende a necessidade de manutenção do isolamento (ou distanciamento) social como método mais eficaz na prevenção à pandemia, conforme orientam a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) para a preservação da vida da população brasileira” Disponível em: <https://bit.ly.com/H409r>

profissão e dos corpos-pessoa que a ocupam. Analisaremos, ainda, a conjuntura da saúde da população negra na Atenção Primária à Saúde (APS), discutindo a elasticidade do conceito de cuidado.

Por fim, a partir de relatos de mulheres quilombolas, compartilhados em plataformas públicas na internet, assim como o de D. Francisca, parteira e artesã quilombola nascida no antigo povoado do Navio, um dos principais territórios que deu origem às comunidades quilombolas de Coremas, trataremos das Tecnologias de Sobrevivência, isto é, das respostas emergenciais elaboradas nos quilombos, para a prevenção, o alívio de sintomas e dinâmicas de cuidado antes, durante e depois da Covid-19, que revisitam memórias ancestrais e tecem outras práticas de reprodução da vida nos cenários de crise, dirimindo os males do presente.

1. Criatividades e reprodução da vida: A chegada do vírus

Neste capítulo descrevo os impactos causados pela experiência de viver e pesquisar durante uma pandemia global, assim como os distintos momentos e processos desta pesquisa, discutindo as experimentações e a necessidade de acionar criatividades e adaptações para a execução da pesquisa, narro o percurso deste trabalho realizado entre as possibilidades do virtual e o presencial.

Apresento ainda dois territórios quilombolas que são os principais campos desta pesquisa, Santa Tereza, no Alto Sertão do estado da Paraíba e Mituaçu, no Litoral Sul do mesmo estado, destacando as particularidades de cada um, suas localizações nos respectivos municípios, Coremas e Conde, descrevendo a formação histórica das comunidades e a aproximação da pesquisadora com os campos.

1.1 Entre distanciamentos e aproximações, a condução da pesquisa no olho do furacão

A crise sanitária global causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), tomou proporções gigantescas em uma escala consideravelmente curta de tempo. Em 31 de dezembro de 2019, o noticiário estava centrado na China. Neste dia, 27 pessoas em Wuhan foram diagnosticadas com uma espécie de pneumonia viral até então desconhecida. Em 30 de Janeiro de 2020, a China já registrava 7.711 casos da nova doença e 170 mortes. Em um curto período de tempo, menos de um mês da disseminação viral, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência internacional⁷. Pouco mais de um ano depois, o Brasil supera a média mundial de mortes diárias por Covid-19⁸, até o dia 6 de abril de 2021, foram registrados 336.947 óbitos por Covid-19⁹. Analisando a situação em que se encontrava o globo naquele momento, podemos afirmar que a crise causada pelo vírus e pela ausência e má administração das políticas de emergência, nacionais e internacionais, resultaram em milhões de mortes, perdas irreparáveis que dados estatísticos jamais serão capazes de comunicar a gravidade e o impacto sentimental causado na população mundial.

⁷ Dados disponíveis na plataforma Covid Reference. Disponível em: https://covidreference.com/timeline_pt. Acesso em: 12 de Out. de 2021.

⁸#Colabora: Diário da Covid-19: ritmo de casos no Brasil supera a média mundial. Disponível em: <https://projetcobolabora.com.br/ods3/diario-da-covid-19-ritmo-de-casos-no-brasil-supera-a-media-mundial/>. Acesso em: 10 de Out. de 2021.

⁹El País: Brasil registra recorde de 4.195 novas mortes por covid-19 e prenuncia abril “trágico”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-06/brasil-registra-recorde-de-4195-novas-mortes-por-covid-19-e-prenuncia-abril-tragico.html?prm=copy_link. Acesso em: 14 de Out. de 2021. É necessário ressaltar que este número contabiliza apenas os casos de alcance público, notificados às Secretarias municipais e ao Ministério da Saúde.

Em abril de 2021, após queixar-me de sintomas suspeitos e da testagem positiva de colegas de trabalho, realizei poucos dias depois um exame RT-PCR por Swab, daqueles invasivos que, caso haja a presença no organismo, detectam o material genético do vírus (RNA)¹⁰ ainda na fase inicial de contágio, a partir da mucosa nasal coletada. Recebi o diagnóstico de infecção por Covid-19 e junto a minha mãe, irmã e avó, iniciamos a fase de cuidados e isolamento preventivo. Neste período, além do noticiário caótico que tomava completamente todos os canais comunicativos e a perda de pessoas próximas em função da nova doença, que também nos acometia, nos encontrávamos aflitas.

As preocupações relativas ao estado de saúde de pessoas tão próximas a mim, a sobrecarga de autocuidado e o cuidado com minhas parentes, felizmente realizado em casa, somavam-se à ansiedade em retornar ao trabalho presencial, nossa principal fonte de renda, e às incertezas de permanência no mestrado junto aos prazos que precisava cumprir, mesmo em situação de adoecimento. Além disso, as tentativas de projetar como seria o desenvolvimento da pesquisa em um contexto completamente imprevisível, me causava ainda mais ansiedades.

Os desafios foram maiores do que eu poderia imaginar e, naquele momento, foi impossível não pensar em desistir. Sendo parte do percurso e da conjuntura na qual nasce a pesquisa, me parece importante destacar aqui os sentimentos que durante aquele período, me invadiram e me habitaram por muito tempo. Junto aos sintomas físicos de um corpo adoecido, o medo, a culpa, a angústia e as incertezas ocuparam um lugar considerável na minha experiência enquanto sujeita deste contexto.

Assumir a difícil tarefa de pesquisar sobre e durante as catástrofes ocasionadas pela má administração da contenção do vírus, no olho do furacão, acompanhar o máximo de notícias, orientações e boletins diários, consistiu em uma tarefa com uma dimensão de dupla utilidade e dificuldade: primeiro, o trabalho de manter-se informada, a partir das orientações fundamentais à própria sobrevivência, dada a circulação planetária do vírus e depois, o trabalho de investigação em tempo hábil que a construção da pesquisa demanda.

Com a chegada do vírus e sem a possibilidade de realizar pesquisa de campo presencial, acompanhava via internet as narrativas e relatos das comunidades nas redes sociais, em fóruns, canais de divulgação, plataformas de vídeo e também o monitoramento dos dados epidemiológicos inteiramente articulados por apoiadores e representantes comunitários quilombolas de diferentes estados do Brasil. Dada a ambiguidade desses espaços virtuais, em razão de seus alcances e limitações, me sentia pouco ou nada confortável

¹⁰ Ribonucleic acid ou Ácido ribonucleico

com a ideia de seguir por este caminho. Entretanto, ao mesmo tempo em que pensar sobre esta possibilidade me provocava incômodos, eu não só tinha aceitado o desafio, como já estava nele desde o início.

Neste percurso, o caminho investigativo foi trilhado conforme as circunstâncias da pesquisa, onde costuras e combinações metodológicas (BECKER, 1993) a edificaram a partir dos contextos, impedimentos e marcos temporais em que ela foi concebida. Sem esquecer, também, das parcerias científicas sólidas que viabilizaram e proporcionaram a abertura dos caminhos para acessar espaços, conhecer pessoas e construir coletivamente esta pesquisa que, apesar de ambientada em um cenário de completo caos, foi concluída com a colaboração de muitas pessoas.

Desde o terceiro mês do ano de 2020 ao penúltimo de 2021, a construção desta pesquisa foi marcada por diferentes fases e em um contexto de incertezas e de novas estratégias, como já mencionado, segui acompanhando canais, perfis públicos de representantes comunitários e plataformas virtuais, que atualizavam instantaneamente, dentro das possibilidades, informações sobre o enfrentamento da pandemia em quilombos de todas as regiões do Brasil¹¹. Aqui é necessário lembrar o contexto de subnotificações de casos em todo o país e a dificuldade em acessar informações epidemiológicas de regiões com instabilidade e inacessibilidade de internet, interferências que incidem sobre este trabalho de reunir e registrar dados. Também foram realizadas entrevistas virtuais semiestruturadas e posteriormente, após o período de imunização, visitas de campo e observação participante.

Em agosto de 2020, a partir do Observatório Antropológico (UFPB), com o propósito de visibilizar o trabalho de profissionais da Atenção Básica do município de Conde, conversamos com uma das ACS de Mituaçu, Mônica, sobre os novos desafios de sua experiência profissional com a chegada da pandemia¹². A entrevista foi realizada de forma virtual, via Whatsapp e foi a primeira entrevista que realizei durante e sobre o período de pandemia.

No mês seguinte, maio de 2021, participei da reunião de articulação de quilombos da Paraíba com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), a coordenação de Saúde da População Negra e representantes do Núcleo de Imunização do estado, onde também estavam presentes

¹¹Site oficial da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Disponível em: <http://conaq.org.br/>; plataforma de dados epidemiológicos Quilombo sem Covid-19, disponível em: <https://quilombosemcovid19.org/>, perfil oficial da CONAQ no Instagram, disponível em: <https://www.instagram.com/conaquilombos/>.

¹² SANTOS, Thayonara Marina da Silva; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **"Estamos aqui na luta, na correria, os trabalhos continuam"**: Relato da Agente Comunitária de Saúde Mônica Nascimento de Sousa sobre o enfrentamento da pandemia na comunidade Quilombola de Mituaçu, Conde (PB). 2020. Observatório Antropológico. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CD_2Rw1JzQI/. Acesso em: 28 abr. 2021.

membros da Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e da CONAQ, além da presença de aproximadamente 15 representantes de quilombos do Brejo, Agreste, Litoral e Sertão do estado da Paraíba¹³, com o objetivo de discutir soluções para os desafios do processo de imunização nos respectivos territórios, muitos deles narrados pelos presentes. O encontro foi realizado via Google Meet e minha participação foi possível a partir da presença do núcleo quilombola do Memorial Inumeráveis, do qual fiz parte. No dia seguinte, após essa reunião, conversei via Whatsapp com Mônica sobre a imunização em Mituaçu e trocamos informações a respeito do que foi discutido na reunião de articulação dos quilombos do estado da Paraíba.

Foi somente entre o final de julho e início de agosto de 2021, que consegui ir ao sertão da Paraíba, na comunidade quilombola de Santa Tereza, um dos campos desta pesquisa que veio a ser construído como tal, após o período em que estive lá e conheci pessoas que posteriormente tornaram-se interlocutoras e colaboraram com a pesquisa. A convite da professora Patrícia Pinheiro, que me apresentou as comunidades do município de Coremas, acompanhei durante os poucos, mas intensos dias de estadia em Santa Tereza, parte do processo de pesquisa de campo e entrevistas com moradores mais antigos da comunidade e de outras duas, interligadas por relações de parentesco, Barreiras e Mãe D'Água, que teve por objetivo a elaboração do laudo antropológico de Santa Tereza, um dos componentes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), principal documento para titulação definitiva de um território quilombola.

Os dias em que estive em Santa Tereza foram definitivos para concretizar o rumo desta pesquisa, um campo ainda novo para mim, com histórias, vivências e sociabilidades diferentes, que me lançou a difícil tarefa de estabelecer e manter relações de confiança, sendo ainda mais desafiadora pela necessidade de realizar parte da pesquisa à distância, como foi com as entrevistas. Dessa maneira, fui guiando a pesquisa conforme aquilo que Becker (1993) identificou como um modelo artesanal de fazer ciência, compreendendo o momento atípico em que ela estava sendo edificada, com todos os afetamentos que os sujeitos e espaços envolvidos nela experienciaram e a construindo, à vista disso, de acordo com suas demandas e necessidades particulares.

¹³ Estes foram os territórios que consegui identificar, representados na reunião: do Litoral Sul, Gurugi, Ipiranga, Mituaçu (Conde), Paratibe (João Pessoa), do Brejo e Agreste, Comunidade Engenho do Bonfim (Areia), São João do Tigre (Cacimba Nova), Matão (Gurinhém/Mogeiro), do Sertão, Barra de Oitis (Diamante), Serra Fria, Serra do Talhado e Serra do Talhado - Urbana (Santa Luzia), Pitombeira (Várzea).

Neste contexto, um conjunto de inquietações motivaram a pesquisa como: Quais as estratégias locais de sobrevivência e cuidado neste período de crise nos quilombos? Como foi organizada a articulação local e nacional para a garantia de políticas emergenciais que atendam as demandas dos quilombos? Quais foram os principais desafios na perspectiva de profissionais de saúde no âmbito comunitário? De que maneira o Estado brasileiro atuou para dirimir as vulnerabilidades presentes nas comunidades quilombolas? Ou melhor, de que forma o Estado está presente e em que sentido? Estas são indagações cruciais para as análises necessárias aqui empreendidas.

Retomando aqui a analogia das técnicas de edificação de uma casa, Becker (1993, p.12) vai compará-las ao processo de construção ou adaptação de um método capaz de solucionar os contratempos específicos a cada pesquisa. O autor admite, sem cerimônia alguma, que mesmo existindo princípios gerais de construção a serem seguidos, as soluções para os desafios que se apresentam são necessariamente improvisadas, seja na construção de uma casa, com as demandas particulares de cada proprietário ou do ambiente em que ela está sendo erguida, seja no percurso de uma pesquisa e suas adversidades que inevitavelmente fazem fuga ao roteiro pré estabelecido.

Atentando para a responsabilidade ética e profissional do ofício, o autor instiga a autonomia criativa do pesquisador, o encorajando a “caminhar com as próprias pernas”. Em sua crítica prudente ao uso das camisas-de-forças de ideias instituídas em outros tempos e lugares (BECKER, 1993, p.12), ele vai motivar o pesquisador a encarar de frente os desafios do campo, abandonar a preocupação em seguir uma receita clássica e não relutar diante da necessidade de mudar de rota para uma que melhor se adeque ao desenvolvimento da pesquisa. Entre riscos e distanciamentos, no decorrer de uma crise planetária completamente atípica, mais do que nunca, as considerações de Howard Becker sobre os métodos de pesquisa em Ciências Sociais fazem completo sentido nesta experiência.

Ainda sobre as fases desta pesquisa, após retornar de Coremas, no mês seguinte fui à Mituaçu junto à equipe do projeto de extensão Histórias de Quilombo, na tentativa de conversar presencialmente com as ACS da comunidade, Mônica e Marinalda e mesmo com a correria das demandas de rotina, elas me receberam na UBS de Mituaçu. Manter os vínculos ativos neste período também foi uma tarefa difícil, uma vez que toda a comunicação era feita à distância, mediada por aparelhos celulares e aplicativos. A ausência do contato em tempo real modificou a cadência dos acontecimentos de tal maneira que uma conversa quase nunca ocorria de forma simultânea ou findava no mesmo dia.

Após negociar a melhor forma de realizar entrevistas à distância, em outubro de 2021, entrevistei via Whatsapp Rosa Helena, ACS que atende a comunidade de Santa Tereza, em Coremas, que descreveu o período de pandemia a partir de sua experiência profissional junto à UBS Valdemar Mamede que atende a comunidade. Por último, também via Whatsapp, entrevistei D. Francisca, que exerceu por muitos anos o ofício de parteira e que possui conhecimento vasto de receitas naturais para o tratamento de muitos males. D. Francisca nasceu no antigo povoado do Navio, um dos principais territórios negros que deu origem às comunidades quilombolas de Coremas. Com base na sabedoria passada de geração em geração, D. Francisca contou sobre sua história de vida, os saberes acumulados sobre o partear e a gestão dos cuidados de seus parentes durante a pandemia.

1.2 Além do físico, outros espaços de possibilidade: Pesquisando narrativas quilombolas no âmbito virtual

"- É que eu já queria estar em campo.", "- Mas você já está nele..."¹⁴

A popularização dos dispositivos de comunicação, sobretudo na última década, tem universalizado progressivamente o uso de plataformas virtuais, canais e redes sociais, ocasionando o surgimento de novas relações e a produção de subjetividades diversas. Reconhecemos, dessa maneira, que nem só de interações face a face vive a sociedade contemporânea, uma vez que com o avanço da tecnologia e a mediação facilitada por telas e canais sociais, inúmeras possibilidades de interação virtual são acionadas mundialmente. (CASTELLS, 2011)

Em relação à construção dos sujeitos sociais contemporâneos e suas subjetividades, a urbanização moderna executa, também, um papel agenciador no tocante de sua interferência nos modos de ser e estar nas sociedades modernas e, posteriormente, contemporâneas. Assim, a amplitude da economia capitalista, as tecnologias de comunicação e criação, são componentes do vertiginoso processo de urbanização global e consequentemente, também influenciam o comportamento humano. Em alguma medida

Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação, que virtualmente assinalam uma nova época na história humana, acentuaram o papel das cidades como elementos dominantes na nossa civilização e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade (WIRTH p.92, 1976.)

¹⁴ Trecho de uma conversa sobre um incômodo pessoal com a impossibilidade do campo presencial, durante reunião de orientação com Ednalva Neves, em 2020.

Nesses termos, o caráter subjetivo do urbanismo, em sua capacidade manifestável, está presente de muitas formas no comportamento e relações humanas que são por ele inteiramente afetadas (WIRTH, 1976). Também por isso, é de um esforço constante o trabalho de acompanhar a elasticidade das novas tecnologias de informação (SIBILIA, 2008).

No que se refere às plataformas virtuais, averiguar os aspectos subjetivos que elas suscitam, que extrapolam as funções de comunicação ou o acesso à informação, é uma tarefa necessária, uma vez que está posta aí uma sociabilidade específica na qual a produção de linguagens, códigos e o comportamento das pessoas nestes lugares e fora deles, são orientados por significantes particulares a este locus itinerante.

Em função do distanciamento social, como uma das medidas de prevenção ao contágio por Covid-19, a presença assídua de pessoas nos espaços virtuais cresceu forçosamente, sendo esta uma das muitas consequências que a pandemia ocasionou, portanto é “[...]necessário reconhecer que a internet é neste momento um processo cultural da pandemia, ou um dos desdobramentos da pandemia como processo social e cultural, assim como a pandemia se produz também como um fenômeno na internet.” (MALUF, 2021, p. 259).

Pensando no fato de que a vida acontece em seus espaços possíveis, não seria diferente com a pesquisa social. Estar atenta aos múltiplos lugares de encontro entre os sujeitos da pesquisa é um dos caminhos para o reconhecimento de que é possível ir além de fronteiras e limites geográficos. Desde o início do distanciamento social, comecei a acompanhar encontros, reuniões abertas, webinários e eventos virtuais, a princípio, com a finalidade de mapear interlocutores em potencial para a construção da pesquisa, que ainda estava em fase inicial. A partir das palavras-chave: Quilombos, Quilombolas, Pandemia e Covid-19, em um recorte temporal de março de 2020 a abril de 2021, os eventos que acompanhei neste período de tempo, foram transmitidos e disponibilizados em redes sociais e plataformas como o Instagram, Facebook, Google Meet e Youtube.

Tomando nota dos debates, fazendo observações sobre as formas de organização, trocas de afeto, diferentes relatos, informações e angústias, fui experimentando estratégias de pesquisa ainda novas ao alcance da minha experiência, observando que ali, naquela rede de articulação virtual, haviam processos sociais que além de produzir sentidos, figuravam articulações políticas, mesmo tolhidos das possibilidades de encontro presencial. Em tempo, o vício metodológico e tradicional da pesquisa em campo físico não fez com que a

pesquisadora perdesse de vista acontecimentos e movimentações elementares na construção da pesquisa.

O encontro presencial e o lugar geográfico são dimensões ausentes ou secundárias na pesquisa em campos digitais, onde a difícil tarefa particular desta modalidade é a de investigar os desdobramentos e criatividades de um ou mais ciber-lugares e as interatividades que eles possibilitam. A noção de ciber-lugar está muito mais próxima da ideia de um fluxo do que de um lugar propriamente dito (DESLANDES; COUTINHO, 2020). Ainda assim, a produção de sentidos e significados não deixam de acontecer, aglutinam-se e tecem um emaranhado cultural específico onde residem efeitos e processos sociais que constituem um campo fértil para as pesquisas em Ciências Sociais.

Por este caminho, as investigações que foram empreendidas no âmbito virtual partiram do pressuposto de que “um mundo transformado exige de nós também estratégias novas de pesquisa” (MARINS, 2020, p.12). Investigar o e no ciberespaço é um desafio metodológico que, apesar de já ter sido muito experimentado nas Ciências Sociais (HINE, 2000; LÉVY, 2009; SEGATA; RIFIOTIS, 2016) ainda pode ser explorado a partir de muitas perspectivas e distintos marcos temporais. Pesquisar na internet é transitar numa infraestrutura em movimento, que possibilita um campo multiespacial (CAMPANELLA, 2015) e no contexto pandêmico, um sem número de pesquisadores necessariamente se aproximaram de metodologias digitais ou fizeram uso delas, de muitas maneiras.

Foram mapeados eventos realizados em plataformas como o Instagram e o Youtube, a partir das palavras-chave: Quilombos, Quilombolas, Pandemia e Covid-19, em um recorte temporal de março de 2020 a abril de 2021. Destaco aqui o debate Comunidades Quilombolas, Pandemia e Luta por direitos com participação de Givânia Silva (ABPN/CONAQ/UNB); Vercilene Dias (CONAQ) e Hilton Pereira (UFPA/Abrasco), transmitido pelo canal do Youtube Pensar Africanamente, no dia 13 de Abril de 2021¹⁵. Na ocasião, foram discutidas as principais dúvidas das comunidades a respeito da imunização e outras pautas, que foram postas no chat e compartilhadas entre os participantes e representantes estaduais da CONAQ de diferentes regiões. No chat, pude notar reencontros, trocas de informações, de estratégias, preocupações, dúvidas em comum e saudações entre membros de comunidades distintas.

¹⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k0iE_cHSTHc. Acesso em 30 de ago de 2022.

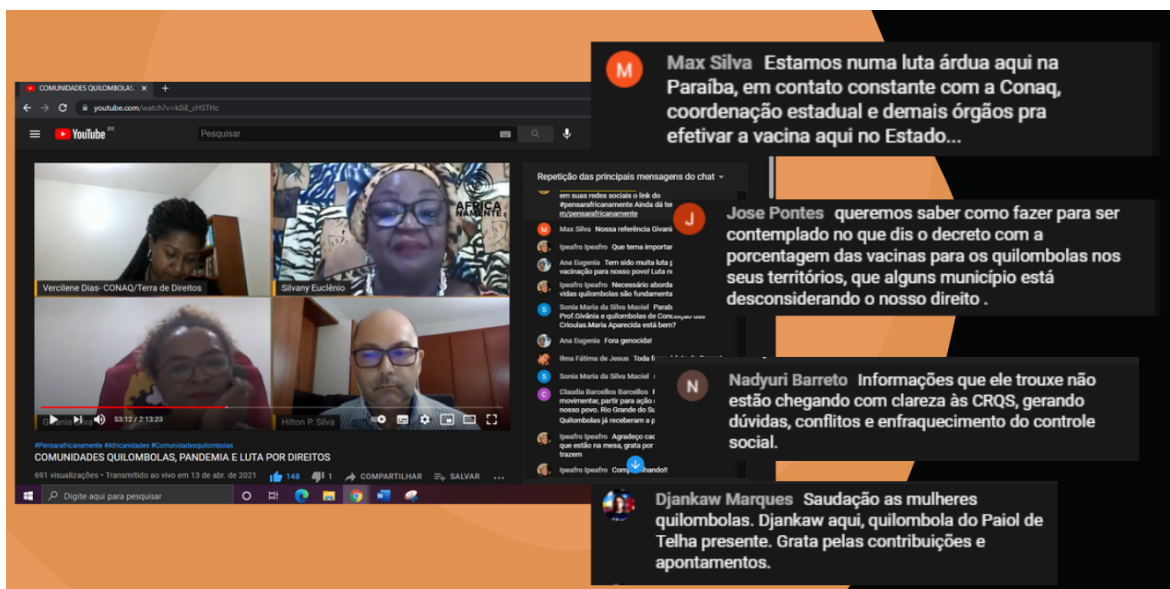


Figura 1 - Debate Comunidades Quilombolas, Pandemia e Luta por direitos (Captura de tela)

Antecipando a discussão a que se dedica o tópico 2.4 do próximo capítulo, que realça a articulação nacional do movimento político quilombola, a internet e a disposição de canais e redes sociais têm sido recursos usufruídos por muitos militantes e representantes quilombolas, sobretudo neste contexto de distanciamento, sendo este um método estratégico de fortalecimento e articulação nacional.

Estes mecanismos têm se revelado indispensáveis, considerando a promoção de inúmeros eventos virtuais desde o início da pandemia: transmissões de debates e conversas ao vivo em plataformas de vídeo, veiculando e fazendo circular informações a nível de assessoria jurídica, orientações de cuidado e acesso a direitos - como foi com o processo de imunização contra a Covid-19, por exemplo - e além disso, possibilitando diálogos nos ambientes e chats virtuais, onde trocas de experiências entre vários quilombos do país foram e têm sido possíveis

1.3 Do Litoral ao Sertão: Os quilombos de Mituaçu e Santa Tereza

Com histórias, paisagens, localizações e sazonalidades climáticas eminentemente distintas, os territórios de Mituaçu e Santa Tereza estão situados em lados opostos do estado da Paraíba. Santa Tereza, uma das três comunidades quilombolas do município¹⁶, está localizada em Coremas, região imediata da cidade de Patos, na direção oeste do estado. Já Mituaçu, no município de Conde, encontra-se na microrregião da capital João Pessoa, ao leste

¹⁶ Além de Santa Tereza, as comunidades Barreiras e Mãe D'Água são territórios quilombolas de Coremas, tendo como região originária em comum o território do Navio.

do estado, sendo uma das quatro comunidades quilombolas do litoral sul da Paraíba¹⁷. Consequentemente, as particularidades de cada região são perceptíveis no cotidiano dos quilombos de diversas formas: de um lado um território de clima semi-árido, inserido em contexto de expansão urbana, de outro, uma comunidade de clima tropical, cercada pela vegetação costeira de manguezais, em um contexto rural.

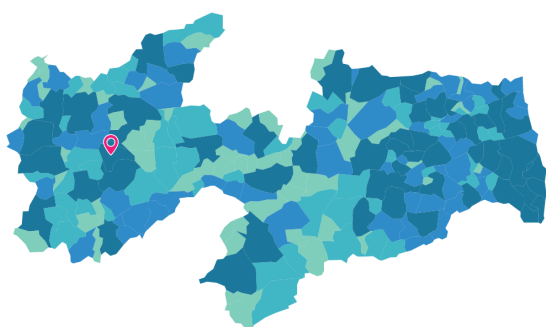


Figura 2: Mapa da Paraíba com a localização do município de Coremas. Fonte: IBGE.

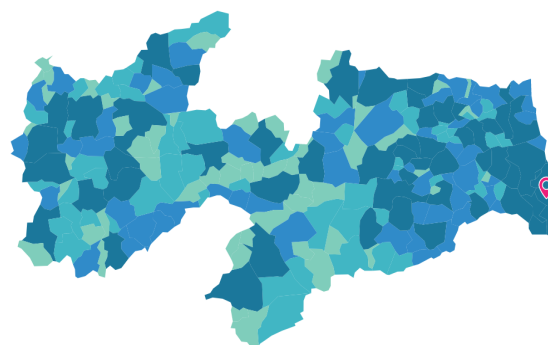


Figura 3: Mapa da Paraíba com a localização do município de Conde, fonte: IBGE.

Apesar das divergências apontadas, Mituaçu e Santa Tereza possuem em comum as relações culturais determinantes com os rios e açudes que as cercam, ainda que estas relações se manifestem de maneiras distintas em ambas, os rios são entidades centrais na manutenção da vida, na economia, nas razões de deslocamento e reorganização territorial, nas histórias locais, relações afetivas e ainda outras que perpassam diversos vínculos entre os territórios e as águas que os rodeiam.

Para recuperar o contexto de modificações, organização e conflitos territoriais nas duas localidades distintas, as invasões coloniais que suscitaram práticas econômicas exploratórias de grupos e territórios étnicos são o fio condutor de uma análise sociohistórica da formação do estado e especificamente, dos territórios quilombolas aqui estudados. Como afirma Santos (2011), a história de Conde foi “[...] escrita com o sangue e o suor de índios e negros” (SANTOS, 2011, p.10) e assim também foi com outras inúmeras regiões e países, sob a condição colonial de apropriação europeia.

Formada por povos indígenas distintos, mas classificados homogeneamente no período colonial como Tabajaras (PAIXÃO; SILVA, 2010), a concessão da sesmaria da

¹⁷ Paratibe, em João Pessoa, Ipiranga e Gurugi, no município de Conde. Estas duas últimas com uma história de origem em comum em relação a Mituaçu.

Jacoca, ainda no século XVII, compõe um período importante no tocante da constituição territorial da comunidade de Mituaçu e de fundação do município de Conde, figurando uma época marcada por exploração territorial. A força de trabalho dos povos originários e a proteção estratégica obrigatória da região eram demandas delegadas a estes grupos, uma vez que a aldeia da Jacoca localizava-se na principal via de acesso local à capital de Pernambuco e o contexto era de disputas seculares persistentes entre portugueses, franceses e holandeses pela região (MURA et al., 2010; SANTOS, 2015; PAIXÃO, 2015).

Segundo a bibliografia sobre a invasão colonial no litoral sul do Estado da Paraíba, neste período, havia a existência de casas de farinha ativas, assim como a criação de animais, o cultivo agrícola, e, sobretudo, a cultura da cana-de-açúcar - que se sustentava a partir da mão de obra escrava - tendo em vista a presença de engenhos localizados às margens dos rios Abiaí e Gramame (MURA et al., 2010; PAIXÃO, 2015). Posteriormente, o desenvolvimento econômico da região se expande e a aldeia Jacoca torna-se Freguesia do Conde, mais adiante, Vila do Conde, processo em que ocorreu a miscigenação e a catequização compulsória dos que ali viviam, já sob domínio holandês. (SANTOS, 2011).

Com a intensificação e consolidação do tráfico escravo no Brasil, no século seguinte, a mão de obra escrava de pessoas negras trazidas de diferentes países africanos, tornou-se ainda mais lucrativa para o regime colonial e senhorial. Por outro lado, além das pressões vindas da Inglaterra e do exterior que impulsionaram de maneira considerável o abolicionismo, na intenção do progresso e reforma estrutural para uma nova era de exploração econômica, o surgimento de epidemias letais à época e as fugas de pessoas escravizadas reduziram o número de sujeitos nesta condição, com destaque para a consolidação dos quilombos nas regiões próximas que, a princípio, consistiam em agrupamentos de pessoas negras em regiões de difícil acesso, para proteção coletiva daqueles que conseguiam livrar-se dos engenhos (SANTOS, 2011).

Considerado um distrito da capital João Pessoa por mais de cinquenta anos, o município de Conde tem sua emancipação no ano de 1963, possivelmente denominado Conde em razão de um de seus governadores provincianos, o Conde Maurício de Nassau. Outras narrativas sugerem que o nome faça referência a fruta-do-conde - ou pinha - facilmente encontrada na região (IBGE, 2010). Com uma população estimada de 25.341 habitantes (IBGE, 2010), de acordo com Caldas (2014), a maior parte da população rural do município encontra-se no distrito de Gurugi, que é um dos territórios quilombolas da região, já a urbana está no distrito de Jacumã.

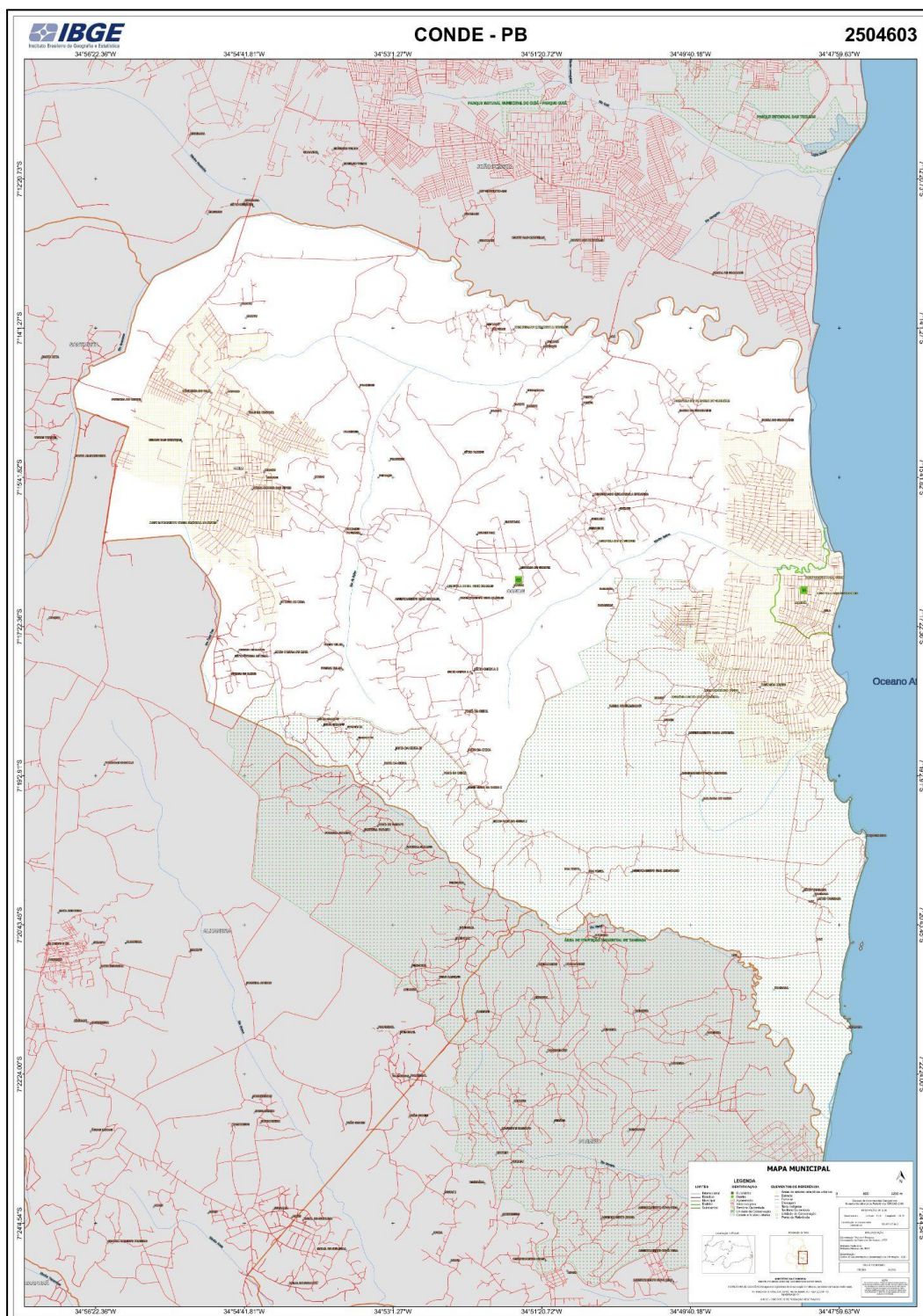


Figura 4: Mapa Municipal Estatístico (MME) de Conde. Fonte: Portal do IBGE

O município do Conde conta com uma forte economia turística, em função das paisagens naturais, clima tropical e a maior concentração das praias do litoral sul em sua

extensão territorial: Praia do amor, Jacumã, Carapibus, Tabatinga, Coqueirinho, Arapuça e Tambaba, esta última conhecida mundialmente por ser permitida a prática de nudismo e movimentos naturistas. Ressaltamos que, o alto potencial turístico da cidade é um fenômeno que, além de agregar à economia pública e em parte desproporcional, a local, reúne uma série de fatores que são, também, de ordem social, cultural e política (CALDAS, 2014). Partindo daí, lembramos que as construções imobiliárias têm avançado vertiginosamente sob regiões de reservas ambientais nos últimos anos e somado a isso, o despejo de resíduos químicos por parte de empresas atuantes na região, têm poluído principalmente o Rio Gramame, comprometendo a saúde de populações que convivem com o rio, dentre elas comunidades quilombolas, como foi com Mituaçu, além dos danos à fauna e flora locais (CALDAS, 2014; PINHEIRO; PAIXÃO, 2019).

Atualmente, com uma população menor que 2.000 habitantes, distribuídas em 340 residências, catalogadas pelas Agentes Comunitárias de Saúde (SANTOS, 2020), Mituaçu é um dos 43 territórios quilombolas do estado da Paraíba certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e a primeira comunidade reconhecida do município do Conde, obtendo o certificado pela fundação em 2005. Além de Mituaçu, as comunidades Ipiranga e Gurugi compõem os três territórios quilombolas do município, ambos com uma história de origem em comum, a partir da ligação de parentesco entre três irmãs, Li, Kaká e Maria Croata (ou Toquarta), mulheres negras ex-escravizadas, que ao se separarem entre os respectivos territórios, deram origem às primeiras gerações das comunidades quilombolas da região. (SANTOS, 2011; PAIXÃO, 2015).

A pesquisa de Glauciê Santos (2011), que rememora acontecimentos históricos entre os séculos XVII- XXI, reúne narrativas que remontam a história das três negras de Mituaçu

As primeiras gerações de Mituaçu são confundidas entre índios e negros, pois é comum as pessoas terem nomes indígenas. Sabe-se que a comunidade foi habitada por índios, a descendência da população negra foi aumentando ao longo da colonização, famílias como de Maria Leite e seu filho Joaquim Leite, Manuel Caboco, a família de Patrício, são consideradas as mais antigas da comunidade. Na época antiga as mulheres usavam vestidos arrastando no chão, Kaká, Li e Maria Felipe ou Maria Croata eram as três irmãs, os moradores idosos a descrevem como ex-escravizadas, eles dizem que elas eram umas “velhinhas de cabelo bem enrolado” provavelmente vindas da Bahia, vieram morar em Mituaçu onde já havia moradores [...] Os relatos ainda informam que elas tinham muito boi, muitas joias, elas eram donas de engenho que ficava em Mituaçu, tratava-se do engenho Pipiri [...] Contam os moradores antigos que os ladrões as deixaram amarradas de cabeça pra baixo. Depois de roubadas elas praticamente mudaram-se para os mangues e passaram a viver da pesca (SANTOS, 2011, p.30-31).

Já na pesquisa de Amanda Marques (2015), sobre as fronteiras étnicas entre indígenas e quilombolas no litoral sul da Paraíba, é possível encontrar narrativas semelhantes à memória coletiva sobre as três negras em Mituaçu, o que corrobora com a existência de uma história comum sobre a composição dos territórios quilombolas de Conde

Torquata residia no Ipiranga, mas tinha irmãs que moravam em outras localidades do Litoral Sul, especificamente Gurugi e Mituaçu. De acordo com Léo Neto (2013, p. 94), as três irmãs desembarcaram no Porto de Gramame e fugiram para localidades diferentes: Torquata, para Ipiranga; Silivégia, para o Gurugi e a terceira, cujo nome não foi indicado, para Mituaçu. As três localidades nas quais se encontravam as irmãs no passado, são reconhecidas atualmente como territórios Quilombolas (MARQUES, 2015, p.160).

Mituaçu está localizada na zona rural do município de Conde e centrada entre dois rios, o Jacoca e o Gramame, ambos de extrema importância para a sociabilidade, a manutenção econômica e cultural da comunidade. Com cenários arborizados, caminhos de terra e manguezais que a costeiam, a comunidade é composta por mulheres e homens pescadores e agricultores, que além da coleta de caranguejos e a pesca de peixes e camarões, também cultivam a roça de mandioca, macaxeira, inhame, batata, feijão e também frutas como jaca, manga, caju, coco, abacate e banana, para o próprio consumo e comercialização na feira mais próxima, localizada no bairro do Grotão, em João Pessoa, uma vez que a bacia do rio Gramame perpassa todo o litoral sul do estado e em Mituaçu, demarca o limite de municípios entre Conde e a capital, João Pessoa.

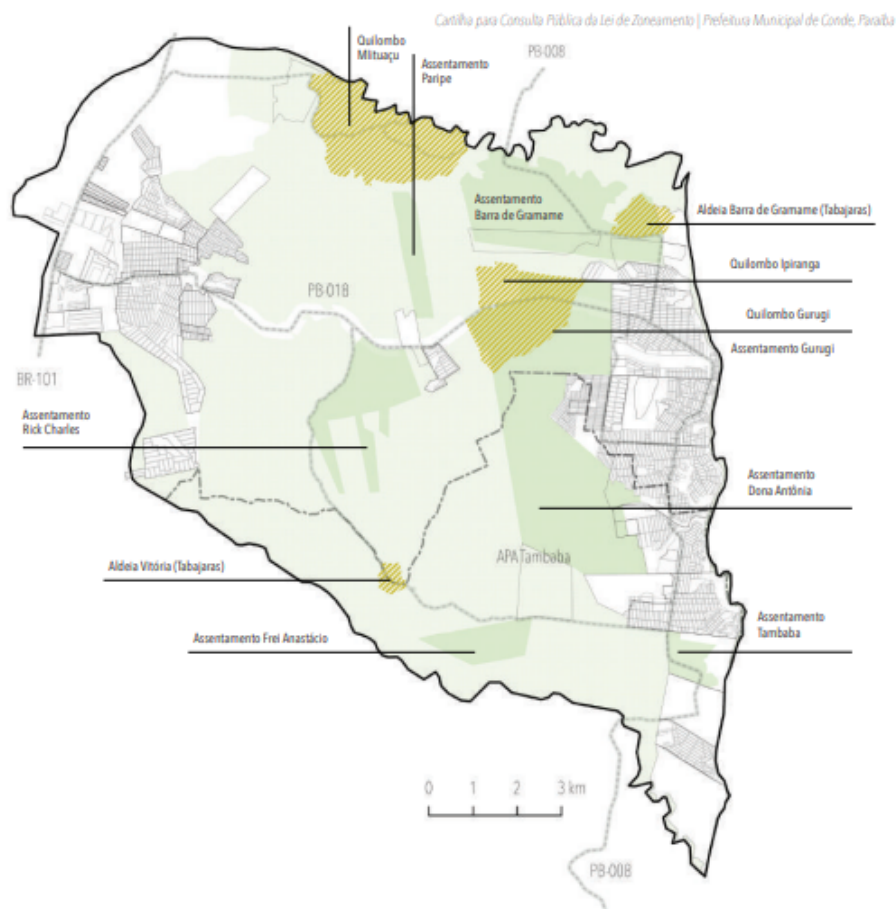


Figura 5: Mapa do município de Conde, com destaque para zonas rurais. Fonte: Cartilha para Consulta Pública da Lei de Zoneamento, Prefeitura Municipal de Conde, Paraíba.

Voltando ao sertão da Paraíba, no atual município de Coremas, os povos originários desta região pertenciam à nação Cariri, os Corembês - relativo à *lábio inferior caído* - povos contra-colonizadores (SANTOS, 2015) que resistiram fortemente ao regime colonial, até chegarem a um acordo com os coronéis fazendeiros que invadiram o vale do Piancó, no século XVII (IBGE). Com a intenção de expandir os rendimentos econômicos que já advinham principalmente da produção açucareira no litoral da Paraíba, as atividades pecuárias no sertão, a princípio, atuaram na manutenção alimentar e de locomoção às fazendas de cana-de-açúcar. (ANDRADE; MAIA, 2011).

Posteriormente, entre os séculos XVIII e XIX, da produção e expansão algodoeira no sertão do Estado, que já contava com a mão de obra de pessoas negras em condições de escravidão nos engenhos produtivos, surgem as vilas com estabelecimentos comerciais e

produtivos específicos ao cultivo, tratamento e comércio do algodão (GONÇALVES, 1999; ANDRADE; MAIA, 2011). Assim como nos municípios do Conde e Coremas, boa parte do nordeste brasileiro, com a concessão e administração produtiva das sesmarias, foi se expandindo demográfica e economicamente, do litoral ao sertão (ANDRADE; MAIA, 2011), dando origem a povoados, freguesias, vilas e consequentemente, aos atuais municípios.

Situado na direção oeste do Estado, no alto sertão da Paraíba, o município de Coremas tem uma população de aproximadamente 15.438 habitantes (IBGE, 2021). Até o ano de 1954, Coremas era o antigo Boqueirão de Curema, pertencente ao município limítrofe de Piancó. Banhado por dois açudes que compõem o sistema hídrico construído para o abastecimento da área, os açudes Coremas - oficialmente nomeado açude Estevam Marinho - e Mãe D'água, Coremas é um dos 112 municípios beneficiados pelo sistema hídrico construído no município, sendo este o maior reservatório de água do estado, ficando em 5º lugar entre os maiores reservatórios de água doce do Brasil (LUCCHESI, 2016). Apesar deste marco, o município ainda não possui tratamento adequado de água para o consumo, os moradores o fazem paliativamente a partir do uso de Hipoclorito de sódio, distribuído pelas UBS's locais.

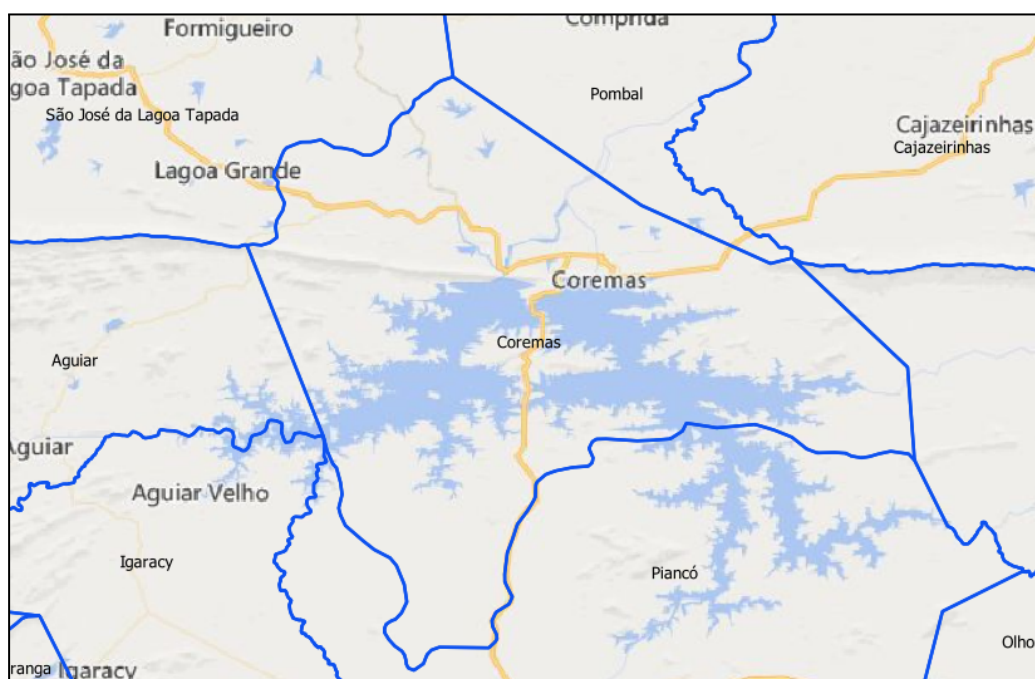


Figura 6: Mapa Municipal de Coremas com imagem de fundo Bing map, por João Alfredo Netto de Oliveira.

A comunidade quilombola de Santa Tereza foi certificada pela FCP em 2006 e atualmente, de acordo com a Associação quilombola de Santa Tereza, o território possui 171 famílias. Aproximadamente 200 pessoas quilombolas são usuárias do SUS, segundo dados

fornechos pelas Agentes Comunitárias de Saúde da UBS Valdemar Mamede, que está situada no território quilombola de Santa Tereza. Até agosto de 2021 havia um total de 191 moradores declarados quilombolas cadastrados na unidade. Passando por vertiginosa expansão urbana, em uma configuração habitacional progressivamente habitada por pessoas que não são quilombolas, Santa Tereza fica há poucos minutos do centro da cidade de Coremas.

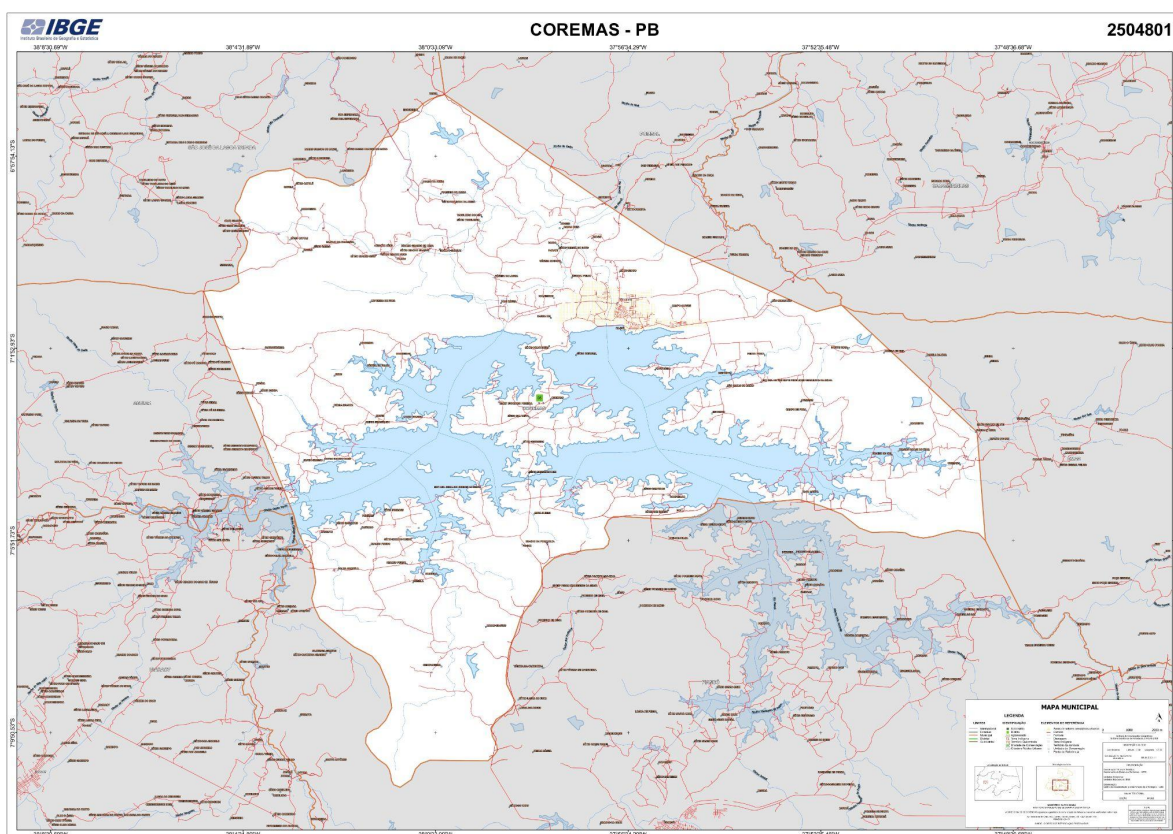


Figura 7: Mapa Municipal Estatístico (MME) de Coremas. Fonte: Portal do IBGE

As famílias quilombolas do território de Santa Tereza foram se distribuindo na região próxima às áreas de expansão do açude Estevam Marinho, terras cedidas pelo atual Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), uma vez que os moradores mais antigos se deslocaram forçosamente de seus territórios de origem, que sofreram alagamentos provocados pela construção do sistema hídrico Coremas-Mãe D'água, são eles: Riacho de Bois, Navio - inundado pelo açude Mãe D'água, antigamente situado às margens do rio Aguiar - e do Estreito, região que margeia o açude Estevam Marinho, na direção leste, ambas historicamente habitadas por pessoas predominantemente negras.

Após o período de alta mortalidade e migração compulsória entre nordestinos, provocado pela seca de 1877 que, especificamente, trouxe também grandes prejuízos

econômicos às elites oitocentistas, Coremas e outras regiões sertanejas foram inseridas no centro dos debates federais. Naquela época, a imprensa regional divulgava narrativas fatalistas do fenômeno, contribuindo para a edificação de uma imagem caótica da região em função da seca. Por estas razões, mesmo sendo um problema secular, a seca no sertão nordestino se torna um problema de importância nacional (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995; POMPONET, 2010; LUCCHESI, 2016).

Decorrente disso, na intenção de acionar políticas de combate à seca, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), pouco mais de trinta anos depois da última seca. Após dez anos de sua criação, o órgão vira Inspetoria Federal (IFOCS) sob gestão do então presidente Epitácio Pessoa e por último, já no governo de Getúlio Vargas, transforma-se em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 1945 (LUCCHESI, 2016).

Ainda no final da década 1930 e início da década de 1940, para dirimir os impactos causados pela seca na região do sertão da Paraíba, a instalação do órgão trouxe um corpo e aparelhagens técnicos, para construção de novas instalações a partir da demanda da construção de residências para alojar os funcionários vindos de outras regiões, mobilizando mais de 1.600 operários, o que modificou completamente a dinâmica social do antigo povoado (LUCCHESI, 2017).

Por outro lado, a construção do açude incorporou áreas de habitação que ali já existiam, provocando o despejo de inúmeros moradores e trabalhadores do campo que residiam e trabalhavam em fazendas das imediações e na região conhecida por Navio - de localização próxima a região de Pedra Branca - que foi inundada pelo açude Mãe D'água, fazendo com que os moradores da comunidade do Navio, sem escolha, se deslocassem da região (LUCCHESI, 2016).

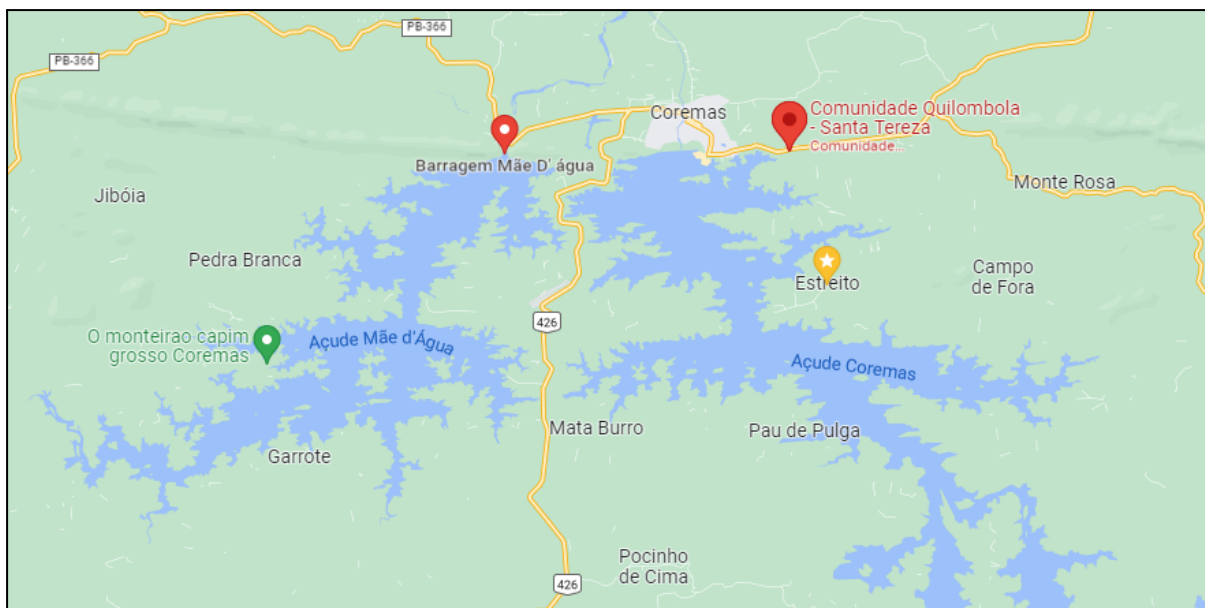


Figura 8: Localização do sistema hídrico Coremas-Mãe D'Água e da Comunidade Quilombola Santa Tereza. Fonte: captura de tela do recurso Google Maps.

A história sobre os primeiros moradores do local, repassada dos mais velhos aos mais novos, é composta por relatos de que estes eram africanos ou seus descendentes diretos, que foram trazidos em navios para serem escravizados no Brasil. Alguns destes, que conseguiram escapar, ao traçar rotas de fuga chegaram à região do vale do Piancó. Manoel Ananias e Antônio Tobias, são dois dos nomes mais citados entre os primeiros moradores do Navio, também pela forte influência e respeitabilidade que estes dois irmãos possuíam, possivelmente pela aproximação com um dos coronéis da região, Antônio Leite, a quem pertencia a fazenda Riacho do Barro. (LUCCHESI, 2017).

Grande parte dos moradores mais antigos, que deram origem aos três territórios quilombolas de Coremas, Mãe D'Água, Barreiras e Santa Tereza, partilham de um passado com desafios e processos violentos em comum, primeiro de deslocamento a partir da desterritorialização provocada pelas obras hídricas do sistema Coremas-Mãe D'Água, sendo forçados a saírem de suas terras de origem. Depois, de exploração laboral insalubre, sobretudo nas obras que ergueram a barragem Mãe D'Água, uma vez que, conforme rememoram os relatos dos mais antigos “[...] Era mais a negada quem trabalhava nessa barragem”¹⁸. Alguns destes improvisaram moradias no pé da serra de Santa Catarina, próxima

¹⁸ Relato de D.Tereza, moradora e artesã da comunidade Mãe D'Água, em entrevista concedida no vídeo-documentário “Navio”, produzido por Diassis Pires. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V8UIVAC6qss>. Acesso em 10. nov. 2021.

à barragem Mãe D'Água, após terem suas terras submersas pelo rio e posteriormente, passaram a morar em rendas do DNOCS, cedidas pelo corpo técnico do órgão. Atualmente, as lideranças de Santa Tereza têm lutado pelo processo de titulação do território, que já vem sendo encaminhado com muitos desafios há alguns anos.

A sucessão destes fatos mencionados e já discutidos com afinco em outros trabalhos (cf. Andrade, 2008), (cf. Lucchesi, 2017) são elementos imprescindíveis à compreensão da dimensão constitutiva sociocultural e territorial do município de Coremas e consequentemente, nesta pesquisa em específico, para compreender a configuração habitacional dos territórios quilombolas do município, como é o caso de Santa Tereza.

2. Políticas de morte e a resistência quilombola incessante

No presente capítulo discuto a respeito do legado colonial no Brasil, analisando o cenário permanente de violações, sobretudo nos quilombos, tratando da noção de guerra permanente, que reitera as relações combativas e de dominação históricas no contexto contemporâneo, atentando para a criação de novas guerras como consequência histórica da colonialidade e produto da sociedade capitalista.

Adiante destaco a gestão de políticas de morte executadas durante os primeiros anos do mandato federal de 2018 a 2022, presidido por Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal), enfatizando as consequências que estas causaram à população, no tocante da morosidade na mitigação dos impactos da pandemia. Partindo do conceito de dispositivo de racialidade, elaborado por Sueli Carneiro (2005), discutiremos a consolidação cultural deste dispositivo no Brasil, que garante a manutenção de políticas de morte à brasileira, investigando o direcionamento e distribuição de políticas nefastas específicas à população negra do Brasil.

2.1 Colonialidade e o estado de guerra permanente

De acordo com Quijano (2009), podemos afirmar que a dinâmica de dominação e objetificação de sujeitos e territórios, durante o período colonial, foi e é continuada a partir do fenômeno contemporâneo da colonialidade. Além da estrutura de perpetuação das relações colonialistas, a colonialidade pode ser compreendida como um dos principais sustentáculos do capitalismo moderno e contemporâneo. Dessa maneira, economia, autoridade, gênero e sexualidade, conhecimento e subjetividade são domínios de uma mesma matriz colonial de poder (QUIJANO, 2009) e os dois pilares fundamentais de sustentação desta matriz, são “o fundamento racial e patriarcal do conhecimento”(MIGNOLO, 2017, p.5) que perpetuam relações de opressão e desigualdades sociais.

Em uma perspectiva semelhante, Gumiero (2020) discute as relações de poder na sociedade capitalista, analisando em específico o contexto de pandemia global da Covid-19, com o principal argumento de que vivemos em estado de guerra permanente. Apoiado nas críticas de Alliez e Lazzarato (2016), ao caracterizar o surgimento e a consolidação do

capitalismo, Gumiero (2020, p. 370-371) destaca a preocupação dos autores em não perder de vista as múltiplas guerras que o legitimam, guerras de classe, raça, entre outros marcadores.

Sob a ótica da perspectiva decolonial é possível compreender a colonialidade como o “dark side” da modernidade (MIGNOLO, 2017), defendida no argumento do autor como a face oculta da modernidade, ou que se pretendeu omissa, a partir de um projeto que intentou esconder, na difusão de narrativas em defesa da superação do atraso, os crimes do progresso e do desenvolvimento econômicos e do avanço civilizatório ocidental.

Estas narrativas foram apoiadas no conhecimento científico “[...] ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis” (MIGNOLO, 2017, p.4). Para Mignolo (2017), a retórica da modernidade consiste na celebração do progresso, fundamentando o discurso que incide sobre o curso da modernidade enquanto uma conquista para o avanço econômico, embasada no conhecimento e tendências científicas hierarquizantes que tiveram seu apogeu no século XIX.

Corroborando com a discussão de Collins (2019) e suas contribuições para o *Pensamento Feminista Negro*, podemos compreender que a objetificação dos sujeitos é elementar na consolidação da dominação. Isto é, o “outro” é classificado a partir de binarismos opostos, imbricados em uma relação verticalizada. Assim, [...] as tentativas de definição identitária e a delimitação da história deste outro são estabelecidas de forma secundária, sempre em relação a outros sujeitos em posições superiores (SANTOS; SILVA, p. 9, 2021 apud hooks, 1989). Dessa maneira, a autodefinição e a retomada do lugar de elaboração para o protagonismo de suas próprias epistemologias (COLLINS, 2019) é um dos muitos caminhos indicados pelo movimento feminista negro e que, por conseguinte, incidem diretamente sobre os fazeres práticos e subjetivos engajados na luta anticolonial.

Outrossim, no compromisso de analisar especificamente a experiência colonial da América Latina e Caribe, as epistemologias decoloniais emergem com o intuito de desenvolver uma narrativa localizada no sul do globo (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). Por outro lado, as múltiplas reações que produziram respostas epistêmicas contra hegemônicas e, sobretudo, as ações diretas de contracolonização (SANTOS, 2015), encaminhadas por pessoas que estiveram em posição de desvantagem nas relações de dominação, antecedem a produção intelectual contemporânea e sua preocupação latente em edificar narrativas acadêmicas, no trânsito de disputas de marcos teóricos classificatórios do que é ou não decolonial/pós-colonial (RIVERA CUSICANQUI, 2018).

Nesta perspectiva, sem que houvesse necessariamente um processo de autodenominação decolonial, o movimento indígena latinoamericano, assim como o pensamento feminista negro e o movimento negro no Brasil, já reuniam esforços políticos e epistemológicos acerca da herança colonial na experiência de seus semelhantes. (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016). Tratando da postura insurgente de sujeitos contracoloniais e sendo ele mesmo um destes em seu lugar político e de enunciação, Antônio Bispo dos Santos (2015), em *COLONIZAÇÃO, QUILOMBOS modos e significados*, elabora

[...] vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores (SANTOS, 2015, p.49).

De acordo com Santos (2015), mais do que reivindicar um prefixo, compreender a postura de enfrentamento destes sujeitos historicamente postos em condição de dominação colonial, consiste numa reivindicação teórico-política, no intuito de que as narrativas façam jus aos sujeitos que atuaram, de inúmeras maneiras, contra a colonização. Desse modo, epistemologias negras e quilombolas contribuem substancialmente para o cerne do debate, na medida em que abrem caminhos para outras possibilidades contra hegemônicas de interpretar o mundo.

Entretanto, a herança colonial ainda é latente e estruturante, atuando por outros meios destrutivos contemporâneos mais sofisticados (SANTOS, 2015) e regimes político econômicos que a subsidiam. Se por um lado, a modernidade e o capitalismo só foi possível a partir do regime colonial, escravização e acumulação primitiva, o cerne mantenedor do Capital contemporâneo é a guerra, não necessariamente recorrendo a um arsenal bélico, como é o caso, por exemplo, da financeirização, que em ritmo ininterrupto, consiste em uma das principais máquinas de guerra do capitalismo.

A constituição dessa nova máquina de guerra capitalista passa, portanto, por operar uma profunda transformação no Estado, integrando suas soberanias política e militar e o conjunto de suas funções administrativas sob a direção do capital financeiro. (GUMIERO, 2020, p.367).

Se a guerra está, na concepção de Foucault (2015, p.13), para o poder enquanto a matriz principal de todas as estratégias dele e por ele, a partir de Quijano (2009) o exercício da autoridade está, portanto, para a matriz colonial de poder como um de seus domínios. Na sociedade capitalista contemporânea, quem exerce a soberania é o mercado, “[...] aquele que tem de estar sempre saudável e joga com suas ameaças econômicas em nível mundial” (GUMIERO, 2020, p. 368), desse modo, em suas práticas cumulativas, extrativistas e destrutivas, a expressão máxima de poder do capital financeiro, na posição de soberano, se dá a partir do controle da morte e a possibilidade da vida (MBEMBE, 2020).

Por outro lado, se tratando do poder sobre a vida, além de insuficiente para dar conta da conjuntura contemporânea, onde prevalece vertiginosamente o poder de fazer morrer ou expor à morte, isto é, a necropolítica (MBEMBE, 2019), as noções foucaultianas de biopoder e biopolítica, consistindo na seleção de corpos para executar políticas que fazem viver e deixam morrer, merecem ser revisitadas para que outras elaborações alcancem a experiência colonial e o fenômeno do colonialismo, por exemplo, analisando com maior afínco o eco destes antecedentes no presente, numa perspectiva macrofísica (LAZZARATO, 2019; GUMIERO, 2020).

Discutindo as formas e as elaborações ocidentais da e sobre a soberania, expressas no exercício político, Mbembe (2020, p.11) chama atenção para o foco demasiado na razão, típico do discurso filosófico moderno, onde a negação do natural, na interface do progresso, retém instâncias elementares e presentes, como a vida e a morte. Esta miopia das teorias eurocêntricas (GILROY, 2001, p.107) suavizam e suspendem acontecimentos históricos ultraviolentos, a exemplo do tráfico escravo

Não eram eventos únicos - episódios discretos na história de uma minoria - que poderiam ser apreendidos por seu impacto exclusivo sobre os negros em si mesmos, nem eram aberrações em relação ao espírito da cultura moderna que provavelmente teriam de ser superados pelo progresso inexorável rumo a uma utopia secular, racional. A existência permanente do racismo desmentiu estes dois veredictos e exige que consideremos mais profundamente a relação de terror e subordinação racial com a própria natureza interna da modernidade. (GILROY, 2001, p.154).

Portanto, o legado colonial não somente é tão forte e presente na sociedade contemporânea e em sua estrutura política capitalista, como esta última só foi possível a partir do que foi construído violentamente durante o colonialismo. Esta herança não só transformou os países que foram antigas colônias européias nas periferias do mundo, produzidas a partir da relação antagônica com o Eurocentro, como também foi a raiz de outro

fenômeno reconhecido por Casanova (2007) como colonialismo interno, reforçando a constatação da existência de guerras permanentes, onde permeiam violações cotidianas, em sua maioria, contra populações negras, originárias e tradicionais, em prol do progresso interno.

Por este caminho, nos últimos tempos, “O capitalismo e o liberalismo carregam as guerras em seu seio como as nuvens carregam a tempestade” (ALLIEZ; LAZZARATO, 2016, p. 345). Dessa forma, aqui compreendemos que a guerra no Estado contemporâneo não só é mantida, como é também retroalimentada pelo capitalismo, uma vez que “[...] a política do Capital é a continuação da guerra por todos os meios colocados à sua disposição” (PELBART, p.191, 2018). Por conseguinte, na perspectiva de Alliez e Lazzarato (2016) “[...] a história do capitalismo é marcada, desde sua origem, por uma pluralidade de guerras: de classes, de raças, de sexo, de civilização e de subjetividade, e por isso elas devem ser consideradas e analisadas como um elemento constitutivo e constituinte do Capital.” (GUMIERO, 2020).

Sob a égide do Estado capitalista contemporâneo, as guerras de raças e subjetividade que implicam na disputa de narrativas e até de territórios, ganham força, sobretudo, a partir da atuação de representantes do Estado que operam para a garantia da manutenção das desigualdades, produzindo além de disputas de narrativas, o apagamento de fatos históricos e violências seculares contra grupos subalternizados, tornando duráveis as estratégias colonialistas de aniquilação contra populações específicas, como veremos na sequência.

Em 2018, uma medida que figura uma ação de apagamento deliberativo da comunidade Quilombola de Santa Tereza foi tomada pela Câmara de vereadores do município de Coremas. Sem que houvesse qualquer consulta prévia à comunidade, lesando, dessa maneira, o artigo 6º da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a comissão parlamentar municipal alterou a nomenclatura da região da comunidade quilombola de Santa Tereza para ‘bairro’, nesse sentido, vale ressaltar que “Qualquer alteração de território de comunidades tradicionais deve ser feita pelo Poder Público mediante consulta prévia, livre, informada e de boa fé, o que não aconteceu” conforme pontuou a defensora pública Raíssa Palitot Remígio¹⁹. Alterar o nome da localidade de “comunidade” quilombola de Santa Tereza para “bairro”, implica diretamente na exclusão dos aspectos políticos e culturais de um território

¹⁹ Observatório Quilombola e Territórios Negros: DPE realiza audiência pública em Coremas para discutir demandas de comunidades quilombolas. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/2019/02/14/dpe-realiza-audiencia-publica-em-coremas-para-discutir-demandas-de-comunidades-quilombolas/>. Acesso em: 12 de out. de 2022.

que é tradicionalmente ocupado, estratégia que desemboca na isenção do compromisso em efetivar políticas específicas à comunidade quilombola de Santa Tereza.

Além disso, com a ascensão do conservadorismo no Brasil e a alta representatividade desta perspectiva na disseminação de elementos e símbolos nacionalistas, assim como nos discursos e na figura do presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal), alguns movimentos encabeçados por parlamentares federais e estaduais, também figuram tentativas de apagamento histórico contra pessoas negras.

Idealizada pelo deputado federal do estado do Rio de Janeiro Hélio Lopes (Partido Liberal), inspirada no lema de sua campanha eleitoral de 2018, a rede “Minha cor é o Brasil” é um movimento político-ideológico que surge no mesmo ano e que tem, entre seus apoiadores, o ex-presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, Suéllen Rosim (Patriota), atual prefeita do município de Bauru, São Paulo e o deputado federal do estado de São Paulo, Luiz Philippe de Orleans e Bragança (Partido Liberal).

A rede produz e divulga conteúdos que negam a existência do racismo no Brasil, além de se posicionarem abertamente contra o Estatuto da Igualdade Racial. Com mais de 500.00 seguidores em seu perfil pessoal no Twitter, o deputado Hélio Lopes divulgou, em julho de 2022, o evento “I Summit MCB 2022” promovido pela rede. A afirmação “O Brasil não é um país racista” era a proposta de tema estampada em dos cards de divulgação do evento. Apesar de aclamado por alguns apoiadores nas redes sociais, o evento foi alvo de críticas²⁰ e, posteriormente, cancelado.



Diante destes acontecimentos situados no Brasil, compreendemos que além de atuarem deliberadamente contra os direitos da população negra do país, constitucionalmente garantidos, representantes políticos do Estado brasileiro, seguem acionando os dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2005) contra a cidadania de pessoas negras, orquestrando, desse modo, guerras epistemológicas que impactam diretamente na existência destas populações.

Não obstante, a tradição política brasileira reitera em suas disposições operacionais fatigantes, a estrutura racista sob a qual as populações negras do Brasil estão submetidas. O direito ao território é, nesse contexto de retenção de direitos, um desafio permanente para inúmeras comunidades quilombolas do país, no tocante ao processo de titulação dos territórios quilombolas. Em âmbitos práticos, Selma Dealdina (2020) destaca que

Numa grande morosidade, em que territórios certificados podem demorar dezenas de anos até serem titulados, o Estado brasileiro se comporta como se estivesse nos fazendo um favor, como se fosse preciso bondade ou voluntarismo para cumprir a Constituição, que estabelece, sem margem para dúvidas, qual é seu dever (DEALDINA, 2020)

A garantia jurídica dos direitos civis quilombolas foram protocoladas há mais de 30 anos na constituição de 1988, com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que formaliza o dever do Estado de regularizar a titulação das terras de pertença legítima das comunidades quilombolas. Posteriormente, dois marcos de grande expressividade merecem destaque, em relação aos direitos sociais e o acompanhamento da implementação de políticas públicas para a população quilombola do Brasil, são o Decreto Nº 4.887/2003 que estabelece a regularização dos territórios quilombolas, descrevendo as etapas para o processo administrativo-burocrático de titulação, bem como as atribuições dos órgãos públicos responsáveis, e a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que atuou enquanto observatório de políticas públicas específicas à população negra no país (TEIXEIRA; SAMPAIO, 2019).

Aqui no Brasil os territórios quilombolas estão regionalmente distribuídos desta maneira: Nordeste (3.171), Sudeste (1.359), Norte (873), Sul (319) e Centro-Oeste (250), de

²¹Pode ser acessado em:
https://twitter.com/depheliolopes/status/1546809939255070721?t=FU54DC_8ypzaGvTC-THvkw&s=08
<https://twitter.com/depheliolopes/status/1546889460255694850?t=E8f6USB9jbtbsjyothouew&s=08>

acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale acentuar que estes dados ainda estão em construção, uma vez que o Censo do IBGE, que ocorreria em 2020, só teve início em agosto de 2022. Esta é a primeira vez que o Censo Demográfico, ocorrido de 10 em 10 anos, contará a população quilombola do Brasil (IBGE, 2020)²², mais uma expressão da falta de compromisso social com esta população. A vista disso, a defasagem de dados compromete diretamente a efetividade e o alcance de políticas públicas específicas para a população quilombola do país.

Não raro, representantes quilombolas de regiões e estados distintos, denunciam de inúmeras formas a constante violação de seus direitos constitucionais e a violência sistêmica que perdura e retroalimenta uma tradição colonial de opressões e objetificação dos sujeitos deste contexto e de suas comunidades inteiras.

Para discutir os diferentes níveis de opressão que atinge a população negra, especificamente, é necessário pensar suas camadas e lançar luz para as várias maneiras como o racismo age estruturalmente, atingindo inúmeros âmbitos da vida desta população. Em relação às comunidades e agrupamentos negros rurais, urbanos, ribeirinhos e povos tradicionais, em geral, o território é, além de um marcador indispensável, um determinante para pensar experiências específicas de racismo, como o racismo ambiental.

Quando falamos em Racismo Ambiental estamos especificando desigualdades ambientais e sociais que são destinadas, de uma maneira desproporcional, a comunidades tradicionais e étnicas em situações vulneráveis (HERCULANO, 2008). Nesse sentido, estas populações são impostas à condição de injustiça ambiental, considerando que os impactos e desequilíbrios causados pelo racismo ambiental atingem, expressivamente, grupos étnicos e comunidades tradicionais, afetadas por projetos de urbanização e da economia capitalista, sofrendo consequências de construções como barragens, estradas e até o descarte irregular de resíduos químicos e industriais.

A partir deste cenário, inúmeras comunidades tradicionais enfrentam interrupções de suas práticas culturais, limitando a vida e o convívio com o meio ambiente, elementos fundamentais na existência comunitária destes sujeitos.

No caso dos quilombos, tais questões se aprofundam, uma vez que outros aspectos devem ser contemplados, como as questões territoriais fundiárias e ambientais, o direito à propriedade, o modelo de desenvolvimento, ou mesmo

²²Censo 2021: Contra Covid-19, IBGE antecipa dados sobre indígenas e quilombolas. Disponível em: <https://genciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27487-contra-covid-19-ibge-antecipa-dados-sobre-indigenas-e-quilombolas>. Acesso em 21 de julho de 2021.

a invisibilidade que foi imposta durante séculos aos quilombos. (SILVA, 2020, p.53)

Assim, podemos afirmar que as tentativas de desterritorialização de comunidades inteiras, em nome da financeirização, fazem parte do *modus operandi* do capitalismo, “[...] um sistema com um padrão de produtividade tão alto, tão veloz e feroz, que qualquer empecilho à sua realização plena – aceleração total – deve ser limado, exterminado” (GUMIERO, p.12, 2020) tornando durável o estado de guerra permanente contra tudo e todos que se opõem. Nesta estrutura perversa de guerra insistente, não há outra alternativa que não seja a postura de embate e resistência de comunidades e corpos negros.

Na esteira de acontecimentos e crises, acentuadas pela pandemia, os desafios sistêmicos entre comunidades quilombolas, somam-se a outros, específicos à crise sanitária, socioambiental e política. Os cenários de guerra nos territórios encarados enquanto zonas de sacrifício, estão sendo impelidos à destruição e à morte (MORAES; SILVA, 2019), que é a ordem do dia na conjuntura política atual do país no governo Bolsonaro.

2.2 O dispositivo de racialidade e as políticas de morte no Brasil: “E daí?”

Acompanhar os desmontes, paralisações e retrocessos dos últimos três anos, ocasionados pela gestão do atual presidente do país, Jair Bolsonaro, não é, de longe, uma tarefa fácil, vide os inúmeros atentados contra os mais variados âmbitos, ministérios e políticas sociais do Brasil. Entretanto, a rede independente *Sinal de Fumaça*, que monitora a administração de políticas socioambientais no país, organizou o dossiê *Governo JB: Menos 30 anos em 3 (2019-2021)*, documento que elabora uma linha do tempo com base em mais de 400 dados, notícias, crimes e decisões jurídicas que remontam desde a posse do presidente, em janeiro de 2019, até os últimos acontecimentos mais expressivos em relação a crise socioambiental no Brasil, em outubro de 2021²³. Dentre os fatos listados no dossiê, destaco a perseguição de ativistas indígenas e quilombolas e o ataque aos territórios de pertença legítima destas populações.

Conforme apontado no documento, logo nos primeiros dias de mandato, entre 01 e 02 de janeiro de 2019, Bolsonaro editou a Medida Provisória da Reforma Ministerial nº 870 de

²³Composta por uma equipe de curadores, jornalistas e comunicadores, a Sinal de Fumaça – Monitor Socioambiental sistematizou os conteúdos da linha do tempo a partir de “notícias publicadas em portais da imprensa nacional e internacional, canais oficiais de membros e órgãos de governo na internet e nas redes sociais, websites de ONGs, institutos de pesquisa e movimentos da sociedade civil organizada, além do Diário Oficial”. Disponível em: <https://www.sinaldefumaca.com/especiais/dossie-governo-jb-menos-30-anos-em-3-2019-2021/>. Acesso em: 19.11.2021

1º de janeiro de 2019, transferindo as atribuições do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), principal órgão responsável pela demarcação de terras quilombolas no país, ao Ministério da Agricultura, sob administração de Tereza Cristina (DEM-MS), ex-presidente da frente parlamentar ruralista no Congresso Nacional, sem que houvesse qualquer consulta ou aviso prévio à população quilombola.

Sob interferência e coordenação da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, esta que é comandada pelo Ministério da Agricultura, os trâmites de regulações territoriais quilombolas foram parar nas mãos de um algoz assumidamente apoiador do agronegócio, o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia²⁴, o que em linhas gerais, é uma medida prejudicial às titulações de terras quilombolas e diretamente favorável aos setores de oposição destas populações (DEALDINA, 2020).

Alterações e novas versões da MP 870, entre maio e junho do mesmo ano, persistiram nas mudanças administrativas e tentativas de incorporação do Incra e da Fundação Nacional do Índio (Funai) aos Ministérios da Agricultura e o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, até finalmente, em agosto de 2019, devolver à Funai, as atribuições relativas às terras indígenas, junto ao Ministério da Justiça, entretanto o Incra segue sob a tutela do Ministério da Agricultura. Esta tramitação, que consta no dossiê, expõe com detalhes os interesses e a insistência nefasta do atual governo, mediante a destruição dos direitos das populações tradicionais no país.

“Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”²⁵ Essa foi uma das poucas promessas cumpridas pelo presidente Jair Bolsonaro, antes mesmo de chegar à presidência. Até novembro de 2021, de acordo com o balanço “Terras Quilombolas”, elaborado pelo Observatório de Terras Quilombolas da Comissão Pró-Índio de São Paulo, divulgado no mesmo mês, constatou que desde a primeira titulação de terra no país - em 1995, conquistada pelo Quilombo Boa Vista, no estado do Pará - a gestão

²⁴De acordo com a matéria “Milícias e Fuzis: As más companhias de Nabhan Garcia, o homem de Bolsonaro para a Reforma Agrária”, do The Intercept Brasil, em 2005, durante as investigações da CPI da Terra, foram citados junto a Nabhan, milicianos rurais da região de Pontal do Paranapanema - SP. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/02/19/milicias-nabhan-garcia/>. Acesso em: 19.11.2021

²⁵ De olho nos ruralistas: Em 03/04/2017 durante palestra no Clube Hebraica (RJ), Bolsonaro declarou: "Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais. [...] Se eu chegar lá (na Presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola." Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/04/04/bolsonaro-nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena/>. Acesso em 19.11. 2021.

Bolsonaro é a primeira que, durante dois anos consecutivos, tem um saldo zerado no que tange à titulação de terras quilombolas no âmbito do governo federal²⁶.

Vale ressaltar que, ainda em abril deste ano, foi proposto um Projeto de Decreto Legislativo²⁷ (PDL) com a finalidade de conceder autorização à Bolsonaro para denunciar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), esta que assegura a autonomia e o pleno exercício dos modos de vida específicos das comunidades tradicionais do país e determina a responsabilidade estatal de garantir ações de proteção à integridade e efetivação dos direitos destas populações²⁸. O PDL, em suma, traria prejuízos e vulnerabilidades aos direitos destas populações, portanto, denunciar a Convenção 169 da OIT, que foi elaborada em favor destas, não faria sentido algum, conforme um dos argumentos postos na nota técnica contrária à proposta do PDL, emitida pelo Ministério Público Federal, em novembro de 2021.

Neste sentido, não cabe aqui abrir mão de linhas temporais, na tentativa de analisar conjuntamente os impactos do atual governo nos quilombos, fio condutor imprescindível para compreendermos as políticas de morte que reverberam até os dias atuais, contra os quilombos e suas práticas ancestrais. A partir de outros meios, o estado de guerra permanente é latente, e as práticas duráveis do período colonial são evidentes na medida em que os diversos processos de desterritorialização não cessam, ainda que sob outro regime político e econômico. Sobre isto,

O que podemos perceber é que essas comunidades continuam sendo atacadas pelos colonizadores que se utilizam de armas com poder de destruição ainda mais sofisticado [...] Só que hoje, os colonizadores, ao invés de se denominarem Império Ultramarino, denominam a sua organização de Estado Democrático de Direito e não apenas queimam, mas também inundam, implodem, trituram, soterram, reviram com suas máquinas de terraplanagem tudo aquilo que é fundamental para a existência das nossas comunidades, ou seja, os nossos territórios e todos os símbolos e significações dos nossos modos de vida (SANTOS, 2015, p. 41).

Seguindo o curso da gestão de crimes e políticas destrutivas do atual governo, é possível constatar que a saúde pública do país esteve à deriva, tendo em vista a má

²⁶Comissão Pró-Índio de São Paulo: Governo Bolsonaro caminha para segundo ano consecutivo sem titular Terras Quilombolas. Disponível em: <https://cpisp.org.br/governo-bolsonaro-caminha-para-segundo-ano-consecutivo-sem-titular-terras-quilombolas/>. Acesso em: 19.11.2021

²⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 27 de abril de 2021. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1999797 Acesso em: 20 nov. 2021.

²⁸Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

administração e a ampliação dos impactos causados pela contenção tardia dos efeitos pandêmicos no Brasil. De acordo com Ventura e Reis (2021), houve uma estratégia federal de disseminação da Covid-19 no país, a partir dos fatos reunidos pelas pesquisadoras - dentre eles, atos normativos e vetos contrários à medidas de contenção do vírus, discursos e incentivo à população contra a saúde pública, contrariando a importância da vacinação - que caracterizam um sem número de crimes contra a humanidade, atribuídos ao atual governo que, no exercício excedido do poder absoluto, deliberou a morte súbita de milhares.

De acordo com a plataforma Quilombo sem Covid, os registros apontaram 5660 quilombolas infectados por Covid-19 e 301 óbitos, até 18 de novembro de 2021. O observatório foi atualizado nos primeiros anos da pandemia a partir de muitas mãos, com o apoio de redes colaborativas que estiveram em parceria com a CONAQ para o registro destes dados. Contudo é necessário considerar o contexto de subnotificação dos casos de COVID-19 no Brasil, o que dificultou em grau elevado o levantamento destes dados.

Além disso, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, após meses de duração, com um relatório final de quase 1.200 páginas publicado em outubro de 2021, reúne uma série de crimes cometidos pelo atual presidente e outras dezenas de pessoas, dentre elas, dois filhos de Bolsonaro²⁹. No relatório, o atual presidente do Brasil foi acusado por nove crimes, sendo eles: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado de morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade.

Mesmo com a evidência do que foi exposto, fatos que concretizam o necropoder em seu exercício prático, identificar as políticas de morte neste governo durante o curso delas, tem sido um trabalho caro aos que se dedicam, de muitas maneiras, a esta tarefa em prol da vida dos que ainda não foram vítimas letais desta execução. Por este caminho, é mister identificar o decurso de uma execução necropolítica (MBEMBE, 2018) nas tomadas de decisão, sobretudo durante a pandemia, já que estas consistem em decidir quais as vidas matáveis. Diante de tais fatos, nos cabe a tarefa de identificar que foi o Estado quem exerceu e regulou tais medidas assassinas.

²⁹ Senado: Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Ao constatar que “a gestão da política contemporânea é feita a partir da produção da morte”³⁰ (ALMEIDA, 2020), acionar o conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018) nos parece indispensável para uma avaliação contundente à postura do Estado brasileiro, diluindo a noção de que este se encontra sempre omissos ou ausente. Estrategicamente organizadas com a finalidade de eliminar populações inteiras e/ou comunidades, a necropolítica está no ponto mais extremo da soberania e por isto, vida e morte já não representam zonas proibidas (MBEMBE, 2018).

Apesar de ter sido acusado e continuar sendo alvo de investigações por inúmeros crimes, dentre eles aqueles que foram cometidos contra a humanidade, o atual presidente usufrui de sua liberdade sem que nenhuma ação judicial o impeça, o que implica dizer que o não cumprimento da Constituição Federal de 1988, lei suprema do país, não o impediu de continuar impune. No caso do Brasil, especificamente, o dar de ombros ou o “E daí?”³¹ dito inúmeras vezes por Bolsonaro, quando advertido no tocante do seu papel de responsabilidade enquanto líder nacional, ensaia a expressão máxima de que vida e morte, mais do que não serem zonas proibidas, são âmbitos pouco ou totalmente irrelevantes.

Mesmo com a abrangência de discussões e pesquisas integralmente fundamentadas no ensaio do filósofo Achille Mbembe, acerca da noção de necropolítica e a popularização do conceito, sobretudo a partir de sua última edição publicada em 2018, não se encerram aqui as tentativas de alcançar a realidade brasileira, a partir de compreensões fidedignas aos sujeitos deste contexto e do forjamento do Brasil tal como ele é.

Fui provocada a refletir sobre a urgência de examinar os limites da noção de necropolítica para pensar o contexto brasileiro, desde a composição do próprio conceito, quando tive acesso a aula-homenagem *Sueli Carneiro, o Dispositivo da Racialidade e a profusão de discursos em torno da necropolítica: Matizes para pensar o Brasil*, ministrada em julho de 2022 pelo professor Wanderson Flor do Nascimento (UnB), transmitida pelo canal da Casa Sueli Carneiro³² na plataforma de vídeos do Youtube.

³⁰ Fragmento da Aula 7 “A necropolítica no Brasil ontem e hoje” ministrada por Silvio de Almeida, no curso “Entender o mundo hoje: Pandemia e Periferias (Universidade Emancipa/UERJ/FFLCH-USP)”: “Necropolítica está diretamente ligada à economia capitalista atual, a gestão da política contemporânea é feita a partir da produção da morte” Disponível em: <https://youtu.be/LswboidArbw>

³¹ Folha de São Paulo: 'E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>. Acesso em 19.11.2021.

³²Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dVj7fMAMEAM>. Acesso em: 17. out. 2022

A tese de doutorado da filósofa brasileira Aparecida Sueli Carneiro, intitulada *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, traz com maestria uma análise minuciosa ao elaborar o conceito de Dispositivo de Racialidade, revisitando e acrescentando outros arranjos à noção de Dispositivo, que a princípio foi desenvolvida por Foucault (1979). Dessa maneira, tendo como referência o próprio filósofo francês, seus esforços interpretativos partiram da ideia de que

Foucault entende que um dispositivo corresponde a “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (Foucault, 1979, p. 244). Nosso pressuposto é o de que essa noção de dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se re-alinham para cumprir um determinado objetivo estratégico, pois em síntese o dispositivo, para Foucault, consiste em “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas.” (CARNEIRO, 2005, p.39, apud FOUCAULT, 1979, p. 246).

Na leitura cuidadosa de Carneiro (2005) acerca da elaboração foucaultiana de dispositivo, sendo aquele que é sustentado por normas, discursos, medidas jurídicas, saberes, práticas discursivas ou não, “o dito e o não dito”, a autora compreende a potencialidade do dispositivo na produção e acionamento da força tendo como base os seus elementos e subjetividades constitutivos (FOUCAULT, 1979; CARNEIRO, 2005; FLOR DO NASCIMENTO, 2022).

Dessa maneira, a proposta da autora é compreender que a biopolítica, sendo ela mesma o exercício do biopoder, consistindo no fazer viver e deixar morrer, no Brasil, é tão somente um dispositivo de racialidade (FLOR DO NASCIMENTO, 2022), isto é “O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver” (CARNEIRO, 2005, p. 76-77).

Por outro lado, substancialmente, o estado de exceção é parte constitutiva da necropolítica, ou seja, para Mbembe (2018) é na restrição ou suspensão dos direitos, que a prática política de fazer morrer ou expor à morte é posta em vigor. No entanto, o que Carneiro (2005) vai defender, é que as pessoas negras que foram trazidas até aqui sob a condição da escravidão, foram reduzidas à condição de mercadoria pelo regime e por esse motivo

[...] se essas peças de comércio morrem, você pode pensar nisso em termos de prejuízo econômico, mas você não tem um drama existencial porque não é a humanidade que está sendo agredida. Eram nesses termos que a população negra chegou aqui (FLOR DO NASCIMENTO, 2022).

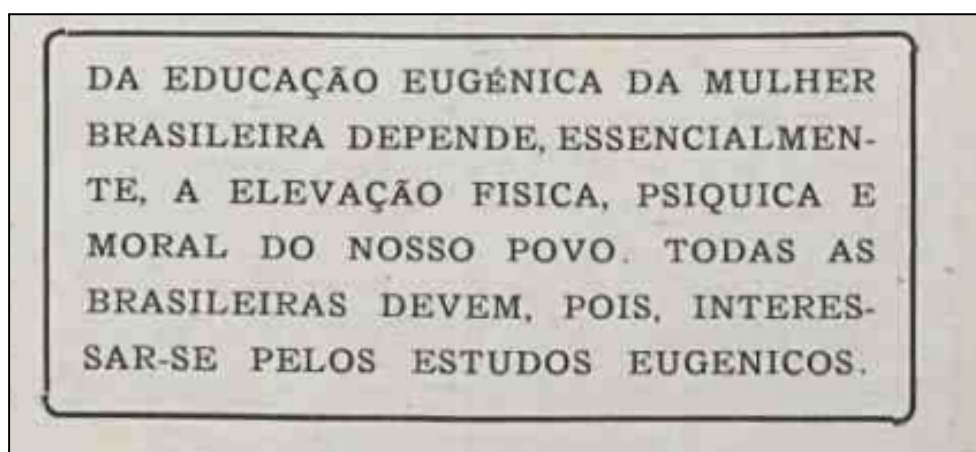
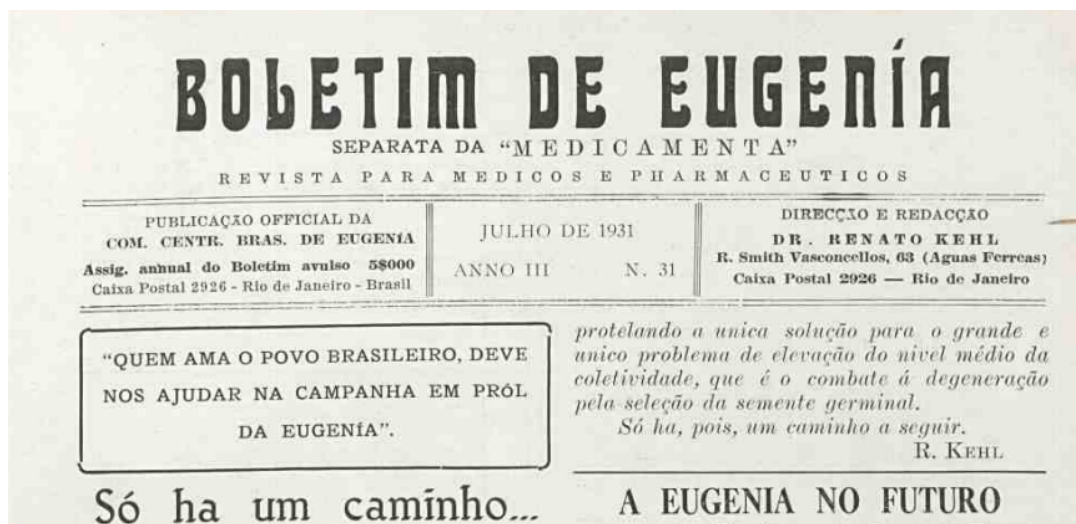
Desse modo, não é como se essas pessoas, a princípio, tivessem algum direito garantido para que, no momento em que entrasse em vigor o estado de exceção, estes fossem tolhidos. Historicamente, a negação da humanidade de pessoas negras e as estratégias de aniquilamento desta população vigoram desde que o Brasil foi forjado.

Conforme bem observado por Flor do Nascimento (2022), elaborar o conceito de dispositivo de racialidade se trata, inclusive, de uma estratégia antiepistêmica de Carneiro (2005), na medida em que, diferente do conceito de necropolítica, que dá abertura para discuti-lo, a depender da leitura que está sendo feita, sem que seja identificado o lugar do racismo, em contraponto, não há margem para discutir o conceito e a prática dos dispositivos de racialidade deixando de lado o marcador raça.

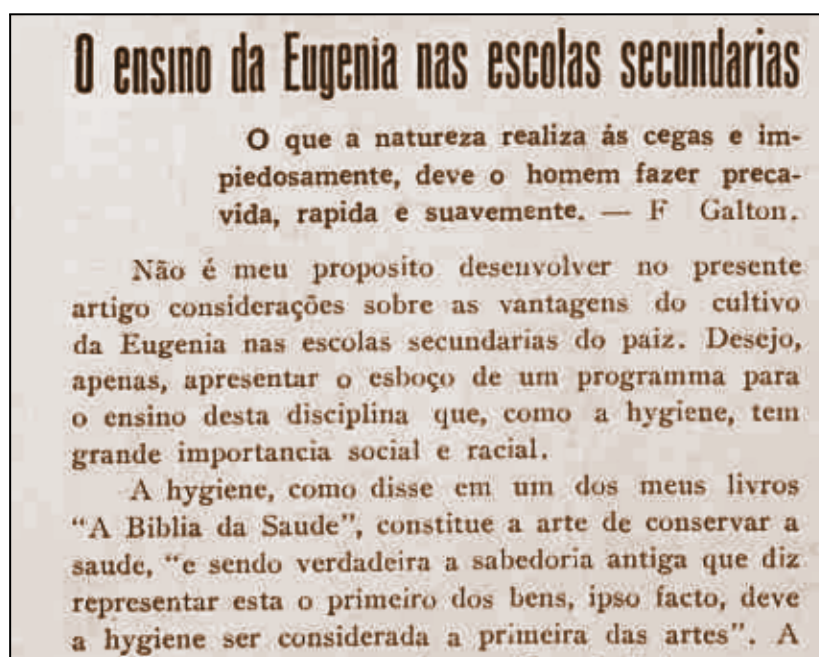
Historicamente, no contexto de pós-abolição, a principal preocupação da república era desenvolver mecanismos de controle contra a população negra e mestiça no país. Com um sistema criminal distinto para cada raça, sob forte influência do pensamento eugenista, a propagação de que a miscigenação deveria ser evitada tinha por objetivo a "[...] prevenção da loucura e a criminalidade, considerando doentes todos os membros frutos dessas uniões, seus descendentes e todo o seu modo vida — incluindo-se sua religião e cultura" (MANDARINO; GOMBERG, 2010, p.65). Em suma, o pensamento eugenista defendia o argumento de que haviam grupos biologicamente superiores e mais capazes e tinha por finalidade segregar grupos e manter o "equilíbrio genético" purista.

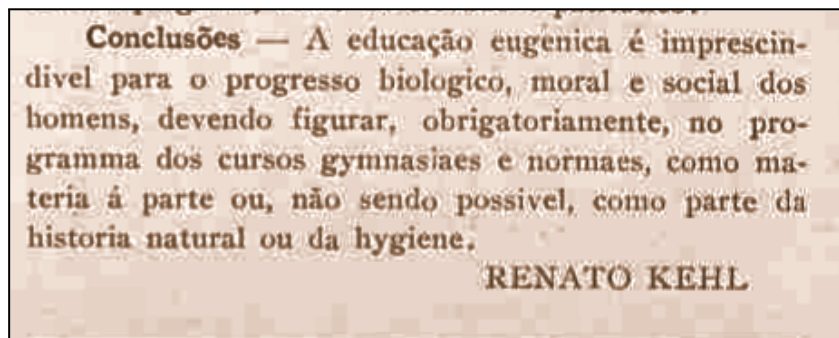
A difusão destas informações foi feita de maneira institucionalizada, pelo Boletim de Eugenia³³, revista trimestral de divulgação e propagação da eugenia no Brasil, dirigida e produzida por médicos e outros intelectuais da época como Renato Kehl, Francis Galton e Nina Rodrigues. A política de eliminação de pessoas negras e mestiças era proposta a partir de muitos meios, dentre eles a influência ideológica através da educação escolar, discurso biomédico e esterilização de mulheres negras.

³³ Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>. Acesso em 18 de set. de 2022.



Figuras 11 e 12 : Fragmentos do Boletim de Eugenia de Julho de 1931, ano 3, N° 31 - Rio de Janeiro. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira





Figuras 13 e 14: Fragmentos do Boletim de Eugenia de Junho de 1931, ano 3, Nº 30 - Rio de Janeiro. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Todo conteúdo era fundamentado a partir de argumentos científicos biomédicos, o que conferia ainda mais legitimidade à ideologia eugênica. Esse movimento científico e político acontecia na conjuntura de pós-abolição, apenas pessoas brancas ocuparam estes lugares de elaboração, numa expectativa de superação da selvageria rumo ao progresso, onde pessoas negras nem eram vistas como pessoas, tampouco sujeitos de direito.

Por conseguinte, inaugurando as primeiras décadas do século XX, período marcado também pelo final da República Velha e início dos anos 30, a influência das teorias eugenistas iam dando lugar à preocupação urgente em criar uma identidade nacional para o Brasil e melhorar sua imagem. Dentre as produções intelectuais da época, no âmbito da Sociologia Brasileira, uma obra que conquistou expressivo destaque foi *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933. Partindo de uma escrita romancista, Freyre (2003) descreve as relações antagônicas entre raças e culturas distintas, nas figuras de senhores de engenho e latifundiários e pessoas negras e indígenas escravizadas, perpassando por um sistema de relações econômicas, sociais e políticas.

O autor não exita em descrever de maneira romantizada e fetichista, a celebração da miscigenação que ocorria, majoritariamente frente ao estupro de mulheres negras e indígenas por homens brancos em posição de dominação

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. (FREYRE, p.35 2003)

Nesta perspectiva, a suavização de processos de exploração e violência em narrativas como estas, reforçaram a falsa harmonia entre brancos e negros como fruto da miscigenação e alimentaram dispositivos de racialidade, através da construção discursiva de narrativas que defendiam a dissolução dos antagonismos de raça, a partir de uma falaciosa e violenta comunhão sexual, tendo como fruto dessa dissolução um Brasil miscigenado.

Entretanto, reacender memórias de um passado violento que se pretende superado é uma estratégia metodológica legítima e eficaz, sobretudo no que tange a construção do Brasil sob a égide de relações de exploração, violências e de um racismo velado, encoberto por discursos e crenças na igualdade, harmonia e democracia entre as raças. Sobre isso, Lélia Gonzalez (2018) denuncia o racismo por denegação, salientando, ao mesmo tempo, que é na memória viva e em movimento que reside a capacidade de trazer à tona aquilo que foi recalçado pela consciência, isto é

[...] Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada de cena. (GONZALEZ, 2018, p. 194).

O “discurso dominante”, mencionado pela autora, tira de cena o racismo brasileiro, sendo ele mesmo fundado no mito da democracia racial, que opera até os dias de hoje como um dispositivo de racialidade (CARNEIRO, 2005). O mito da democracia racial foi não somente reforçado pelo Estado e endossado pela produção intelectual nacionalista, como também contribuiu para o a criação do ideário de um Brasil igualitário e de misturas harmoniosas (JUNIOR; LIRA, 2022).

Estes são alguns fatos que reiteram a presença marcante do dispositivo da racialidade no Brasil, evidenciando algumas das rotas que foram culturalmente estruturadas na sociedade brasileira pelas classes dominantes e pelo Estado, para o exercício da política de morte e para a reificação de um racismo nos moldes brasileiros. Acentuamos que

Esse racismo de caráter bem peculiar – que se invisibiliza, naturaliza e se nega – é, na reflexão da autora, uma marca da sociedade brasileira e do seu

discurso de democracia racial. Ele está na raiz das nossas dificuldades de enfrentamento das iniquidades raciais, na medida em que põe em circulação na sociedade um conjunto de ideias e comportamentos que reforçam a percepção da população negra como menos digna de direitos (“negro tem mais é que viver na miséria”, “ele tem umas qualidades que não estão com nada”), ao mesmo tempo que apregoa uma suposta igualdade de tratamento e oportunidades (“todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus”, “preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem”) (JUNIOR; LIRA, p.118, 2022).

Também por isso, tendo em vista suas raízes fincadas no passado, e os seus dispositivos que garantem a perpetuação do controle da vida e dos corpos no presente, gerir e distribuir a morte faz parte de uma série de execuções políticas que no Brasil trata-se da regra e não exceção. A partir disso, compreendendo a defesa de uma falsa democracia racial como um aglutinamento de dispositivos de racialidade, percebemos que este fundamento ideológico ainda é sintomático no país, sobretudo no contexto do avanço da extrema direita na ocupação de cargos da gestão pública. Por outro lado, a movimentação de pessoas negras têm garantido o tensionamento destes discursos ideológicos e atuado em defesa da vida dos seus e de suas próprias narrativas reais, lançando luz diante de memórias coletivas que recordam, e de experiências que vivenciam ainda hoje, de um Brasil erguido sob suor e sangue negros.

2.3 Movimento político quilombola: a articulação nacional pela garantia de direitos durante a pandemia

Pensar na organização sociopolítica dos territórios negros implica diretamente nas conquistas e esforços empreendidos por mulheres. Mesmo desempenhando funções perpassadas por relações de poder e dominação, como a divisão sexual do trabalho, que essencializa ofícios e afazeres hegemonicamente direcionados às mulheres, a exemplo da gestão do cuidar na esfera privada e doméstica - que se estende para o âmbito comunitário - a atuação das mulheres quilombolas está além das condições de submissão. Por esta perspectiva, estas mulheres estão muito mais próximas de posições de liderança, protagonismo e de respeitabilidade nas comunidades, sendo elas as principais responsáveis pela manutenção cotidiana e regularização jurídica dos territórios (DEALDINA, 2020).

A construção da organização e articulação política pela garantia de direitos específicos à população quilombola foi conduzida, majoritariamente, por mulheres. Eventos

como a Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília, no ano de 1995, onde ocorreu simultaneamente o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, desencadeou, posteriormente, a criação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em 1996, contando com a presença expressiva de lideranças femininas, inclusive na fundação desta última (DEALDINA, 2020). Em 2014, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas em Brasília, evento que fortaleceu a agência política das mulheres quilombolas, firmando as tomadas de decisões coletivas a partir da CONAQ. No ano seguinte, no mesmo estado, já na Marcha das Mulheres Negras, mulheres quilombolas de diferentes estados integraram a comissão executiva do evento, motivando uma série de oficinas elaboradas por mulheres quilombolas, para mulheres negras e quilombolas de várias regiões do país. (DEALDINA, 2020).

Em função disso, é mais que necessário reconhecer que a construção do movimento social quilombola, foi e é gerido por mulheres e que junto as reivindicações e pautas específicas, relativas às muitas formas de racismo que enfrentam coletivamente em suas comunidades, desde a promoção de debates, garantia de acesso a direitos relativos ao território, saúde e educação, até a publicização e denúncias de violências de gênero e LGBTfobia enfrentadas dentro e fora dos quilombos, são pautas que trazem à tona os diferentes níveis de opressão e que estão, atualmente, no hall das reivindicações políticas do movimento quilombola, graças às mulheres.

Em relação ao período pandêmico nos quilombos, o distanciamento social, como uma das recomendações universais de proteção social e individual, em função da crise multiforme acentuada pela Covid-19, causou impactos significativos nos modos de vida e de lutas sociais. Por outro lado, a atual conjuntura intensificou os usos da virtualidade e a interação digital, criando outras formas de organização coletiva.

Apesar disso e também por isso, as comunidades quilombolas têm se articulado como podem, criando redes de informação entre municípios, estados e regiões de maneira autônoma, atentos e em comunicação com representantes de outros territórios. A nível de representação coletiva, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), não só vem acompanhando a situação dos territórios quilombolas e os desafios provocados pela crise da Covid-19, como também têm produzido e compartilhado informes, boletins e matérias, criando um banco de dados a partir de informações coletadas e aglutinadas nos canais oficiais da coordenação.

Em maio de 2020, a CONAQ e o Instituto Socioambiental (ISA) criaram a plataforma Quilombo sem Covid, um observatório digital de monitoramento dos casos de

Covid-19 nas comunidades do Brasil, - os registros apontam 5660 quilombolas infectados por Covid-19 até 18 de novembro de 2021³⁴ - onde os dados epidemiológicos de quilombolas do país são atualizados diariamente na plataforma, conforme afirma Sandra Andrade, a CONAQ também

[...] tem a preocupação de mensurar o real impacto da Covid-19 nos quilombos, haja vista a subnotificação por parte do Estado brasileiro, o não cumprimento dos direitos constitucionais e a não efetivação da titulação definitiva dos territórios. O não acesso às políticas públicas é um forte complicador no combate ao novo coronavírus, que requer condições mínimas de higiene, segurança territorial e alimentar. A maioria dos territórios está distante de hospitais estruturados e próxima a municípios onde a saúde é sucateada e onde não chegam nem mesmo os testes rápidos. Mais uma vez, deliberadamente, a população quilombola desse país é colocada no esquecimento, na invisibilidade e é excluída do processo de distribuição das políticas públicas (SOCIOAMBIENTAL, 2020).

Acessando meios legais para a cobrança de respostas federais à crise nos quilombos, a CONAQ elaborou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742 solicitando ao Supremo Tribunal Federal (STF) um Plano nacional de combate aos efeitos da pandemia nas comunidades³⁵. O documento foi encaminhado no dia 9 de setembro de 2020 e foi estipulado um prazo de 30 dias para a implementação.

Além disso, a CONAQ, junto a outros coletivos comprometidos com as pautas quilombolas, têm organizado transmissões de debates e conversas ao vivo em plataformas de vídeo³⁶, veiculando e fazendo circular informações a nível de assessoria jurídica, orientações de cuidado e acesso a direitos - como tem sido com o processo de imunização contra a Covid-19³⁷, por exemplo - e além disso, possibilitando diálogos nos ambientes e chats virtuais, através da promoção de encontros virtuais, produzindo a confecção de materiais de divulgação, cartilhas informativas sobre cuidados e proteção contra a COVID-19 nas comunidades e seguem articulando parcerias com outros profissionais e instituições que estão se dispondo a contribuir.

³⁴ Dados da plataforma Quilombo sem Covid. Disponível em: <https://quilombossemcovid19.org/>. Acesso em 22 de junho de 2021.

³⁵ Portal STF: Quilombolas e partidos pedem providências para o combate à Covid-19 nas comunidades. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=451577&ori=1> Acesso em: 02.jun. 2021

³⁶ Foram mapeados eventos realizados em plataformas como o Instagram e o Youtube, a partir das palavras-chave: Quilombos, Quilombolas, Pandemia e Covid-19, em um recorte temporal de março de 2020 a abril de 2021.

³⁷ Destaco o debate Comunidades Quilombolas, Pandemia e Luta por direitos com participação de Givânia Silva (ABPN/CONAQ/UNB); Vercilene Dias (CONAQ) e Hilton Pereira (UFPA/Abrasco), transmitido pelo canal do Youtube Pensar Africanamente, no dia 13 de Abril de 2021, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k0iE_cHSTHc. Na ocasião, foram discutidas as principais dúvidas das comunidades a respeito da imunização e outras pautas, que foram postas no chat e compartilhadas entre os participantes e representantes estaduais da CONAQ de diferentes regiões.

Os encontros realizados com a presença de representantes da CONAQ também têm pautado a efetividade da ADPF 742 nos territórios, mais uma estratégia para acompanhar a gestão dos efeitos da pandemia nos territórios e a efetivação das ações cobradas na ADPF 742. Em função disso, a organização política, assim como a pesquisa no ciberespaço “[...] requer alguns tipos específicos de criatividade, de modo a ser capaz de detalhar os modos pelos quais as atividades on-line produzem sentido” (CAMPANELLA, 2015, p.170).

Reencontros virtuais, trocas de informações, de estratégias, preocupações, dúvidas em comum e saudações entre membros de comunidades distintas, entre outras interações possíveis a partir das redes e mecanismos virtuais, foram acionadas durante o contexto de distanciamento social, criando uma rede quilombola de articulação estratégica, a partir dos caminhos e espaços possíveis que estreitam e promovem vínculos.

Ademais, os grupos de Whatsapp com membros de inúmeras comunidades de regiões e estados distintos, foram ferramentas cruciais para comunicação e acesso à informações oficiais, permitindo a comunicação e divulgação imediata a partir de informes instantâneos que, mesmo à distância, facilitaram a comunicação e as trocas de experiências e notícias importantes de interesse coletivo entre as comunidades quilombolas do país. Em Santa Tereza, Damiana, uma das principais representantes quilombolas responsáveis pela União das Comunidades Quilombolas de Coremas - UNEQUICO, atuante desde 2012, esteve atenta ao trâmite relativo à autorização da distribuição e concessão das primeiras doses da vacina contra a Covid-19, não só para os territórios de Coremas, como para todo o estado da Paraíba.

Contudo, é necessário destacar que o acesso à internet ainda é um recurso escasso e/ou precário em muitos territórios, sobretudo quando se trata de territórios rurais, a inacessibilidade é bem mais realçada. Ainda que a internet tenha sido um mecanismo de extrema importância, esses limites comprometem âmbitos fundamentais como a comunicação e articulação entre muitas comunidades e o acesso à informações.

À vista disso, a imersão etnográfica, assim como a impossibilidade de um acompanhamento mais preciso por parte da CONAQ, em relação a situação dos quilombos localizados nas mais variadas áreas do país, sofreram uma série de modificações, de maneira que o campo e articulação política virtual permite acessar, em alguma medida, outras camadas de sociabilidades, mas que não necessariamente refletem a dinâmica dos convívios locais. Entretanto, destacamos que as interações e articulações virtuais foram e têm se revelado mecanismos políticos de extrema importância, permitindo a criação de ambientes metafísicos de discussão, troca de afetos, informações e de esperança.

Com mais de 20 anos de existência, a CONAQ é uma frente de articulação nacional atuante em defesa dos quilombos que, na prática, pressiona e cobra a garantia e institucionalização dos direitos da população quilombola do Brasil. Mesmo com representantes da coordenação em todos os estados do país, acompanhar microrrealidades específicas e o cerne de relações cotidianas no âmbito das mais diversas e distintas sociabilidades quilombolas não é, de longe, uma tarefa simples. Também por isso, em alguma medida, a relação entre representações da coordenação e lideranças locais dos quilombos nem sempre é mediada por um acompanhamento integral, assim como a comunicação entre estes não é plenamente efetiva. Ressalto que este trabalho não se dedicou estritamente a estas imbricações, ainda assim, apesar da indiscutível relevância da CONAQ, salientamos que outras movimentações e articulações locais são tão eficazes e produtoras de resoluções cotidianas quanto a rede de representação quilombola no âmbito nacional.

3. “Estamos aqui na luta, os trabalhos continuam”³⁸ - Desafios e cuidados no âmbito comunitário

Neste capítulo serão analisados o contexto de enfrentamento à pandemia da Covid-19, nos territórios quilombolas de Santa Tereza e Mituaçu, a partir da experiência das ACS que atuam nos respectivos territórios, sobre as problemáticas e novos conflitos, o cotidiano dos cuidados nas comunidades após a chegada do vírus, a exemplo das medidas de proteção coletiva, barreiras sanitárias e o processo de imunização, bem como os novos desafios relacionados à profissão e aos corpos-pessoa que os ocupam.

Também serão analisadas notícias, pesquisas e boletins de órgãos como o Conselho Nacional de Secretarias de Saúde (CONASS) e o boletim Monitoramento da saúde dos ACS em tempos de Covid-19 da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) sobre a atuação, as condições de saúde, risco e trabalho em que foram postas as profissionais ACS durante a pandemia, reparando também em que medida estas profissionais têm incentivo e acesso à formação educacional específica para o fortalecimento de ações e do trabalho comunitário, sobretudo quando se trata de populações e territórios específicos, como é o caso das comunidades negras quilombolas.

3.1 No front da Atenção Básica: (in)visibilidades em torno das Agentes Comunitárias de Saúde

Com o progressivo número de hospitalizações e óbitos em todo o mundo, em decorrência da propagação vertiginosa da Covid-19, que atingiu uma escala acelerada de contágio global, ainda no segundo trimestre de 2020, também houve um processo de construção e disseminação de narrativas sobre a conjuntura de tragédias iminentes. O contexto foi encarado socialmente enquanto estado de guerra, uma vez que um organismo invisível tornou-se ameaça e foi taxado como principal inimigo da humanidade, perspectiva que contribuiu para enaltecer o trabalho de profissionais da saúde e que, dentro deste espectro combativo, não raro era equiparado ao de soldados numa frente de batalha.

Médicos/as, enfermeiras/os, técnicas/os de enfermagem, entre outros profissionais, foram constantemente comparados a super-heróis/heroínas, assim retratados em ilustrações, matérias de jornais e documentários em todo o mundo. A título de exemplos, aqui no Brasil

³⁸ SANTOS, Thayonara Marina da Silva; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. **"Estamos aqui na luta, na correria, os trabalhos continuam"**: Relato da Agente Comunitária de Saúde Mônica Nascimento de Sousa sobre o enfrentamento da pandemia na comunidade Quilombola de Mituaçu, Conde – PB. 2020. Observatório Antropológico. Disponível em: <https://www.observantropologia.com/narrativas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

temos os projetos de Lei (PL) 2.034/2020, que sugeriu o registro dos profissionais de saúde atuantes na linha de frente da Covid-19 em um livro de aço, memorial simbólico destinado a homenagear figuras consideradas heróis e heroínas da pátria e o PL 2.031/2020³⁹, que propõe a concessão de pensão especial a estes profissionais, corroborando com o movimento de reconhecimento social do trabalho de profissionais da respectiva linha de frente de enfrentamento à pandemia. Entretanto, o texto inicial do PL 2.034/2020 não menciona quais profissionais seriam homenageados e quanto ao PL 2.031, o benefício mencionado seria concedido apenas a profissionais de nível técnico e superior. Ambos PL's ainda encontram-se em tramitação no Senado desde abril de 2020.

Atuantes na chamada linha de frente da Covid-19, os profissionais que conduzem trabalhos de cuidado, transitam nas fronteiras do contágio e autoproteção, nas zonas de morte e vida, com um sem número de sentimentos e tensões. No ato de suas atividades laborais e no contexto caótico do início da ameaça viral, realizaram esforços quase que supra-humanos, lutando pela vida da população acometida pela doença. Por outro lado, essa leitura que enquadra profissionais da saúde no hall de super heróis, tira de foco outros desafios cotidianos presentes na experiência destes profissionais, como a escassez de recursos indispensáveis à execução do trabalho de cuidado, as horas excedentes de expediente, a sobrecarga física e emocional, o medo cotidiano do contágio e a falta de incentivo financeiro e seguridade. Na narrativa heróica, a figura onipotente rouba a cena e já não há desafio que não possa ser superado, os obstáculos são ínfimos, afinal de contas os super-heróis são capazes de tudo, inclusive de fazer o impossível.

Por atenuar os riscos e dificuldades enfrentados por estes profissionais, que estão bem distante da ficção, as narrativas que edificam uma representação heróica de profissionais da saúde possuem, ainda, outras estratificações, dada a necessidade de refletirmos sobre quais outras profissões⁴⁰ também compõem esse front de contenção do vírus em defesa da sociedade, mas que não tem o mesmo reconhecimento. De acordo com a pesquisa *Os trabalhadores invisíveis da Saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da Covid-19 no Brasil*⁴¹, que reúne relatos de mais de 20.000 profissionais de 2.395 municípios

³⁹ A autoria dos PL's são do senador Randolf Rodrigues (REDE/AP).

⁴⁰ Fiocruz: Pandemia reafirma invisibilidade de 2 milhões de trabalhadores da área da Saúde. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-reafirma-invisibilidade-de-2-milhoes-de-trabalhadores-da-area-da-sau-de>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

⁴¹ Um resumo dos dados da pesquisa em andamento pode ser acessado em: <http://conter.gov.br/pdf/upload/upload/quadro-fiocruz-trabalhadores-invisiveis.pdf>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

de todo o país, incluindo Agentes Comunitários de Saúde (ACS), é possível constatar que além de correr risco de vida cotidianamente em suas atividades, estes profissionais pouco ou nada são reconhecidos pelo trabalho desempenhado, sendo assim

As consequências da pandemia para esse grupo de trabalhadores são muito mais desastrosas. São pessoas que trabalham quase sempre cumprindo ordens de forma silenciosa e completamente invisibilizadas pela gestão, por suas chefias imediatas, pela equipe de saúde em geral e até pela população usuária que busca atendimento e assistência [...] As exigências físicas e mentais a que esses trabalhadores estão submetidos durante as atividades realizadas, por exemplo, pressão temporal, interrupções constantes, repetição de ações e movimentos, pressão pelo atingimento de metas e tempo para descanso, foram consideradas muito altas por 47,9% deles. Além disso, 50,9% admitiram excesso de trabalho. (FIOCRUZ, 2022).

Diante disso, a supervalorização restrita a profissões específicas, coloca em outro espectro um conjunto de profissionais que também estiveram no front, isto é, apaga parte importante da chamada linha de frente da pandemia. Esta assimetria é perceptível, mesmo antes da pandemia, entre as posições de prestígio e as de pouco reconhecimento no âmbito da Saúde. Apesar da lei federal nº 14.023 reconhecer, também, os ACS como profissionais “essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública” (BRASIL, 2020, p.1), com a pandemia, a visibilidade atribuída aos Agentes Comunitários de Saúde ainda é muito aquém em relação a outros profissionais da área atuando em outros níveis de complexidade do cuidado em saúde, uma vez que as narrativas midiáticas contemplam uma parcela pequena e específica dos que estiveram na linha de frente de combate à Covid-19.

Assim, podemos afirmar que estes profissionais são, de certa maneira, obstruídos da cidadania de profissionais da saúde (FIOCRUZ, apud MACHADO, 2022) e postos à margem desta linha de frente mesmo sendo estes profissionais um dos primeiros a identificar os casos suspeitos, encaminhando-os à UBS e avaliando previamente a necessidade de atendimento especializado. O monitoramento das respectivas microáreas, realizado através de ligações e visitas domiciliares em número reduzido, para o mapeamento de casos suspeitos, bem como o trabalho educativo e informativo, na divulgação e desenvolvimento de campanhas preventivas, foram atribuições desempenhadas por ACS com a finalidade de conter o vírus e dirimir o contágio já no âmbito primário da Atenção Básica. Entretanto, essas e outras atividades, descritas pelas interlocutoras nos dois últimos tópicos deste capítulo, tiveram pouca ou nenhuma valorização.

Com base nos boletins bimestrais da pesquisa *“Monitoramento da saúde e contribuições ao processo de trabalho e à formação profissional dos Agentes Comunitários de Saúde em tempos de Covid-19”*, realizada com quase 3.000 ACS de seis municípios

brasileiros, a sobrecarga de trabalho em função da pandemia, a dificuldade em estabelecer novos protocolos de atendimento, somados à cobranças relativas ao *Previne Brasil*, são os desafios mais expressivos na rotina de trabalho destes profissionais.

Instituído em 2019 pela Portaria nº 2.979, o *Previne Brasil* é um modelo de financiamento que estabelece três critérios para o repasse de recursos aos municípios: captação ponderada (cadastro de pessoas), pagamento por desempenho (indicadores de saúde) e incentivo para ações estratégicas (credenciamentos/adesão a programas e ações do Ministério da Saúde) (CONASEMS, 2022)⁴². O impacto causado por este novo modelo, na prática, ocasionou sérias mudanças no ritmo, na qualidade e estilo de trabalho de muitos ACS, já que desde que o novo modelo entrou em vigência, estes profissionais precisam lidar com cobranças específicas para garantir o cumprimento de prazos e metas que visam a aquisição e aumento de recursos financeiros destinados aos respectivos municípios: *“A gente tem que buscar pra eles ganharem o dinheiro, agora reconhecer nós, de jeito nenhum”*⁴³

Nesta lógica, o trabalho dos ACS vai se tornando cada vez mais instrumental e quantitativo, perdendo progressivamente os aspectos primordiais que configuram o cerne principal da profissão, composto pelo acolhimento e comunicação horizontal com a comunidade assistida pelas UBS's, escuta e valorização do outro e a promoção da saúde através da educação popular. Sobre isso, durante o trabalho de campo que executei na graduação, em 2019, na comunidade de Mituaçu, a ACS Mônica já havia feito críticas pertinentes no tocante das modificações graduais que estavam ocorrendo no trabalho qualitativo das ACS, uma vez que, na sua percepção, já estava em curso o processo de redução de suas atividades à protocolos mecanicamente padronizados, isto é, reduzindo suas atribuições à trabalho quantitativo, produtivo e instrumental (SANTOS, 2020).

Ainda sobre a falta de reconhecimento dos ACS, Rosa Helena, que atua na UBS Valdemar Mamede, situada na comunidade quilombola de Santa Tereza, conta durante entrevista realizada em outubro de 2021

A gente batalhou por uma gratificação que veio na pandemia e a gente não teve direito. Tiveram colegas meus que ia na porta do paciente entregar um remédio, penduravam a sacolinha no portão, aquela luta... Ia para o mercado fazer compras para o paciente, isso aconteceu com um colega meu [...] Por parte dos gestores (municipais) nós não tivemos reconhecimento nenhum, não recebemos nenhuma gratificação, nem um real, nem para combustível e para merenda. (Entrevista com Rosa Helena, 2021)

⁴²CONASEMS: Ministério da Saúde divulga novas regras para financiamento da Atenção Primária. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/ministerio-da-saude-divulga-novas-regras-para-financiamento-da-atencao-pri-maria/>. Acesso em: 08 de jun. de 2022.

⁴³Fala de Rosa Helena durante entrevista realizada em Outubro de 2021.

Vigente desde dezembro de 2020, a Portaria Nº 3.317, que fixa o valor do incentivo financeiro federal de custeio referente ao trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, a gratificação da pandemia a qual a ACS Rosa Helena se refere, estabeleceu o repasse de recursos municipais que, no estado da Paraíba no ano de 2021, foi pago no mês de setembro. Conforme o relato da ACS, apesar da articulação local dos ACS em prol de seus direitos legítimos e de, conforme consta no portal do Fundo Municipal de Saúde, este incentivo ter sido repassado ao município de Coremas no valor final de R\$ 44.950,00, os ACS da UBS Valdemar Mamede não receberam nenhum centavo de incentivo pelo trabalho desempenhado.

Além disso, através de outra Portaria Nº 4.036, de 29 de dezembro de 2021, que tinha como propósito o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, a partir da transferência de incentivo financeiro federal de custeio das ações de equidade por meio do cadastro de populações quilombolas, o município de Coremas foi contemplado, conforme consta na edição 245-E do Diário Oficial da União (DOU), com o valor de R\$ 19.600,00, baseado no quantitativo de 7 unidades de Estratégia Saúde da Família em todo o município. O documento chegou ao conhecimento da comunidade de Santa Tereza a partir de grupos de articulação quilombola no Whatsapp, entretanto, a equipe de ACS não soube informar a respeito da distribuição deste recurso, tampouco sabiam de sua existência.

Mesmo com as limitações provocadas pela necessidade de distanciamento social, milhares de ACS espalhados por todo o país concentraram esforços, utilizando os meios e recursos disponíveis, para garantir que a Atenção Primária de Saúde fosse capaz de atender as demandas de saúde da população, realizando busca ativa, triagens e acompanhamentos, mesmo que por telefone, trabalho que incorporou desde a divulgação de informações e conteúdos educativos para promoção da saúde e prevenção ao contágio, buscando o cumprimento das medidas de proteção individual e coletiva em suas respectivas comunidades.

Muito além do que se espera em relação ao cumprimento de suas atribuições e sem receber o reconhecimento financeiro juridicamente conquistado, em alguns casos, estes profissionais realizaram, inclusive, atividades de cunho doméstico em prol da saúde e recuperação dos acometidos pela Covid-19 em suas respectivas microáreas, contribuindo significativamente para a manutenção dos cuidados primários em milhares de comunidades do Brasil e ainda assim, fazendo parte do percentual de profissionais à margem da linha de frente. Adiante, veremos como estes desafios foram expressos no cotidiano e experiência das

ACS que foram interlocutoras desta pesquisa, seguindo a rota da imunização nos territórios quilombolas de Mituaçu e Santa Tereza.

3.2 Outras problemáticas, novos protocolos: As ACS quilombolas de Mituaçu na pandemia

Mantendo contato através do Whatsapp, aplicativo de comunicação utilizado em todas as etapas desta pesquisa, em função das recomendações internacionais de distanciamento social, em agosto de 2020 entrevistei uma das ACS de Mituaçu, Mônica, que já atua na UBS desde 2003. Há quase 20 anos atuando na Atenção Básica em prol da saúde quilombola de Mituaçu, Mônica e Marinalda não tem só a profissão em comum, são primas e amigas desde a infância, nascidas e criadas na comunidade de Mituaçu, ambas estudaram na mesma escola e tiveram a vida permeada pelo convívio com os rios Jacoca e Gramame que circundam a comunidade. Além disso, conheceram muito cedo o trabalho no campo, colaborando com a família nas atividades de pesca e agricultura. Durante os anos de 2020 e 2021, as duas Agentes Comunitárias de Saúde enfrentaram juntas os novos desafios trazidos pela pandemia, parceria de muitos anos que seguiu ainda mais firme.

Conversei com a ACS Mônica a respeito dos novos desafios de sua experiência profissional com a chegada da pandemia. Por já conhecê-la pessoalmente desde 2019 e contar com sua parceria e contribuição para o trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Ciências Sociais, nossas conversas quase sempre aconteciam de maneira informal, perguntando sobre o estado de saúde dos nossos parentes e como estava sendo a vida com a chegada da pandemia do outro lado da tela.

Na ocasião da entrevista, a unidade estava ainda funcionando em uma casa nas proximidades, já que a UBS estava passando por um processo de reformas que teve início em outubro de 2019. Para que o monitoramento da situação de saúde da comunidade continuasse sendo feito, mesmo com as visitas domiciliares suspensas, em cumprimento às novas regras de distanciamento, a Secretaria de Saúde do Município de Conde disponibilizou um telefone móvel para que a equipe de saúde mantivesse o contato com a comunidade, “Mas a gente sempre tá trabalhando mais no posto, para ajudar as outras funcionárias, para não ter aglomerações, porque tem muita gente que não aceita. A gente fica orientando as pessoas: manter o distanciamento, só pode entrar na unidade de máscara”, relata Mônica (SANTOS; PINHEIRO, 2020).

Através do projeto Sentinelas da Saúde, iniciativa das Secretarias de Saúde e Planejamento do município de Conde, a comunicação e o acompanhamento do estado de saúde da comunidade quilombola de Mituaçu continuou sendo realizada a partir das ligações feitas por Mônica e por Raquel, terapeuta ocupacional que auxiliou a ACS neste trabalho. Por intermédio destes recursos, as ACS de Mituaçu continuaram o monitoramento de suas respectivas microáreas, ora através de chamadas de voz, com uma periodicidade semanal, ora via Whatsapp, viabilizando a aproximação com a comunidade, mesmo estando fisicamente distantes, estando a postos para tirar dúvidas e repassar informações (SANTOS, PINHEIRO, 2020). Assim como Mônica, Raquel também concedeu uma entrevista ao Observatório Antropológico, quando compartilhou a experiência de atuar no Sentinelas da Saúde na UBS de Mituaçu

Quando pedi para Mônica um levantamento com os nomes das pessoas no grupo de risco, ela tinha tudo. Dezenas de pessoas. Idosos, pessoas com deficiência... Inclusive, o Sentinelas nos proporcionou fazer um levantamento de quantas pessoas com deficiência têm o Conde. Então, o Sentinelas não ajudou só na atenção primária, mas também a atualizar informações que há muito tempo a gente não tinha. E aí eu passava esse material para uma planilha e ligava para o usuário. Explicava o projeto e perguntava se a pessoa ou alguém da família havia apresentado algum sintoma gripal. Caso a pessoa ou alguém da família apresentasse algum sintoma, eu pegava os dados (nome, cartão do SUS, idade, quais sintomas apresentava) e ficava ligando para elas durante a semana. E também agendava quando essa pessoa iria à unidade para ser testada. (MARCELINO; PINHEIRO; SANTOS, 2020).

De acordo com Mônica, a unidade disponibilizou testes rápidos por agendamento, caso os sintomas da infecção por Covid-19 persistissem por pelo menos 10 dias. Restritas aos grupos específicos - gestantes, pessoas com doenças respiratórias e crônicas, como a diabetes e hipertensão e pessoas com alguma deficiência - as visitas domiciliares passaram a ser uma exceção. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) entre a equipe de profissionais da UBS foi indispensável, Mônica conta que desde o início da pandemia, equipamentos como toucas, luvas, máscaras e capote foram disponibilizados para uso cotidiano. Em Mituaçu, muitas pessoas precisaram continuar saindo de casa a trabalho e, no geral, cumprir protocolos de distanciamento não foi uma tarefa fácil, uma vez que a experiência de coabitação em Mituaçu é marcada pela reunião assídua de grupos familiares, sobretudo nos momentos de lazer e comensalidade aos fins de semana.

Outro acontecimento importante foram as modificações na equipe da UBS que interferiram significativamente na assistência prestada à população. Em janeiro de 2021, com

a vigência da nova gestão municipal, a enfermeira chefe da UBS de Mituaçu, Sandra Paz, foi exonerada de sua função, a qual desempenhava durante 20 anos. Nascida e criada na comunidade, como ela mesma faz questão de dizer com orgulho, Sandra atua expressivamente em Mituaçu, protagonizando a organização de eventos culturais na comunidade, como a Lapinha e o Dia da Consciência Negra. Desde o ano de 2018, quando iniciei os trabalhos de pesquisa em Mituaçu, pude notar o respeito e credibilidade confiados à Sandra pela comunidade (Conf. Santos, 2020). Para Mônica, a saída de Sandra dificultou bastante o andamento dos serviços de saúde ofertados pela unidade, uma vez que era ela quem coordenava a equipe de profissionais quilombolas, apoiando e criando estratégias e iniciativas para um atendimento específico e contextualizado, em valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais quilombolas.

Desde a saída de Sandra no início de 2021, foram designadas um total de seis enfermeiras - até setembro do mesmo ano - para sua substituição na unidade, todas residindo fora de Mituaçu. Durante este período, ocorreram várias desistências por razões diversas, entre elas a dificuldade de adaptação das profissionais à UBS, relata Mônica. A comunidade, junto à Universidade, se mobilizou em prol da permanência de Sandra na UBS, mas infelizmente não foi possível mantê-la.

Sandra não foi a única profissional quilombola a ser desligada abruptamente de suas funções, outro profissional também foi exonerado do cargo de enfermeiro na UBS do Gurugi, comunidade quilombola do mesmo município, em agosto de 2021. A saída do profissional provocou mobilizações da população quilombola de Gurugi, estes que também manifestaram seu descontentamento nas redes sociais, após a circulação de um vídeo da mobilização coletiva em um grupo de notícias do município no Facebook: “foi uma demissão de um enfermeiro o qual fazia um trabalho humanizado, é muito querido na comunidade”, “Este protesto não é por causa de discordância política não, isso foi por causa de um enfermeiro, um profissional excelente que é quem cuida do povo de várias comunidades que esta UBS de Gurugi assiste”.

Nos comentários, internautas residentes na comunidade questionaram a decisão política municipal: “[...] Ele tem 12 anos de serviço aqui e simplesmente a prefeita demitiu ele e nós não aceitamos. Por que ela não demitiu pessoas que são de João Pessoa e que não nos dá a assistência?”⁴⁴. Com isso, as estratégias de saúde especificamente direcionadas à saúde quilombola foram gradativamente enfraquecidas, uma vez que a saída destes

⁴⁴Vídeo disponível na página do grupo Conde em Destaque no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/100002743992793/videos/979179362651918/>. Acesso em 07 de jul de 2022.

profissionais representa expressivamente a desarticulação do cuidado e saúde da população negra, fazendo com que os desafios cotidianos, que já eram expressivos, tomassem proporções ainda maiores após estas rupturas no decurso da crise pandêmica⁴⁵.

Em março de 2021, as primeiras doses da vacina contra Covid-19 foram aplicadas em profissionais da saúde e idosos acima de 60 anos e, de maneira geral, não houveram recusas expressivas à vacina por parte dos moradores. Por outro lado, de acordo com as ACS Mônica e Marinalda, a ausência de protocolos bem definidos no processo de vacinação, assim como as circunstâncias e problemáticas geradas por divergências entre as recomendações municipais e a administração comunitária das doses - os “*raiz*”, os de dentro, os de fora e os cônjuges - em relação aos critérios prioritários para aplicação das vacinas, foi um processo que alimentou novos conflitos entre os moradores.

A partir de abril de 2021, o processo de imunização em Mituaçu foi ampliado para atender três grupos prioritários, na seguinte ordem: primeiro, os quilombolas *raiz*, nascidos e criados em Mituaçu, segundo, os cônjuges, companheiros/as de quilombolas já radicados na comunidade e por último, quilombolas de Mituaçu residentes em outras cidades. Esta deliberação foi feita pela Secretaria Municipal de Saúde e repassada à representação da associação quilombola de Mituaçu, antes mesmo de qualquer consulta prévia à comunidade a respeito dos critérios já estabelecidos. Segundo as ACS, os primeiros desafios relacionados a esta fase de imunização aconteceram em função do planejamento feito pela Secretaria Municipal de Saúde do Conde ter sido organizado sem que houvesse a participação efetiva de representantes quilombolas. Com isso, a falta de orientação municipal em relação a composição demográfica dos quilombos deixou lacunas a serem contornadas improvisadamente pelas ACS.

Em Mituaçu, a união conjugal entre quilombolas de outras comunidades é algo comum, pessoas de comunidades vizinhas como Paratibe, em João Pessoa e Gurugi, por exemplo, casaram-se e constituíram família em Mituaçu e ali se estabeleceram. Sem que isso fosse levado em consideração pela Secretaria - o que só reforça a importância da presença de representantes quilombolas nas tomadas de decisão - dentre as inconsistências na administração das doses, a dúvida a respeito da imunização dos cônjuges quilombolas de outras comunidades foi um dos muitos desafios enfrentados pelas ACS. A falta de diálogo entre a Secretaria Municipal de Saúde e a representação quilombola através da associação dos

⁴⁵A enfermeira Sandra voltou a compor a equipe da UBS em setembro de 2022. A informação foi concedida pela ACS Marinalda, em uma conversa informal, durante o almoço de lançamento da cartilha Plantas que têm História - Mituaçu, na casa de Maria Aparecida, no dia 04 de Outubro de 2022, em Mituaçu.

moradores de Mituaçu gerou uma série de dúvidas e causou burburinhos na comunidade, fazendo com que o processo de imunização precisasse ser interrompido e os protocolos urgentemente alinhados.

Entretanto, os problemas na administração das doses não foi uma questão particular à Mituaçu. No início de abril de 2021, acompanhei a reunião de articulação de quilombos da Paraíba, junto às representantes das Secretaria de Estado da Saúde (SES), Coordenação de Saúde da População Negra e do Núcleo de Imunização do estado, onde também estavam presentes membros da Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes (AACADE) e da CONAQ.

Seguindo a rota da imunização quilombola no estado da Paraíba, a partir das pautas discutidas por grande parte dos representantes quilombolas presentes, foi possível identificar que a distribuição das doses para os quilombos por intermédio dos municípios, foi instrumentada com descaso, fraudes, desvios e uma prática citada várias vezes na reunião que ficou conhecida popularmente como “furar” a fila da vacina, “Aqui até fazendeiro tomou a primeira dose, que não tem nada a ver com nossa raiz quilombola” relata uma representação quilombola da comunidade de Barra de Oitis, localizada no Vale do Piancó, município de Diamante. Dentre os problemas citados na reunião em questão, os municípios com o maior número de queixas compartilhadas na reunião foram João Pessoa e Conde.

De acordo com o relato de uma representante da Associação da Comunidade Negra de Paratibe, entidade que representa Paratibe desde 2008 em João Pessoa, foram solicitadas 1.000 doses de vacinas em nome da comunidade, pela recém criada Associação Beneficente das Comunidades Remanescentes de Quilombolas “Palmares”⁴⁶, no entanto, segundo declarações feitas na reunião pela representante, houveram desvios deste quantitativo a fim de que fossem destinados a pessoas não quilombolas. Durante a reunião, em vários momentos também foi questionado o fato das comunidades não terem sido convidadas a participar da definição dos critérios prioritários para o processo de imunização nos territórios.

Sobre isso o desvio de vacinas por parte de prefeituras municipais foi denunciada em agosto de 2021, por Givânia Maria da Silva (CONAQ), durante uma audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, na ocasião, Givânia

⁴⁶ A associação foi criada mediante o Projeto de Lei Ordinária nº 2079 de 2020 apresentado em julho de 2020 pelo vereador Marcos Vinícius Nóbrega, que pode ser consultado em: <https://sapl.joaopessoa.pb.leg.br/materia/106448>

expôs a arbitrariedade das administrações municipais na definição de quem é ou não quilombola e portanto, quem deve ou não ser priorizado na fila da imunização.⁴⁷

De acordo com a organização familiar nos quilombos e a transmissão comunitária do vírus, a distribuição das vacinas precisaria atender, também de maneira prioritária, os cônjuges que não nasceram nas respectivas comunidades, mas que lá constituíram família ou que residem há muito tempo. Nas comunidades de Serra do Talhado e Serra do Talhado Urbano, localizadas no município de Santa Luzia - PB, até o momento da reunião, a distribuição das vacinas ainda não tinha contemplado os cônjuges. O paradigma em relação à imunização dos cônjuges representa o desconhecimento considerável da administração municipal em relação aos quilombos e a urgência da participação política quilombola nos âmbitos decisórios.

Alguns casos de recusa à imunização nos territórios quilombolas da Paraíba foram motivados pela exclusão dos cônjuges: “Disseram ‘Se meu marido não tem direito, eu não quero’”, comentou uma representante quilombola do município de Santa Luzia, citando um caso de recusa à primeira dose da vacina em seu território. Inúmeras críticas foram elencadas diante da insuficiência dos protocolos elaborados sem que as comunidades fossem consultadas. Desconsiderar os vínculos e as dimensões de parentesco no planejamento da distribuição das doses da vacina dentro dos quilombos, além de enfraquecer a imunização comunitária, ocasionou inúmeros conflitos específicos dentro dos quilombos.

Além disso, questiona-se aqui também o papel das instituições e instâncias municipais, como as secretarias e administrações municipais de saúde que, além de não atender efetivamente a demanda dos territórios, provocou e negligenciou conflitos, viabilizou desvios das doses destinadas especificamente aos quilombos e não interviu para que os problemas fossem sanados, implicando diretamente no congelamento temporário da distribuição das doses, como ocorreu em Mituaçu e causou, também, desentendimentos que implicaram diretamente na desarticulação política das comunidades. Lançar luz sobre os fatos que comprovam a postura de omissão e descaso das instâncias e representações municipais, em relação à saúde da população quilombola e a gestão desastrosa da pandemia, implica na identificação do Estado como uma fonte potente de produção de mais desigualdades sociais

⁴⁷Agência Câmara de Notícias. Quilombola acusa prefeitos de desviar vacinas para outros grupos. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/798237-quilombola-acusa-prefeitos-de-desviar-vacinas-para-outros-grupos/>. Acesso em: 20 de set. 2022

3.3 A experiência pandêmica em Santa Tereza na perspectiva de uma ACS

Partindo da entrevista realizada em outubro de 2021, com a ACS Rosa Helena, que atua na comunidade de Santa Tereza, em Coremas, foram analisadas as primeiras medidas de contenção do vírus, atentando para as particularidades e disparidades entre os territórios aqui analisados, isto é, diferentemente da UBS de Mituaçu, a unidade Valdemar Mamede atende além dos moradores quilombolas, toda a população habitante da região, inclusive moradores que não tem nenhum vínculo tradicional com Santa Tereza ou parentesco com moradores quilombolas de lá. Outra distinção é o fato de não haver nenhum profissional quilombola na equipe da UBS Valdemar Mamede.

Além disso, segundo uma das representantes quilombolas da UNEQUICO, houve um acordo entre a prefeitura de Coremas e Santa Tereza durante a construção da UBS em relação ao nome que seria dado à unidade. No entanto, a unidade recebeu o nome do vice-prefeito do município, descumprindo o acordo já feito com a comunidade de nomear a UBS homenageando, com o seu nome, um dos moradores mais antigos da comunidade, figura importante para Santa Tereza e pai das fundadoras da UNEQUICO e da Associação quilombola, já falecido.

Segundo os registros da UBS, a região de Santa Tereza tem mais de 1.000 habitantes, entretanto apenas 171 famílias são quilombolas. A zona de cobertura territorial da UBS da comunidade é distribuída em 5 microáreas, Rosa é responsável pela microárea 18, que abrange 7 ruas e 200 residências⁴⁸, sendo 38 destas, residências de famílias quilombolas. Em outubro de 2021, entrevistei Rosa Helena e na ocasião conversamos a respeito do processo de vacinação, os principais desafios, os serviços oferecidos pela UBS, assim como os desafios e a perspectiva crítica da ACS, ao narrar sua trajetória e suas experiências.

Atuando como agente comunitária de saúde desde novembro de 1998, Rosa Helena acompanhou de perto a institucionalização do Programa Saúde da Família (PSF) no município de Coremas. Natural de Pombal, Rosa mudou-se para Coremas aos 14 anos de idade, mesmo período em que perdeu seu pai e precisou abdicar da escola para priorizar o trabalho de cultivo e tecelagem, atuando também como lavadeira e professora de reforço infantil. Foi somente depois da aprovação no concurso para o cargo de ACS que Rosa conseguiu concluir o ensino médio.

⁴⁸ Esse quantitativo foi atualizado pela ACS durante entrevista realizada em outubro de 2021. Em agosto, o levantamento feito pela ACS e passado durante a reunião na UBS foi de 169 residências.

Há quase 24 anos atrás, quando Rosa ingressou na função, havia uma única unidade de saúde que atendia todo o município de Coremas, onde hoje funciona a Unidade de Saúde da Família - USF II, localizada no Centro. Após a consolidação do PSF, houve a redistribuição da atenção básica no município e foi somente entre os anos de 2009 a 2012 que outras unidades foram construídas, totalizando 7 por todo o município. Foi nesse período em que Rosa passou a atuar na USF V, que está localizada atualmente em Santa Tereza. Além dos 5 ACS, a unidade conta com uma Técnica em Enfermagem, Enfermeira, Médica, Cirurgiã Dentista e Auxiliar em Saúde Bucal.

Em relação a sua rotina de trabalho, Rosa conta que periodicamente são elaborados cronogramas, considerando as 40 horas de trabalho semanais, organizados mensalmente junto à enfermeira que coordena a UBS, para a distribuição de trabalho entre os ACS da unidade de acordo com serviços ofertados em puericultura, saúde da mulher, do idoso e, quando identificada a necessidade, as visitas domiciliares.

Com a implantação do sistema e-SUS no município em 2014, os prontuários passaram a ser eletrônicos, incluindo, dessa maneira, o cadastro das famílias quilombolas a partir da adição da pergunta se o usuário da unidade é membro de comunidades tradicionais e/ou quilombola. Segundo Rosa Helena, os cadastros realizados pelos ACS, como os de visita domiciliar e territorial, são registrados nos tablets que foram distribuídos à equipe dos ACS há pouco mais de dois anos. De acordo com a ACS, a equipe não recebeu nenhuma capacitação relativa ao manuseio do aparelho

[...] ainda hoje a gente fica meio perdida, quando acontece algum erro a gente recorre ao coordenador, aos digitadores do município, que eles entendem mais ou menos. A gente recorre a eles, a gente não teve treinamento nenhum (Entrevista com Rosa Helena, Outubro de 2021).

Por ser do grupo de risco e possuir comorbidades, em 2020, no início da pandemia, Rosa precisou diminuir o fluxo de suas atribuições, indo trabalhar três dias na semana, reservando um dia para realizar o trabalho de acompanhamento por telefone. Assim como em Mituaçu, Rosa relata que o uso do Whatsapp foi uma ferramenta importante para acompanhar o estado de saúde dos moradores de sua microárea. Ela conta que costumeiramente, quando havia sintomas suspeitos de Covid-19, o paciente se dirigia a UBS e o médico da unidade encaminhava-o para o centro de testagem especializado mais próximo. As atividades da UBS, assim como as visitas domiciliares, foram gradativamente voltando ao fluxo comum apenas em julho de 2021. Até outubro de 2021, o processo de imunização já estava na aplicação da 3ª dose em adolescentes de 12 a 17 anos.

O fluxo de trabalho durante a pandemia foi intenso, apesar de não estar nas ruas com frequência, Rosa conta que seus colegas de trabalho “não pararam um minuto”, dando suporte, inclusive em atividades extras, conforme já citado, realizando outras atividades cotidianas como entrega de medicamentos e compras no supermercado. É importante ressaltar que, conforme argumentado na *Nota Técnica sobre trabalho seguro, proteção à saúde e direitos dos agentes comunitários de saúde no contexto da pandemia de Covid-19 da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, unidade técnico-científica da FIOCRUZ*,

Os ACS são trabalhadores que, em sua maioria, compartilham as mesmas condições de vida e de saúde de grande parte dos usuários exclusivos do SUS, compondo famílias de baixa renda, mais expostas ao desemprego e ao trabalho precarizado. Muitas vezes, habitam territórios marcados pela ausência ou insuficiência de saneamento básico e acesso à água tratada, em moradias com condições precárias, lidando com importantes obstáculos para atender às orientações de distanciamento físico (FIOCRUZ, 2020).

Em relação a contaminação pelo vírus entre a equipe da UBS, Rosa relatou que apesar de alguns membros da unidade terem testado positivo para Covid-19 e de ela mesma ter apresentado alguns sintomas similares ao da Covid-19, após realizar a testagem, o resultado foi negativo. Quando a pergunto a respeito de sua família, a ACS relata que suas filhas e esposo não contraíram o vírus, apesar disso, houve um caso em sua família

[...] Minha irmã ficou muito ruim mesmo, foi uma experiência muito ruim, eu fui parar no médico com crise de ansiedade e foi aí onde eu pensei que também estava com a doença. Fiquei em isolamento três dias mas a suspeita foi descartada com o resultado do exame (Entrevista com Rosa Helena, Outubro de 2021).

Dessa maneira, de acordo com o 2º Boletim da pesquisa Monitoramento da saúde dos ACS em tempos de Covid-19 da Fiocruz, do qual participaram 884 ACS de seis municípios: São Paulo, Guarulhos, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Fortaleza e Maracanaú, podemos reiterar que

É significativa a frequência de relatos de abalo emocional, devido à pandemia, entre os ACS, pois 80,8% (714) relataram sofrimento relacionado ao contexto da Covid-19 no período [...] Os sintomas mais frequentemente indicados pelos ACS foram a ansiedade 63% (557), seguida pela angústia 60,6% (536) e pela insônia 48,8% (432) (NOGUEIRA, M.L. et al., 2020)

Insatisfeita com a desvalorização da categoria, Rosa desabafa a respeito das constantes cobranças por produtividade, na perspectiva da ACS, o principal motivo para a insistência demasiada no cumprimento destas metas está mais que nítido

[...] a gente tem que bater metas, se não bater metas, o dinheirinho não vem, né? O governo federal não libera, aí agora mesmo, tem 600.000 retido, bloqueado para o município, que eles tem que bater meta, aí eles caíram em cima da gente, aí a gente tem que fazer não sei quantos citológicos, atender não sei quantos hipertensos, não sei quantos diabéticos. [...] Teve um dia que eu e a enfermeira, a gente visitou 40 domicílios, de 7:00 da manhã até 11:30, eu cheguei em casa com os pés doendo, para poder bater meta que é para o indicador subir e eles desbloquearem esse dinheiro. Aí agora querem a meta dos exames citológicos, com o foco em mulheres entre 25 a 69 anos, já que a maior incidência de câncer de colo de útero é dessa faixa etária. Agora a gente tem que bater meta com essas mulheres. Aí vem pra cima da gente, a gente tem que buscar pra eles poderem ganhar esse dinheiro, agora reconhecer nós, de jeito nenhum!(Entrevista com Rosa Helena, Outubro de 2021).

Durante a pesquisa de campo em Mituaçu, entre os anos de 2018 e 2019, a ACS Mônica já havia feito críticas pertinentes a respeito da quantificação do trabalho dos ACS, pontuando o reducionismo gradativo das funções dos ACS a meras atividades instrumentais, como o preenchimento de lacunas em formulários físicos e digitais, ou o abatimento de metas, quantificando o número de atendimentos, com a finalidade principal de alargar o saldo orçamentário municipal, sem sequer gratificar os principais responsáveis pelo alcance das metas e ainda, sem que haja, tampouco, alguma preocupação com a qualidade e utilidade dos serviços de saúde ofertados.

Além do cenário de precarização da saúde e falência da gestão pública da pandemia, outros desafios e lacunas estão postos no cotidiano dos profissionais que lidam diretamente com a comunidade, alguns destes expostos pelas ACS que foram interlocutoras desta pesquisa. Popularmente conhecidos como o elo, a ponte de encontro entre os usuários e o SUS, diante das experiências aqui compartilhadas, ser a “cara” de um sistema vertiginosamente algorítmico e mecânico é uma tarefa cada vez mais desafiadora.

3.4 Apontamentos sobre cuidado e saúde da população negra na Atenção Básica

Os diversos caminhos trilhados por usuários e profissionais da Atenção Básica, desde a experiência cotidiana das profissionais quilombolas de Mituaçu, a partir da promoção de práticas de cuidado localizadas em seu contexto, na interface dos saberes tradicionais e alopáticos, até aquelas outras ações supra-profissionais, anteriormente mencionadas, como a realização de atividades “normais” e cotidianas, como ir ao mercado, com a intenção de colaborar para a manutenção da vida de pessoas acometidas pela Covid-19, na experiência

dos profissionais de Coremas, nos guiam à uma certa abundância das ações que produzem e significam cuidado, das movimentações cotidianas que expressam o cuidar e seus limites.

Nessas ações, mobilizam-se não somente os serviços de saúde, mas também a vizinhança. Com essa plasticidade ampliada o cuidado abrange, também, a dimensão política das ações cotidianas do cuidar, sejam dos profissionais ou dos usuários. Cuidar, para Tronto, implica um engajamento com o outro que conduz a uma percepção-ação (Tronto, 2009: 102). E, finalmente, cuidar não se restringe à dimensão individualista ou à diádica, mas envolve os objetos e o entorno onde as ações de cuidar são desenvolvidas e têm uma função social e política na cultura. (TRONTO, 2009, p.101-103, apud BONET, 2014, p.337-338)

Por esta perspectiva, ações que desembocam na promoção da vida coletiva dos quilombos, edificam caminhos de cuidado, como quando recordamos a atenção específica das ACS quilombolas de Mituaçu aos mais velhos da comunidade, em valorização da escuta ativa e salvaguarda de saberes no encontro com esses moradores durante as visitas domiciliares (Cf. Santos, 2020). Assim como quando miramos o protagonismo das mulheres de Santa Tereza, nas tomadas de decisões coletivas: são elas que estiveram à frente dos encaminhamentos jurídicos para certificação e atualmente para a titulação da comunidade, reunindo, armazenando e cuidando de todos os documentos comprobatórios e elementos que auxiliam na caracterização e a legitimidade do pertencimento às terras de quilombo, são também as principais responsáveis pela articulação de atividades educativas e culturais para os jovens e crianças da comunidade, assumindo a coordenação da associação quilombola local.

Neste contexto, é coerente pensar o cuidado multidimensionado rumo a compreensão das experiências que aqui foram expostas, portanto, para isso, é preciso descolarmos a etiqueta biomédica e atentarmos para os fluxos cotidianos que viabilizam ações cuidadosas, que desembocam na promoção da vida e não se encerram nos parâmetros burocráticos das redes de saúde institucionais, isto é, conforme define Bonet (2014)

[...] Já não estamos aludindo meramente a uma dimensão biológica ou terapêutica no sentido biomédico, associada à saúde, mas a ações realizadas pelos usuários e que não são consideradas como ações de saúde, mas de cuidado. Nessas ações, mobilizam-se não somente os serviços de saúde, mas também a vizinhança. Com essa plasticidade ampliada o cuidado abrange, também, a dimensão política das ações cotidianas do cuidar, sejam dos profissionais ou dos usuários. (BONET, 2012, p.337)

Além de mirar o cuidado a partir de outras perspectivas, Bonet (2014), fortemente influenciado por Ingold (2012), vai investir na compreensão da vida e de suas tessituras, para

dar conta da realidade construída no cotidiano, realizando uma outra proposição para pensar a amplitude de percursos desviantes das instâncias institucionais biomédicas, os itinerários de cuidado, já que

Nesses deslocamentos pelo sistema de saúde, os usuários vão estruturando o próprio sistema, o que frequentemente não coincide com a estrutura que os gestores pensaram para ele. [...] Ao se movimentarem pelos serviços, os usuários tomam decisões e, com elas, vão construindo uma história. (BONET, 2012, p.335)

Desse modo, podemos compreender as ações mobilizadas por profissionais da Atenção Básica, no auge das multicrises, bem como os itinerários de cuidado e criatividade na produção das tecnologias de sobrevivência nos territórios quilombolas “[...] como processos abertos, em permanente fluxo, e sujeitos a constantes improvisações criativas dos usuários e dos profissionais envolvidos nos processos cotidianos da vida” (BONET, 2012, p.337). Nestes termos, as ações em cuidado desenrolaram-se de maneira itinerante e contextualizada, ou seja,

[...] iteneração sugere um movimento ao longo de linhas de vida, um movimento que implica improvisação e criatividade. Improvisar é “seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar em retrospecto, uma série de pontos já percorridos” (Ingold, 2012b: 38). Improvisar é juntar-se ao mundo. (BONET, 2012, p.341).

Cabe mencionar aqui que a presente discussão não está comprometida com a defesa ou a romantização de ações que impliquem na sobrecarga de trabalho dos profissionais da atenção básica, sobretudo dos ACS. O que se propõe aqui é lançar luz diante do acionamento de cuidados cotidianos, que já ocorrem na esteira das crises, especificamente no contexto da Covid-19, sendo eles mesmos alternativas vitais diante dos cenários de escassez e morte.

Por esta razão, seguindo outros horizontes apontados por Araújo (2019), “[...] Convém se perguntar em que medida o conceito de cuidado – em suas múltiplas definições e usos – permite esclarecer a divisão social, sexual e racial do trabalho e avançar o debate sociológico sobre hierarquias e relações sociais.” (ARAÚJO, 2019, p. 59). As contribuições da autora atualizam o debate sobre a ética do cuidado, acrescentando a perspectiva interseccional para dar conta de experiências cotidianas, isto é, há o indicativo de que é preciso reavaliar uma “ética naturalizada” do cuidado familiar direcionada às profissionais que estão na ponta do SUS e mirar o trabalho de cuidado e as relações que o perpassam a partir das lentes interseccionais.

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) apresentam a interseccionalidade como uma

estratégia metodológica em uso por mulheres negras, diante de contextos urgentes, que extrapola uma única perspectiva de avaliação das desigualdades sociais e privilegia as vivências múltiplas de sujeitos em distintos contextos. No tocante à compreensão do trabalho do cuidado a interseccionalidade, Araujo (2019) sugere que a interseccionalidade tem a potencialidade de “[...] mostrar como diferentes estruturas de opressão e dominação impactam a realização do cuidado”(ARAUJO, 2019, p. 59) e como elas se conectam.

Evidenciamos, a partir desta discussão, o cerne problemático do esforço autônomo das equipes de ACS, em viabilizar, por conta própria - apesar da existência de políticas de promoção e apoio integral - a inserção de práticas de cuidados tradicionais e de outros saberes em saúde, além dos biomédicos, sobretudo em função desse movimento se efetivar apenas quando estes profissionais são também membros de comunidades quilombolas.

Diante deste paradigma, na intenção de que as ações autônomas do cuidar não sejam perigosamente essencializadas, tampouco suavizem as hierarquias de raça e classe no trabalho do cuidado e exploração laboral dos ACS, cabe aqui um questionamento: Como comemorar a operacionalização de cuidados contextualizados aos quilombos, na Atenção Básica, quando estes partem de esforços particulares desempenhados, em grande medida, por profissionais quilombolas, sobretudo quando a garantia da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), gradativamente, deixa de ser uma preocupação institucional do SUS e passa a ser um compromisso particular de profissionais negras e quilombolas, abusando do senso de pertencimento e familiaridade destas e isentando gestores e profissionais brancos de seus respectivos deveres legais?

Chamo atenção também para outra problemática: a necessidade urgente destes territórios em encontrar atalhos ancestrais para a promoção de ações alternativas e eficazes, discutida com mais afinco no capítulo dedicado às Tecnologias de Sobrevivência. Além disso, podemos afirmar a ineficácia das políticas afirmativas em prol da saúde da população negra desde um recorte microssocial, partindo dos níveis municipais, para ser mais precisa, retomando um relato de campo nas próximas linhas.

No dia em que conheci, junto à equipe da UFPB, a UBS Valdemar Mamede, que atende a população quilombola e não quilombola de Santa Tereza, nos reunimos com os ACS que cobrem a região, para conversarmos a respeito da experiência pandêmica, dos serviços ofertados pela unidade e também sobre a existência ou não de ações em saúde especificamente destinadas à população negra quilombola de Santa Tereza.

Durante a reunião, Patrícia Pinheiro levanta questões a respeito destas ações específicas, com a finalidade de entender se ou como as políticas estão chegando, na intenção

de elaborar e fortalecer as ações coletivas. Uma das ACS presentes explica, em tom justificativo, que não há distinção no tratamento e nos serviços, entendendo que a população é homogênea, afirmando que todos são tratados igualmente. Não há aqui intenção alguma de culpabilizar a equipe de ACS, esta lacuna detectada na UBS corresponde a um total de aproximadamente 200 moradores quilombolas sem ter acesso às políticas de saúde que atendam suas demandas, afinal de contas, a postura da profissional é coincidente com o discurso da prefeitura municipal de Coremas e é nesta matriz que o cerne do problema está concentrado.

Retomando o que foi discutido no capítulo anterior, acerca dos dispositivos de racialidade, vale salientar que, diante da postura convicta da ACS na resposta de que todos são tratados igualmente na unidade, nota-se que o imaginário utópico da falsa democracia racial brasileira, isto é, a suposição falaciosa de que “[...] pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (NASCIMENTO, p.47-48, 2016), ainda é latente na estrutura política e institucional do SUS, o que implica dizer que a democracia racial como um dispositivo de racialidade, cumpre o seu papel de perpetuar e sustentar discursos e saberes (FOUCAULT, 1979) apoiados em crenças racistas.

O efeito desse dispositivo entre profissionais de saúde prejudica gravemente a disposição de serviços específicos à população negra do país e evidencia a gravidade de colocar em pé de igualdade sujeitos historicamente desiguais. Destacamos que a falsa “democracia racial” caracteriza uma espécie de racismo “sutil” à brasileira, “[...] não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país”(NASCIMENTO, p.111, 2016).

Diante do momento oportuno, ainda sobre a conversa com a ACS, Patrícia Pinheiro explica que não se trata de uma distinção de tratamento, mas de levar em consideração os fatos, provocando: “afinal, quem é a população que mais está sofrendo as consequências da pandemia?” E antes mesmo da pandemia, a PNSIPN argumenta e institucionaliza a necessidade de serviços especificamente direcionados a essa população. A equipe de ACS confirmou que não há materiais nem ações específicas promovidas pela Atenção Básica para essa população, exceto por algumas atividades ocorridas há alguns anos atrás em Santa Tereza, como palestras e dinâmicas a respeito do uso de plantas medicinais.

Conforme pontua Werneck (2016), há razões socioculturais históricas e atuais que justificam a urgência em garantir que a PNSIPN seja posta em prática, uma vez que o racismo é o principal moto contínuo das disparidades existentes na vida de pessoas negras no Brasil. A autora ressalta que, mesmo com a institucionalização de políticas estritamente direcionadas a esta população, "[...] Esse reconhecimento, conquistado no plano político, ainda não foi suficiente para ocupar o vazio deixado pela quebra da hegemonia das teorias eugênicas nas pesquisas do campo das ciências da saúde (WERNECK, 2016).

Nesse sentido, além de ser urgente a promoção de debates e a capacitação de profissionais da saúde, desde a Atenção Básica, com o propósito de fazer com que as razões pelas quais foram planejadas ações em saúde especificamente direcionadas à pessoas negras sejam de inteiro conhecimento destes profissionais, é salutar rememorar que a garantia de políticas integrais destinadas a esta população também faz parte do arsenal de dívidas históricas da medicina brasileira, desde o sua consolidação, no século XIX, que promoveu a patologização de pessoas negras e contribuiu fortemente para criação de estereótipos contra esta população, como a propensão à loucura e ao crime, por exemplo (MANDARINO; GOMBERG, 2010).

Em outra ocasião, durante a entrevista realizada com D. Francisca, da comunidade quilombola de Mãe D'Água, perguntei a respeito de propostas ou convites por parte da unidade de saúde, que atende o quilombo, para algum tipo de atividade de promoção ao conhecimento tradicional, bem como o uso de receitas naturais, haja vista sua vasta experiência como parteira. Apesar de ser reconhecida em toda a região pela sua trajetória, D. Francisca conta que jamais recebeu algum convite por parte de qualquer instituição municipal de saúde.

Em 2004, a Portaria nº 1.334 de 14 de julho de 2004, foi a primeira a contemplar significativamente as populações assentadas e quilombolas, considerando as dificuldades de acesso aos serviços de saúde desta última, subsidiando a Atenção Básica em Saúde, através da Estratégia Saúde da Família (CAVALCANTE, 2011). No entanto, os incentivos públicos em ações práticas no campo da saúde com destino a população negra são tardios, é somente em 2009 que a Portaria 992, admite o racismo institucional, bem como determinantes sociais nas condições de saúde. Além de tardios, nos âmbitos municipais, as ações de educação em saúde, atendimento contextualizado, valorização e promoção das práticas de cuidado tradicionais são pouco ou nada promovidas.

De acordo com o Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs), lançado em 2022

pelo Ministério da Saúde, um dos primeiros passos para garantir a equidade em saúde é o compromisso e articulação intersetorial entre gestores federais, estaduais e municipais do SUS, bem como de prefeitos e governadores. No entanto, é no percurso da estratificação dos poderes gestores que as iniquidades operam, como foi com o caso do desvio municipal de doses de vacinas no estado da Paraíba, por exemplo.

Conhecer as especificidades de cada território e seus principais desafios são primordiais e indispensáveis para uma gestão em saúde contextualizada. O esquema abaixo está representado no Guia de Diretrizes e ilustra, de forma didática, como a pesquisa e educação em saúde são fundamentais desde a ponta do SUS, a Atenção Básica, para a implementação de políticas de saúde especificamente direcionadas.

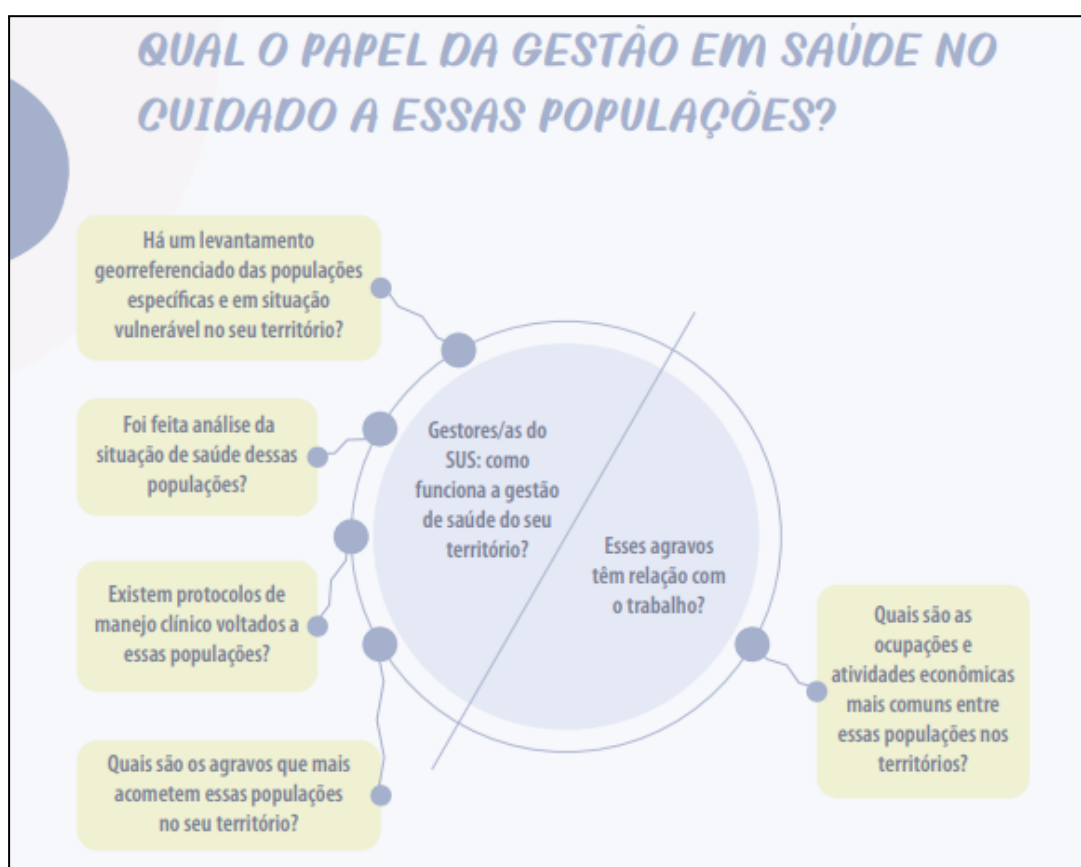


Figura 15: Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs)

Além disso, a pesquisa, o mapeamento e monitoramento do traço e da anemia falciforme, assim como outras doenças que são predominantes entre a população negra, como a hipertensão e a diabetes mellitus (LAGUARDIA, 2006; SILVA; NEVES, 2016; VARGA;

CARDOSO, 2016) são iniciativas cruciais para a cobertura da AP voltada a população quilombola e negra, de uma maneira geral. Outras indicações contidas no guia, que são indispensáveis à garantia da estruturação de uma atenção em saúde específica e especializada no atendimento às comunidades tradicionais são

capacitar os profissionais de saúde no que diz respeito à promoção da equidade e ao cuidado referente às populações específicas; identificar as particularidades culturais, sociais, regionais e geracionais das diferentes populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs); desenvolver ações de saneamento ambiental, a fim de disponibilizar condições ambientais dignas, incluindo água potável e saneamento básico, às comunidades que delas não dispõem (BRASIL, 2022, p.10).

Quando questionada a respeito da realização periódica de capacitações direcionadas à equipe da UBS Valdemar Mamede, Rosa Helena recorda que no ano de 2010, durante o último mandato do governo Lula, houve um curso técnico voltado às ACS e que havia, inclusive uma bolsa de incentivo ao curso, tratava-se, segundo ela, de um curso promovido pela Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem (PROFAE). Em relação a alguma formação específica à saúde da população negra e comunidades tradicionais, a ACS Rosa afirma que nunca houve nenhuma atividade em todos esses anos em que está trabalhando no cargo de ACS. Sobre isso, de acordo com a representação da Saúde da População Negra na Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba (SPN/SES), o fluxo de contínuas mudanças de gestão, assim como os problemas de comunicação entre comunidades e a administração municipal, dificultam o processo de capacitação das equipes de profissionais da saúde que atuam nos quilombos.

Outro ponto frágil destacado pela SPN/SES é a construção de indicadores para a população negra, tendo em vista os desafios na inconsistência de dados, sobretudo em relação aos quilombos. A concentração de informações que compõem os bancos de dados do Cad. Único, cadastro de usuários das UBS, da Fundação Cultural Palmares, assim como os dados disponíveis no âmbito da educação, através dos registros escolares e também os do INCRA, são cruciais para a elaboração destes indicadores, no entanto, os dados destas matrizes raramente são completos ou totalmente confiáveis, além disso, existem territórios que ainda não obtiveram a certificação pela FCP no cariri do estado da Paraíba, como é o caso das comunidades de Santa Rita, localizada no município de Congo e Santa Clara, em Zabelê.

Diante disso, está mais que explícita a urgência em garantir a existência de uma formação continuada, não somente destinada aos ACS, mas a toda equipe de profissionais da APS, para a garantia de um trabalho harmonizado, a ser desempenhado por toda a rede, em

defesa de que o cumprimento de políticas voltadas a saúde da população negra e quilombola seja efetivo e acima de tudo, que este compromisso não seja unicamente exclusivo aos profissionais que pertencem às respectivas comunidades, do contrário, que o cuidado e as ações contextualizadas sejam protocolos definidos para o atendimento específico destas populações a quem se destina o atendimento, priorizando o respeito e o conhecimento sobre a história dos quilombos, a cultura e os modos de gerir a vida dessas populações em seus territórios no presente.

4. Na conjuntura da crise, respostas emergenciais

Neste último capítulo trataremos das Tecnologias de Sobrevivência, isto é, das alternativas emergenciais acionadas nos quilombos, para a prevenção, o alívio de sintomas e dinâmicas de cuidado antes, durante e depois da Covid-19, que revisitam memórias ancestrais e tecem também outras práticas de reprodução da vida nos cenários de crise, dirimindo os males do presente. Serão discutidas algumas práticas de cura seculares e as reivvenções terapêuticas e criativas contemporâneas, analisando em que circunstâncias esses saberes são acionados.

4.1 Das Tecnologias de Sobrevivência

Revisando a literatura dedicada a pesquisas específicas ao termo, podemos encontrar inúmeras e distintas discussões sobre *tecnologia* ou *tecnologias*, desde as mais clássicas e reducionistas, que reconhecem a legitimidade da tecnologia apenas na ciência moderna (VESENTINI, 2005) até às mais ampliadas, na compreensão de sua capacidade de ação e transformação do mundo (PEIXOTO et al. 2007) e ainda, àquelas que não necessariamente associam tecnologia à megamáquina, estritamente comprometida com a criação de produtos e bens materiais, mas que pode alcançar a dimensão simbólica, tecnologias que são [...] baseadas nas relações, na comunicação, no acolhimento, na criação de vínculos e de autonomia (CUNHA, et al., 2016, p.132).

Sabendo que esta discussão não se encerra aqui, trataremos com mais afinco alguns aspectos epistemológicos e multidisciplinares do termo, para dar conta de outras significâncias. Nesse sentido e especificamente em contexto de articulação comunitária, no enfrentamento de crises como a pandemia, as estratégias em curso movimentam e agenciam tecnologias em função da sobrevivência, reprodução e promoção da vida. Portanto, as práticas contemporâneas de fortalecimento político, afetivo e de cuidado, sobretudo as experiências ancestrais que consistem em receitas naturais, promessas, rezas e simpatias, buscando a cura e proteção através da natureza e da intercessão divina, isto é, estratégias que potencializam práticas seculares, por vezes rompendo a fisicalidade e acessando outros espaços, com propósitos diretamente ligados a questões vitais, chamaremos aqui de *Tecnologias de Sobrevivência*.

A noção de tecnologia proposta nesta investigação se aproxima de outros esforços interpretativos vindos do campo da Saúde, sobretudo da Enfermagem, no âmbito de pesquisas sobre as práticas de cuidado e humanização em saúde. Reflexões filosóficas e revisões

epistemológicas acerca das tecnologias leves e do cuidado, por exemplo, apontam para a amplitude dos múltiplos significados de tecnologia. Proveniente do grego τέχνη (téchne), tecnologia corresponde a habilidade e a capacidade prática de alterar o mundo e as coisas (KOERICH, M. S et al., 2006).

No trabalho em saúde, há ainda uma classificação entre as tecnologias fluidas e sólidas: as leves são as relacionais, que envolvem as estratégias de cuidado, o diálogo, acolhimento, as leve-duras, associadas às práticas institucionais e até mesmo as clínicas e outros espaços de cuidado, e as duras, que são os aparelhos, utensílios e instrumentos (KOERICH, M. et al., 2006). Assim, as tecnologias leves, na perspectiva das autoras, está ligada a criatividade, a capacidade de encontrar alternativas para resolver situações ou problemas existentes, alcançando além de artefatos e aparelhos palpáveis (MERHY, 1997), os saberes acumulados, sendo realizada no âmbito das relações, na intenção de “[...] construir procedimentos de intervenção nos processos da saúde e da doença, do normal e do patológico, da vida e da morte, que produzam o efeito desejado”(KOERICH et al., 2006, p.181).

Ao argumentar que a experiência de vida é um dos critérios que dão significado a consolidação de uma epistemologia negra feminista, Collins (2019) sugere que, entre o conhecimento e a sabedoria, há um limite que é o da experiência. Considerando as relações de poder e os lugares ocupados por sujeitos hegemônicos, a autora assinala que “conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados” (COLLINS, 2019, p.411), reivindicando, nesse sentido, a própria experiência como critério de credibilidade do conhecimento, inclusive, para a reprodução da vida, tratando-se da experiência de mulheres afro-americanas. Por esta perspectiva, podemos aqui reivindicar a experiência coletiva de outros grupos sociais não hegemônicos, enquanto critério legítimo que consolida um conhecimento ancestral, como é o caso dos saberes e tecnologias de sobrevivência acionados por comunidades tradicionais.

Na Antropologia, sobretudo nas pesquisas sobre povos originários e comunidades tradicionais, portanto, as tecnologias e criatividade ancestrais são perceptíveis de muitas maneiras nas práticas culturais destes grupos, figurando um saber legítimo e eficaz na produção de respostas aos desafios inesperados e cotidianos. Discutindo sobre os sistemas integrados de práticas e conhecimentos indígenas, desde os conhecimentos específicos às fases climáticas, ao ambiente, da distinção e preparo da terra, do manejo das plantas, à realização de atividades que organizem a manutenção da alimentação, da saúde da cura do

corpo e do espírito, Little (2002), apesar de não trazer uma discussão conceitual específica sobre a noção de tecnologia, que aparece em todo o texto, vai compreender estas criatividades enquanto tecnologias tradicionais adaptativas desses grupos, advindas de saberes compartilhados.

Dessa maneira, as próximas seções deste capítulo serão dedicadas à memória e à historicidade dos saberes e criatividades ancestrais, na produção de tecnologias de sobrevivência, isto é, trazendo exemplos de respostas eficazes baseadas na experiência negra em diáspora, nos contextos de crises, epidemias e os mais extremos como o período de escravização e outros embates violentos em prol da liberdade e da vida de seus semelhantes.

A articulação quilombola e o cuidado comunitário são tecnologias ancestrais desenvolvidas desde o sistema escravista⁴⁹, apesar das constantes investidas violentas por parte das figuras e instituições de poder que compõem o Estado, as micropolíticas territoriais permanecem vivas. Desse modo, estas práticas se constituem em “políticas de resistência e de luta e em modos de produzir territórios de existência que resistem às políticas da morte.” (MALUF, 2021, p.281).

4.2 Ancestralidade negra na produção de tecnologias de sobrevivência

A manutenção da vida e sobrevivência de pessoas negras na diáspora foi fortemente sustentada por tecnologias diversas, acionadas em contextos de crise e salvaguardadas na memória coletiva daqueles que tiveram um passado ancestral em comum. A espiritualidade africana, em seus múltiplos elementos e manifestações, foi e é um componente central nos processos de cura, insurreições e sobrevivência, figurando aquilo que entendemos aqui como tecnologias de sobrevivência em seu potencial criativo e resolutivo.

Na África Ocidental, não somente clamores e súplicas, desejando que as pessoas estivessem livres e protegidas da captura destinada ao tráfico escravo eram entoados, alguns preparos, feitiços e “receitas ou práticas específicas para trazer assistência sobrenatural em tempos de necessidade”⁵⁰, também compunham uma gama de recursos que agregam elementos naturais e espirituais na composição de tecnologias ancestrais para a

⁴⁹ Reflexão empreendida durante a palestra “Saúde da população negra: o racismo como fator de adoecimento” ministrada por Ana Paula Procópio (UERJ/PROAFRO) no I Simpósio pela Saúde Pública, realizado em 23 de Julho de 2020. Canal Casafuerj no Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/3vR5cTSvCIE>.

⁵⁰ Significado atribuído na África Ocidental para o texto de gênero islâmico Fā'idah, assim descrito na plataforma virtual da Hill Museum & Manuscript Library. Disponível em: <https://hmml.org/stories/postscript/>. Acesso em: 13. ago. 2022.

sobrevivência dos povos negros sob ameaça da escravidão naquela época. Divulgado em janeiro de 2021, na plataforma virtual da Hill Museum & Manuscript Library, um texto conhecido como Fā'idah, que faz parte da coleção da Biblioteca Aboubacar Bin Said, da cidade de Timbuktu, no Mali, traz registros de um ritual sagrado para não ser escravizado. O ritual envolve elementos islâmicos e plantas medicinais comuns na região ocidental do continente e deixa explícita a associação imediata do mar ao perigo, em referência a travessia do Atlântico, rota para a escravidão, receitado da seguinte maneira, conforme a tradução

Ele lançou os dois mares, encontrando-se; Entre eles há uma barreira, então nenhum deles transgride. (Alcorão, Sūrat al-Raḥmān, 55: 19-20) Escreva doze vezes em uma placa de escrita e tire as raízes de uma árvore chamada dati (*Nauclea latifolia*, conhecido como Pêssego Africano) ou foronto (pimenta). Coloque-os em uma panela e lave com ela. Em seguida, pegue sete frutos do dati e queime-os em uma encruzilhada. Os europeus não o levarão, se Deus quiser. (HMML, 2021).

Historicamente, a presença marcante de elementos religiosos e espirituais nas tecnologias acionadas em contextos de crise, é expressivamente representada na revolução que deu origem ao Haiti, iniciada entre 1791, com a cerimônia do Boís Caiman e consumada em 1814, com a proclamação da independência do Haiti (PIERRE, 2009). Pioneira na ruptura do sistema escravista, conquista sucedida da insurreição de milhares de homens e mulheres negras em condição de escravidão, que firmaram guerrilha em prol da liberdade dos seus, a revolução de São Domingos, uma das colônias mais lucrativas do mundo, teve o Vodou como dispositivo central para a organização e execução do levante.

Elementar na revolução de São Domingos, é possível afirmar que o Vodou consolidou-se na ilha na efervescência do embate, enquanto uma prática espiritual política, proporcionando a união e articulação estratégica de africanos culturalmente distintos, com um propósito comum de liberdade e posteriormente, independência (PIERRE, 2009). Da impossibilidade de retornar aos seus respectivos países de origem pós travessia, a capacidade criativa de construir, naquele território cercado de violações, um espaço de possibilidade da vida, foi nutrida e encaminhada pela necessidade de sobrevivência ao sistema brutal escravocrata. De acordo com Pierre (2009), a construção da revolução de São Domingos se deu a partir de três etapas distintas: organização, supressão da escravidão e luta pela independência.

A primeira etapa, a organização, é caracterizada pelas fugas, movimento que, quando empreendido por aqueles sob o regime escravista, assumia-se o risco ora da autolibertação, ora da captura, este último sucedido de frequentes castigos hediondos (PIERRE, 2009). A

construção dos refúgios em regiões remotas também é uma das características desta etapa descrita pelo autor, o nascimento dos quilombos era a força motriz para a sobrevivência naquele cenário de morte, nos quilombos era possível conviver social e culturalmente com os seus semelhantes, trocar informações, estabelecer normas de convivência, construir e reatar vínculos e elaborar outras estratégias coletivas a longo prazo. Nesta perspectiva, podemos afirmar que os quilombos são, em suma, o resultado eficiente das tecnologias de sobrevivência urgentemente criadas e adaptadas por comunidades negras na diáspora africana.

A segunda etapa, para o autor, foi onde ocorreu a supressão total da escravidão na ilha e consistia em colocar em prática, a partir dos recursos disponíveis, o plano de libertação de pessoas negras cativas em São Domingos, para isso precisavam encarar de frente e combater os colonizadores. Desse modo

[...] O uso de veneno de plantas e animais, da magia e feitiçaria tanto africana como europeia, foram práticas utilizadas com sucesso e que permitiram derrotar o inimigo sem serem vistos ou apanhados. Usavam também talismãs protetores feitos no Vodun (PIERRE, 2009, p.40).

Foi a partir do uso destes recursos que a terceira etapa, a de luta pela independência, foi alcançada, a Revolução Haitiana foi notoriamente um dos maiores levantes de pessoas negras escravizadas da história e por esse motivo, instaurou uma atmosfera de medo e desconfiança nas colônias afora, uma vez que já circulavam informações da maior insurreição organizada e internacionalmente temida por colonizadores europeus nas Américas.

A cerimônia do Bois Caïman, marcada por cantos, danças, batuques, preparos de armadilhas e venenos, oferendas e preces, pode ser considerada como o marco que representou o surgimento do Vodun na ilha de São Domingos. Dessa forma, o Vodun unificou o poder da espiritualidade e oralidade ao fortalecimento político da insurreição que deu origem ao Haiti, coroando o pacto coletivo e a organização combativa daqueles que estiveram sob condições aterrorizantes nas colônias de São Domingos contra seus torturadores. Com efeito, é possível afirmar que a presença e a funcionalidade dos elementos subjetivos a partir das manifestações ritualísticas corporificadas na dança, na oralidade, no exercício da fé, nas preces e preparos de oferendas, contribuíram significativamente para a materialização ritualística da revolução haitiana.

Em outro momento da história e em outras partes do mundo, é possível reacender pontos de encontro entre diferentes comunidades negras, no tocante da centralidade e acionamento das tecnologias de sobrevivência, sejam elas práticas ritualísticas da fé para a

concretude da liberdade e outras urgências, o saber-fazer ancestral e outras criatividades se faz presente nas adaptações e respostas imediatas para a cura de adoecimentos, gestão da vida e sobrevivência diante de multicrises.

Sobre isso, abordando a dinâmica religiosa na comunidade do Engenho da Ponte, uma das comunidades quilombolas que compõem a região do Vale do Iguape, em Cachoeira, na Bahia, a pesquisa historiográfica de Alaíze dos Santos Conceição (2020), reúne narrativas vívidas na memória coletiva dos mais antigos moradores da comunidade onde, através do exercício da fé e em função da necessidade de sobrevivência de comunidades negras, “Ter na religiosidade o ponto de equilíbrio necessário para reconfigurar suas existências diante das agruras cotidianas, representou grande estratégia” (CONCEIÇÃO, 2020, p.11). Os moradores da região, devotos de São Roque, que também é cultuado na representação do orixá Obaluaê, espiritualmente associado à cura, saúde e doenças, empreendiam preces, promessas e oferendas a fim de dirimir epidemias que devastavam a população durante o século XX, fato que para a autora evidencia o exercício da fé e o seu direcionamento prático para a busca do equilíbrio com o mundo material.

Discutindo a manutenção do viver e as artes de curar entre o cangaço nordestino, por intermédio de receitas, magia e rezos, Oliveira (2011) evidencia a inventividade do fazer viver dos homens e mulheres do cangaço, imbuídos em cenários de embates sangrentos, de fuga e escassez, onde a autonomia do cuidar não era uma escolha, senão a única garantia de elaborar táticas de permanência no mundo. O historiador nos convida a compreender a figura do cangaceiro e suas inscrições culturais marcadas pelo locus da margem sertaneja, o sujeito membro do cangaço é aquele que habita “[...] um corpo que fala da morte, mas que também elabora uma retórica para a vida baseada na fuga, na luta, nos esconderijos, na conquista de cidades, nos saques, nos rituais de cura” (OLIVEIRA, 2011, p.746). Neste aspecto, o que aqui propomos discutir ao analisar a produção criativa das tecnologias entre comunidades negras subalternizadas, se aproxima daquilo que o autor elabora ao situar o corpo cangaceiro nas zonas de escassez de recursos para sustentação da vida, já que

Nesse ambiente de ausência do saber médico-científico, possuir conhecimento médico popular torna-se um instrumento de diferenciação, um corpus de saber que estabelece hierarquias, uma dobra para pensar a existência[...] O cotidiano surge como espaço privilegiado de produção de táticas de vida, itinerários de cura, invenções de garrafadas, chás, infusões, lambedores. Invenção de um lugar para sarar feridas expostas, cicatrizar aberturas provocadas por balas, a elaboração de um cotidiano no qual o sujeito utiliza táticas de enfrentamento da morte e da dor e se apodera de seus modos de ser para desafiar a sepultura” (OLIVEIRA, 2011, p.748).

Vale ressaltar que, as zonas de conflito e os contextos de multicrises estão bem mais próximos de um cenário de demandas imediatas em vez de um espaço privilegiado, conforme descreve o autor. Forçosamente, os sujeitos daquele contexto lançam mão da agilidade na produção de respostas diretamente eficazes, uma vez que não há outra alternativa que garanta a vida em tempo hábil a não ser a de aplicar criatividade urgentes.

Pensar as tecnologias de sobrevivência em suas manifestações, aspectos materiais e simbólicos, assim como os alcances e benefícios, de maneira geral, em prol de um grupo por elas proporcionados, nos leva a compreensão da amplitude do cuidado coletivo na interface da saúde e processos de adoecimento, sendo a manutenção da vida o centro das ações e criatividade concebidas em tempo hábil, partindo da intencionalidade de trazer alívios, benefícios, cura e até mesmo a liberdade.

Recordamos também que a urgência da produção de respostas edificadas por comunidades negras em cenários de crise, não se tratam de uma alternativa. Além da utilidade, a necessidade de recorrer a estas estratégias são variáveis, na medida em que os sentidos de uso assumem significações distintas e são acionados em contextos socioculturais variantes, revivendo práticas de cuidado e efetivando terapêuticas autônomas de cura, no contexto de crises estruturais que afetam as populações subalternizadas do Brasil. Com isso, a sabedoria ancestral negra acionada na diáspora africana foi, e como veremos adiante, ainda é um dispositivo constantemente acionado na produção de tecnologias diversas em prol da sobrevivência e tessitura da vida coletiva.

4.3 As Tecnologias de Sobrevivência em territórios quilombolas

Pensar as práticas de cuidado de si e dos seus nos quilombos implica, em alguma medida e por antecedência, no cuidado com o território, com os terreiros e quintais, prezando o manejo e o cultivo de plantas, sendo estas últimas as principais aliadas na busca pela cura de adoecimentos e alívio de sintomas ou até mesmo para o fortalecimento preventivo da imunidade. Protagonistas nos processos terapêuticos e de cura tradicionais, o preparo de chás, tinturas, lambedores, infusões são heranças ancestrais que permanecem vívidas até os dias de hoje, graças aos mais velhos, agentes de cura (OLIVEIRA, 2022), figuras de respeitabilidade e detentoras de conhecimentos que constituem a salvaguarda cultural quilombola.

Para cada acometimento, uma receita, assim como para cada região do corpo adoecido, uma planta há de ser eficaz. Seguindo os ensinamentos de Maria Aparecida, D. Beré (em memória) e D. Penha, três mulheres que são, além de agricultoras, mães, avós e

agentes de cura, são e já foram canalizadoras de receitas e preparos de uso tradicional na comunidade quilombola de Mituaçu, é possível acessarmos um arsenal de alquimias, combinações e outras tecnologias que foram elementares no cuidado de doenças endêmicas que afetam ou já afetaram a comunidade, como a coqueluche, por exemplo, tratada com o chá da folha de manga, conforme ensina D. Penha, e as sazonais, como as gripes, tosses e resfriados, tratadas com lambedores feitos à base do cupim do cajueiro roxo ou o do mangará da bananeira, por exemplo.



Figura 16: D. Penha retirando a casca do tronco do cajueiro roxo em seu quintal - Mituaçu, 2018. Foto: Patrícia Pinheiro. Fonte: Acervo do projeto Histórias de Quilombo.

Estas e outras receitas estão presentes no acervo botânico de Mituaçu, que trazem experiências táteis e sensoriais, contendo exsicatas, pinturas produzidas com tintas naturais, desenhos, colagens com sementes, raízes e flores, terra e outros elementos, material construído junto às crianças da turma de 5º ano do ensino fundamental, a partir de oficinas promovidas pelo Projeto Histórias de Quilombo, que tiveram início no ano de 2018. A coleção atualmente é um recurso didático disponível na escola municipal quilombola Ovídio Tavares de Moraes, localizada em Mituaçu. Uma listagem vasta de plantas e receitas também deu origem a cartilha educativa *Plantas que têm história: Mituaçu*, mais um material componente do acervo quilombola de Mituaçu que reúne materiais imagéticos, como

desenhos, fotografias, ensaios visuais e bricolagens e também produções audiovisuais, com as produções Gramame, um rio de histórias (2017)⁵¹ e Raiz, Farinha e Beiju (2022)⁵².



Figuras 17 e 18: Conteúdo da Coleção Botânica de Mituaçu. Fonte: As plantas do quilombo e seus usos (PINHEIRO; PAIXÃO; SANTOS, 2019).

Nos últimos anos, os cuidados terapêuticos, em alguns territórios quilombolas, em prol do alívio de sintomas provocados após a infecção por Covid-19, foram constantemente realizados a partir do uso de plantas medicinais e até outros recursos naturais. Do conhecimento ancestral sobre o manejo de recursos oriundo dos quintais, terreiros e das matas vizinhas, a reinvenção de preparos e receitas foram fundamentais no combate aos sintomas provocados pelo vírus.

⁵¹ Produzido a partir de oficinas de audiovisual realizadas pelo projeto de extensão Histórias de Quilombo (UFPB), com os estudantes de EJA da Escola Ovídio Tavares de Moraes, em Mituaçu. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sg9iLI05dtg&ab_channel=PatriciaPinheiro. Acesso em: 24 de set. de 2022.

⁵² Uma realização do projeto de extensão Histórias de Quilombo e de pesquisa Práticas e conhecimentos quilombolas na Paraíba e no Rio Grande do Sul: experimentações de extensão, ensino e pesquisa etnográfica com materiais sensíveis (CNPq – Edital Universal 2018). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JaQDbrUvfSo&ab_channel=PatriciaPinheiro. Acesso em: 24 de set. de 2022.



Figuras 19 e 20: Exposição realizada na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia. Fonte: *Convivendo no Quilombo de Mituaçu (PB)* (AZEVEDO et al., 2020).

Tolhida da possibilidade de ir as comunidades, segui acompanhando alguns dos muitos eventos online que se revelaram verdadeiros fenômenos durante a pandemia, onde pude, por outro lado, ter acesso a inúmeros relatos de lugares distintos. Tomei nota de uma fala pertinente de uma moradora do Quilombo Poços do Lunga, localizado no município de Taquarana, em Alagoas, durante o Webinar “Saberes e Fazeres da Medicina Indígena e Quilombola: cura através da alimentação na pandemia” (2021), iniciativa da Associação Indígena do Grupo Wpyra - Swpyra Xukuru - Kariri da Mata da Cafurna do município de Palmeira dos Índios, em Alagoas, realizado com o apoio da Pró-reitoria de Graduação da Universidade Federal de Alagoas (Prograd/Ufal) e do projeto de extensão Bureau de Comunicação Comunitária no Combate ao Covid-19 da UFAL.

Descrevendo a maneira como os cuidados têm sido realizados a partir de plantas de uso tradicional no território, a cura que vêm dos quintais é, segundo Tonha do Espírito Santo⁵³, o principal recurso que a comunidade tem acessado: “Eu agradeço primeiramente a Deus, segundo a esse pé de umbu. É o que está nos salvando. Sempre tô correndo atrás, levando para os idosos, para tomar o suco do umbu, graças a Deus vem dando certo”⁵⁴. A Quixabeira (*Sideroxylon obtusifolium*) e o fruto do Umbuzeiro (*Spondias tuberosa L.*) são protagonistas nas receitas de lambedores e sucos, que têm sido utilizados no combate aos sintomas da Covid-19 e fortalecimento da imunidade, aliados também a outras ervas, dentro e fora da comunidade, uma vez que a difusão de receitas é constante entre municípios próximos, como é o caso de Coité do Nóia, município que faz fronteira com Taquarana.

O relato de Tonha do Espírito Santo elucidada, em suma, aquilo que na interface saúde e território, expressa a relação de integralidade entre o cuidado ecossistêmico quilombola e os aspectos subjetivos do pertencimento, as ressonâncias da territorialidade no direcionamento das práticas de cuidado e na produção de respostas emergenciais em prol da saúde coletiva. Por territorialidade entendemos além da percepção e experimentação do território por determinado grupo, a expressão e o exercício da cultura e identidade coletiva, evidente nos sentidos de uso, manejo e assemelhando-se àquilo que, nas palavras de Santos (1999), corresponde ao território usado, é “o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de

⁵³A publicização do nome verídico foi consentida no ato de aceitação das políticas de privacidade e termos de uso das respectivas plataformas virtuais, onde estes e outros dados foram primariamente divulgados.

⁵⁴Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lwoPxehIJMw>. Acesso em: 29 de ago. de 2022.

pertencer àquilo que nos pertence”. Se tratando da complexidade imbricada na territorialidade quilombola, podemos afirmar que

[...] o território das comunidades tradicionais é muito mais que um simples espaço de reprodução econômica. É “chão” das relações sociais, das representações do imaginário mitológico e religioso que guiam o saber e o fazer dessas populações sobre o meio físico em que habitam, incluindo as práticas de saúde, ou seja, o espaço físico pode ser considerado como parte integrante dessas populações. (LACERDA; MENDES, 2018, p. 110).

Seguindo esta perspectiva, retornaremos à visita que fiz até Coremas, entre julho e agosto de 2021, acompanhada das antropólogas anteriormente citadas, responsáveis pelo RTID de Santa Tereza, visitei uma das mais antigas moradoras da comunidade quilombola Mãe D’água, território que dista poucos minutos da comunidade Santa Tereza e do centro de Coremas. Dentre os muitos assuntos tratados no dia, em função do meu interesse pessoal na gestão do cuidado nos quilombos, surgiu dali uma conversa dirigida às estratégias terapêuticas para o alívio de sintomas da Covid-19, e uma receita em especial me chamou atenção. Em tempo, tive a oportunidade de conversar sobre ela e outras tecnologias de sobrevivência posteriormente.

A visita em questão foi até à residência de D. Francisca Fernandes da Silva, uma senhora habilidosa e enérgica, mãe de 11 filhos e como ela mesmo se apresenta em tom bem humorado, tem 76 anos de idade, mas que, no mesmo instante, sente que ainda tem 14. Em outubro de 2021 tive a oportunidade de entrevistá-la, cerca de dois meses depois da ida até sua casa, no bairro Linha de Ferro, onde mora há 12 anos, região que dista aproximadamente 10 minutos de sua comunidade de origem. Mesmo tendo a visto apenas uma única vez e apesar de posteriormente o nosso contato ter sido virtual, D. Francisca me contou, com detalhes, sobre sua experiência enquanto parteira, artesã, cuidadora, dentre outras habilidades e ofícios que acumulou em sua trajetória de vida, relembando também memórias de sua infância na comunidade Mãe D’água, compartilhando recordações relativas ao gerenciamento da vida a partir de sua ancestralidade e experiências vividas em seu território de origem.

Com as mesmas mãos que trouxe muitas crianças ao mundo, carregando em seu repertório a execução de mais de 30 partos, D. Francisca também molda e comercializa panelas, confecciona colares e jarros de cerâmica ao lado de duas irmãs e uma de suas filhas. Além disso, também é vendedora ambulante nos fins de semana e, quando sobra tempo, auxilia em um bar de um de seus parentes. Nascida na comunidade negra do Navio, neta de um dos primeiros moradores do povoado, Antônio Tobias, D. Francisca foi criada na comunidade quilombola de Mãe D’água, um dos três territórios quilombolas de Coremas,

que assim como Barreiras e Santa Tereza, tem por principal região originária em comum o território do Navio, D. Francisca, neta de D. Madalena, e bisneta de D. Eugênia, cresceu entre rezadeiras e parteiras.

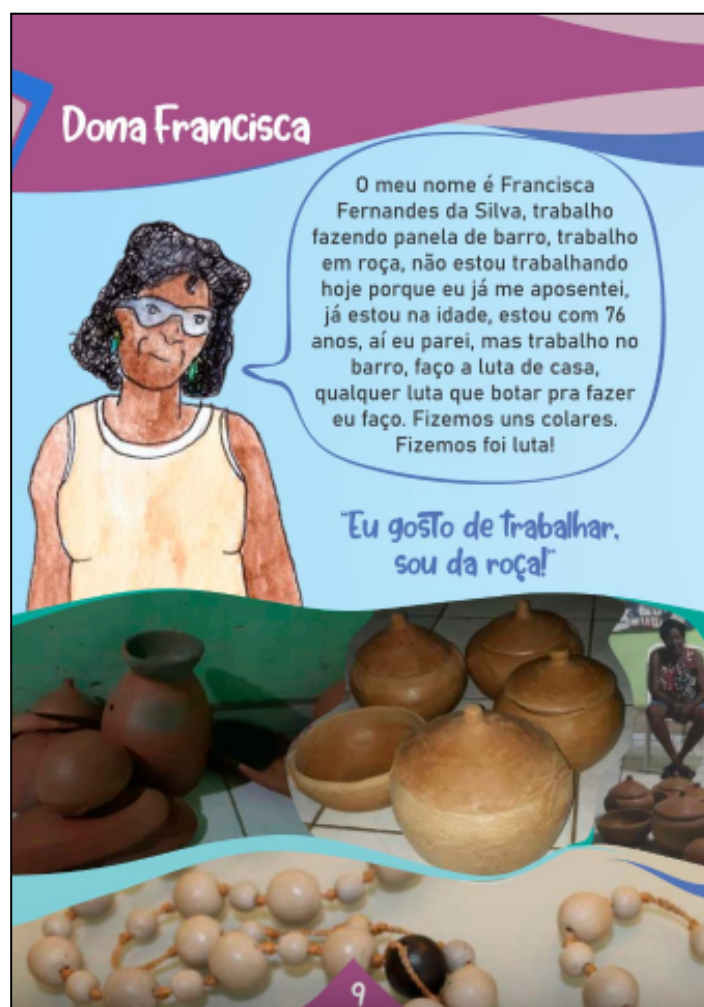


Figura 21: Fonte: Cartilha didática “Aprendendo com os quilombos de Coremas sobre saberes quilombolas do Alto Sertão da Paraíba”, município de Coremas. Produção Unequico, Histórias de Quilombo, Observatório Antropológico, Unila com do Instituto Phi, 2021.⁵⁵

O último parto que realizou foi há mais ou menos 10-12 anos, idade de um de seus bisnetos. Sobre este último parto que realizou, D. Francisca contou detalhes sobre seu itinerário até o nascimento de bisneto: Sua neta foi até o hospital da cidade e de lá, foi encaminhada ao município de Patos. Com base em sua experiência no partejar, contestando a estimativa do médico, de que sua neta chegaria a tempo, D. Francisca já tinha certeza que a criança estava prestes a nascer. A caminho de Patos, na Cruz da Menina, D. Francisca “pegou” seu neto nas mãos, realizando o parto ali mesmo, dentro do carro.

⁵⁵ Pode ser acessada em: https://issuu.com/obsservantropologia/docs/cartilha_coremas_digital_1_

Tendo passado muitos anos de sua vida permeada pelo universo do fazer-nascer, narra com precisão o procedimento que conhece bem

Aí quando chega a hora da criança nascer aí eu vou dando massagem na barriga, ela com muita dor [a mãe], vai dando massagem na barriga e a criança vai descendo pro nascimento, aí quando é na hora de nascer mesmo dá uma dor forte aí a gente ajuda também, viu? Bota a mão na barriga acima do umbigo da mãe, empurrando a criança mais pra frente, aí quando ele croa a cabecinha de nascer, aí você pega logo o lado dos ouvidinhos dele, num sabe? Quando a mãe bota aquela força, aí a criança vem, você não tem que botar força pra tirar, deixa ele bem à vontade, ele vindo à vontade, aí quando ele nascer, aí você vai esperar o parto sair, que ele tá no cordão do umbigo. Aí você afasta a criança um pouquinho, aí pega no cordão do umbigo que tá sustentado e a parte vem. Quando o parto vem, aí você vai e amarra no pézinho do umbigo dele e dela, amarra com um cordãozinho, amarra no meio, mais na frente uma coisinha, três amarradinhos que você faz, aí em cima você vai e corta com uma tesoura que não bota sangue mais não. Aí pega aquele parto [placenta] e vai enterrar. Aí vc vai esperar a mãe perder mais sangue um pouquinho, aí quando a mãe tá limpinha já naquela hora, você pega a criancinha pega um pano enxuga o rostinho dele bem enxugadinho, a cabecinha, aí vai vestir a roupinha dele ou dá logo banho, que hoje em dia dá logo banho. Aí ajeita a criancinha, bota numa rede ou no berço e a mãe tá com saúde [...]Quando for no outro dia, a mãe já tá se sentando na cama, já não tá havendo muita menstruação, é na regra mesmo, e assim fica boa. (Entrevista concedida por D. Francisca em 07.10.2021).

D. Francisca conta que quando havia uma criança prestes a nascer, a casa era preparada e um dos primeiros passos era levar as outras crianças da família para longe, “Diziam: vão lá pra fora brincar que já já passa um avião que vai soltar um pássaro e trazer um neném em seu bico”, relembra. Algumas crianças questionavam, outras acreditavam.

De acordo com a narrativa de D. Francisca, fornecendo as instruções necessárias para execução de um bom parto, é possível compreender a experiência de quem já executou tais procedimentos inúmeras vezes e conhece bem os processos naturais daqueles corpos, o que faz nascer e o que vem à vida. Quando iniciei a conversa com D. Francisca, havia preparado previamente um roteiro de entrevista, no entanto, a condução da conversa foi assumida por ela mesma, que reordenou as pautas e iniciou a entrevista falando daquilo que aparentemente é para ela o mais importante, sua experiência como parteira, sabedoria que a tornou uma figura de respeitabilidade e confiança em sua comunidade.

Durante o puerpério, outros cuidados, além das recomendações de repouso também eram indicados, sobretudo em relação à alimentação e ao banho, D.Francisca comenta que o resguardo de antigamente era bem diferente dos dias atuais

a alimentação da mulher de resguardo, era galinha de capoeira no chiqueiro, a pessoa que tava com a mulher de resguardo ia matar, botava no fogo, quando tava bem cozinhadinho no tempero, fazia aquele prato de pirão, a mãe ia comer, era o ouvido tampado, de meia. De primeiro tinha resguardo, hoje não tem mais não. Tirava os 30 dias comendo pirão de galinha de capoeira, com 15 dias ela de resguardo, antes dos 15 dias ela fazia só se assear, não tomava banho de corpo todo. Com 15 dias era o banho morno, com 30 dias era o banho frio no rio. (Entrevista concedida por D. Francisca em 07.10.2021).

As precauções, o cuidado com a preparação do alimento, desde a conservação do animal no próprio quintal ao abate feito por familiares ou outros membros do quilombo, até a preparação de um prato nutritivo para a elevação da imunidade, são etapas que culminam na promoção de um cuidado ecossistêmico, conduzido a partir de estratégias de fortalecimento, no usufruto de recursos e receitas eminentemente naturais, fruto de uma sabedoria ancestral acumulada. Sobre esse cuidado ecossistêmico, podemos afirmar que se trata de uma “[...] possibilidade de construção teórico-prática das relações saúde e ambiente a partir, entre outros fatores, do estilo de vida de grupos populacionais específicos” (LACERDA, 2017, p.10). Dessa forma, faz-se necessário compreender as formas de relação entre saúde e ambiente existentes para além da lógica hegemônica e biomédica do risco.

A relação com o território, o tempo e a sazonalidade, são elementares na condução do cuidado ecossistêmico. Retornando à respectiva receita que me chamou atenção, já mencionada há alguns parágrafos atrás, é possível compreendê-la enquanto uma tecnologia de sobrevivência que nasce estritamente imbuída na interface saúde/ambiente. Trata-se da *banha do Tejo*, gordura animal do lagarto teju, zoterápico antigo, há muito tempo utilizado pelos antepassados de D. Francisca, difundida e constantemente utilizada por ela mesma no cuidado de seus mais novos.

Os meninos aqui caçam, aí eles tiram o couro, a carne, depois assam, porque aqui eles comem. Meus meninos mesmo, eu fazia a carne pra eles comerem, pra não viver com garganta doendo. Aí a gente tira a banha dele, coa e bota em um depositozinho e guarda. Qualquer problema que tiver na garganta pode usar ela que num instante desinflama e fica bom. (Entrevista concedida por D. Francisca em 07.10.2021).

A banha do tejo, também conhecido e descrito na literatura como tejo, tejuaçu e teiú (*Tupinambis merianae*), foi utilizada por D. Francisca no cuidado de uma de suas filhas, atrelado a outros recursos terapêuticos naturais, contra a dor de garganta e outros sintomas provocados a partir da infecção pelo vírus Sars-Cov 2, devido a suas propriedades anti inflamatórias,

Ela [filha] adoeceu e ficou na minha casa, nos dois primeiros dias ela esteve doente de levar para o hospital. Aí a filha dela disse: “Vou levar a mãe para o hospital”, aí eu disse: “Você leve ela e não deixe ela no hospital não se não eu vou buscar”. Chegando lá tava com Covid, no exame acusou que tava, aí ela trouxe ela pra cá. Quando foi de noite era febre, dor de garganta, dor de cabeça e quis dar cansaço nela; Aí eu *infinquei* aqui no chá, o remédio que eu dei a ela foi o chá e o suco do limão com laranja, manteiga da terra, até a banha de Téjo ela tomou [...] A manteiga, quando ela terminava de tomar aquele suco, aí eu botava a manteiga numa colher, aí ela tomava e depois a banha pra ela engolir pura. Aí depois, dentro de uns três dias, ela não tava mais com cansaço. (Entrevista concedida por D. Francisca em 07.10.2021).

Outras pesquisas que indicam o uso de zooterápicos, difundido em alguns estados do Nordeste⁵⁶ (SILVA, 2019), e neste caso, especificamente no sertão da Paraíba⁵⁷ (SÁ; MEDEIROS, 2020; SILVA, 2018) reforçam a difusão de terapêuticas emergenciais utilizando recursos naturais como a gordura animal do lagarto tejo em seu potencial anti inflamatório, dentro e fora do contexto da Covid-19. Além disso, os cuidados com a alimentação à base de verduras, vegetais, e em função da tosse seca, a manteiga da terra foi utilizada também para hidratação da garganta, o uso de outros recursos como o chá de alho (*Allium sativum*), limão (*Citrus limonum*) e mel de abelha também foram aliados nos cuidados paliativos.

Ao perceber minha surpresa e interesse sobre a experiência terapêutica nos cuidados de sua filha, D. Francisca compartilha uma memória que ocorreu em sua família, outra experiência de cuidado a partir do uso de zooterápicos. Seu irmão mais velho, na época ainda criança, adoeceu de tal maneira que o seu corpo inteiro apresentou inchaços. Sua mãe desesperou-se por não encontrar solução. Certo dia, em um sonho, um caminho de folhas a levava até um pé de siriguela e debaixo dele havia uma pedra. Sentada nesta pedra, uma mulher vestida de azul, pediu-lhe que rezasse uma salve rainha pela cura do filho e lhe disse que desse uma pílula à criança. Antes que a mulher lhe falasse o nome, ela acordou. No mesmo dia, sua mãe lembrou uma receita utilizando a banha do cágado. Segundo sua mãe,

⁵⁶ Sobre as propriedades medicinais do lagarto, consultar: SILVA, Tereza Kamilla Sousa. Ação antimicrobiana de gordura corporal do lagarto teju. Monografia (Graduação em Biotecnologia). Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/3204>. Acesso em: 30 de ago. 2021.

⁵⁷ Pesquisas sobre o uso da gordura animal do lagarto têju e outros zooterápicos no sertão do estado da Paraíba: SÁ, Tatiane Pontes de; MEDEIROS, Paulo Roberto de. Abordagem etnozoológica sobre o uso do tejo (*Salvator merianae*) por moradores rurais do município de Aparecida, PB, Brasil. **Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza**. Cajazeiras, 2020. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/RPECEN/article/view/1379/pdf>, Acesso em: 30 de ago. de 2021; figura SILVA, Elnatan M. **O uso de zooterápicos por comunidades dos Cariris Velhos, São João do Tigre - PB**. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2014. Disponível em: Acesso em 19 Mai. 2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4243/1/PDF%20-%20Elnatan%20Monteiro%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 30 de ago. de 2021.

foi essa receita que curou seu irmão, que viveu até os 80 anos, e promoveu, rapidamente, o desinchaço de seu corpo.

Partindo destas experiências, e considerando a perspectiva negacionista crescente no país em relação à vacina, é preciso colocar em evidência o fato de que estas estratégias de vida quilombolas estão muito mais próximas de práticas e respostas emergenciais no combate à Covid-19, em função da má administração pública na contenção de seus impactos e evidentemente contrastam e estão distantes de tratamentos precoces difundidos no país, como foi com a recomendação e distribuição do Kit Covid-19, endossado pelo presidente Jair Bolsonaro, que prescrevia medicamentos comprovadamente ineficazes e com grande probabilidade de provocar efeitos colaterais graves⁵⁸.

Enquanto características constitutivas da sabedoria quilombola, a autonomia do cuidar nas práticas culturais e curativas estão vívidas e em transformação na vida comunitária dos quilombos já que estes “[...] vêm construindo cada vez mais um campo de conhecimento desprendido do modelo produtivo capitalista de matriz colonial”(ALMEIDA, 2020, p.154). Ainda assim, outros marcadores atravessam significativamente os percursos de cuidado destas comunidades, há que se considerar a existência dos determinantes sociais de saúde que impulsionam, em alguma medida, a busca por respostas autônomas, acelerando e impactando a elaboração e adaptação de tecnologias de sobrevivência, diante de conjunturas de crise.

⁵⁸JORNAL DA UNICAMP: **É preciso acabar com a farsa do Kit Covid e focar no combate à pandemia.** Campinas, 23 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ISBN9786587198040>. Acesso em: 20 de ago. de 2021.

Considerações finais

Diante das investigações empreendidas nesta pesquisa, foi possível compreender que o *modus operandi* do Estado capitalista é imperativo quando a ordem do dia é a de eliminar do caminho todo e qualquer grupo populacional que o impeça de lucrar ou que não contribua para tal. No Brasil, as rotas culturalmente estruturadas na sociedade contemporânea a partir da construção de dispositivos de racialidade, nos guiam a respostas que revelam execuções políticas tradicionalmente acostumadas a lidar com a gerência da morte de corpos marcados. Nesta estrutura mortífera, quando se está no lado da subalternidade, não resta escolha, a postura há de ser a de enfrentamento contra a aniquilação.

A partir deste estudo, o constante movimento de tecer e reinventar a vida das comunidades negras diante das catástrofes e crises foi evidenciado no acionamento de cuidados cotidianos diversos. Em tempo, por vias institucionais, as redes representativas dos quilombos nos âmbitos nacionais, estaduais e sobretudo, locais, apesar dos desafios aqui elencados, reuniram esforços políticos significativos pela garantia do acesso às políticas específicas à saúde da população quilombola do Brasil, na cobrança constante pelo acesso aos direitos coletivos dos seus semelhantes, como foi com as cobranças da ADPF 742 e a luta pela priorização dos quilombos no processo de imunização no início de 2021.

Além disso e não menos importante, através das redes colaborativas que se articularam, sobretudo durante a pandemia, na circulação de receitas com o desenvolvimento e uso de terapias naturais, chás, infusões, consumo de alimentos específicos para o fortalecimento da imunidade e até outros recursos, guiados por sabedorias antigas ou elaborados diante da urgência presente, que fogem ao alcance desta pesquisa, inúmeras Tecnologias de Sobrevivência foram edificadas e se revelaram elementares no enfrentamento à pandemia de Covid-19 nos territórios quilombolas, especificamente na conjuntura da disseminação de discursos e tratamentos ineficazes, que impactaram diretamente a população do país e expressivamente a população negra posta em condições vulneráveis.

No âmbito da Atenção Primária à Saúde nos quilombos, reiteramos a inexistência de comprometimento expressivo por parte das gestões municipais - secretarias e prefeituras - em garantir que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra seja implementada através da promoção contínua de ações e serviços específicos aos quilombos. Outra constatação importante é o esforço particular de profissionais quilombolas, quando há a presença destes na equipe de profissionais nas Unidades Básicas de Saúde, em garantir um atendimento contextualizado e específico à população quilombola, em detrimento do

desconhecimento e descompromisso de profissionais não quilombolas em relação a garantia de políticas e serviços de saúde direcionados à população negra na Atenção Básica, tal esforço configura uma sobrecarga extraordinária restrita aos profissionais quilombolas, quando há a presença destes, que, pelas relações de pertencimento e compromisso com o seu território, atuam por conta própria pela garantia da PNSIPN, enquanto que, por outro lado, outros profissionais não negros que também compõem a mesma equipe, pouco ou nada se comprometem com a garantia de uma atenção especializada.

Ademais, não foi constatada a viabilidade de participação efetiva das comunidades quilombolas nas ações estratégicas aplicadas aos territórios por iniciativa das instituições de poder anteriormente mencionadas, como foi o caso da distribuição das vacinas. Além de não atender efetivamente a demanda dos territórios, postergar o processo de imunização através dos desvios de vacinas, negligenciar conflitos e desentendimentos que implicaram diretamente na desarticulação política dos quilombos, estas ações culminaram na identificação do Estado como uma fonte atuante na produção de mais desigualdades sociais. Esta sintomática evidencia a maneira como o racismo institucional opera no SUS, sendo resultado de uma matriz já consolidada, a saber, mais uma vez, os dispositivos de racialidade, que fortalecem e tornam duráveis as práticas e estratégias de controle e eliminação da população negra no Brasil.

Convém também enfatizar que, em alguma medida, as políticas afirmativas de saúde para a população negra são uma preocupação majoritária de pessoas negras, ao passo em que são negligenciadas por representantes políticos, gestores e profissionais brancos. Nesta esteira, é necessário traçar rotas de fuga alternativas à compreensão essencializada que toma o cuidado contextualizado como um dever daqueles que possuem um senso de pertencimento, como uma obrigação política e até moral restrita, como no caso de profissionais negros e quilombolas. Evidentemente que a presença destes profissionais é imprescindível na composição de equipes multiprofissionais da saúde, entretanto, garantir a implementação da PNSIPN é um dever de toda a equipe que compõe e gerencia o âmbito da saúde, assim como é um direito civil da população negra usufruí-la integralmente.

Desse modo, um ponto que se mostrou sensível foi a ausência de capacitação contínua dos profissionais da APS, uma vez que a qualificação de toda a equipe redistribuiria a responsabilidade da educação em saúde para todos os profissionais da rede e não direcionaria esta função estritamente aos ACS. A educação etnicorracial no âmbito da saúde revela-se um caminho possível para dirimir as iniquidades, garantindo que as particularidades socioculturais das populações negra e quilombola, sejam consideradas, respeitadas e

incorporadas no atendimento de suas demandas.

Por fim, a presente investigação reitera que as políticas nefastas produtoras da morte especificamente direcionadas a territórios negros, atuantes na não garantia do direito à saúde e ao território, são diretamente confrontadas por ações orquestradas coletivamente no ato da criação de respostas eficazes em função da vida, em circunstâncias e contextos de emergência, as Tecnologias de Sobrevivência são, nos territórios quilombolas, um aparato criativo ancestral e estratégico, fazendo continuar o movimento constante de vidas que resistem sem cessar.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Falas de astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino - de problema à solução**. Campinas, São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História do Brasil/ Unicamp, 1988.

ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerres et Capital**. Paris: Éditions Amsterdam, 2016.

ALMEIDA, Carlídia Pereira de. Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas, territórios de existências negras femininas**. São Paulo, Jandaíra, 2020. p.145-156

ALMEIDA, Silvio de. A necropolítica no Brasil ontem e hoje. **Entender o mundo hoje: Pandemia e Periferias**. Rede Emancipa Movimento Social de Educação Popular, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/LswboidArbw>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

ANDRADE, Rita de Cássia; MAIA, Doralice Sátyro. Desenho urbano inicial das cidades pequenas do sertão da Paraíba: O caso do povoado do Boqueirão do Curema. Cuadernos de Geografia. **Revista Colombiana de Geografia**. Vol. 20, n.º 1, 2011. Bogotá, Colômbia. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v20n1/v20n1a10.pdf>. Acesso em: 20. nov. 2021.

ARAUJO. Anna Bárbara. Da Ética do Cuidado à Interseccionalidade: Caminhos e Desafios para a Compreensão do Trabalho de Cuidado. 2018. **Mediações**, Londrina, v. 23 n.º 3, p.43-69, set.-dez. 2018. Disponível em: 10.5433/2176-6665.2018.3v23n3p43. Acesso em: 22 de out. de 2022.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.

BONET, Octavio. Itinerários e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold. *Sociologia & Antropologia* [online]. 2014, v. 4, n. 2 [Acessado 9 Dezembro 2022], pp. 327-350. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2238-38752014v422>>. ISSN 2238-3875. <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v422>.

BRASIL. Lei nº 14.023 de 8 de julho de 2020. Altera a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: . Acesso em: 9 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Guia de diretrizes para a atenção integral à saúde das populações do campo, floresta e águas (CFA) e povos e comunidades tradicionais (PCTs) [recurso

eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Saúde da Família. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atencao_integral_campo_floresta.pdf. Acesso em: 13 de ago de 2022.

CALDAS, Rosimary de Almeida. **Potencial turístico e produção/transformação do espaço pelo turismo no município do Conde-PB**. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

CAMPANELLA, B. Por uma etnografia para a internet: transformações e novos desafios. **Matrizes**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 167-173, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/111722>. Acesso em: 23 nov. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas En: Buenos Aires Lugar CLACSO, Buenos Aires, CLACSO, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>. Acesso em: 05 julho 2021.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CAVALCANTE, Inara Mariela S. **Acesso e acessibilidade aos serviços de saúde em três quilombos na Amazônia Paraense: um olhar antropológico**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. Belém, 2011.

CONCEIÇÃO, Alaize dos Santos. **Vai buscar no mato o que você enjeitou!: Práticas religiosas e devoções negras no Vale do Iguape, Recôncavo Sul da Bahia (c.1920-c.1980)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

CUNHA, Francisco Roberto Brito, et al. Autoconhecimento como uma tecnologia em Saúde In: **Tecnologias em saúde: da abordagem teórica à construção e aplicação no cenário do cuidado** [livro eletrônico]. orgs: Zélia Maria de Sousa Araújo Santos, Mirna Albuquerque Frota, Aline Barbosa Teixeira Martins. – Fortaleza: EdUECE, 2016. Disponível em: <https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2019/09/TecnologiaSaude-uece.pdf>.

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas, territórios de existências negras femininas**. São Paulo, Jandaíra, 2020. p.25-44.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2479-2486, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25suppl1/2479-2486/pt>. Acesso em: 25 out.. 2020.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. **Sueli Carneiro, o Dispositivo da Racialidade e aprofundamento de discursos em torno da necropolítica: Matizes para pensar o Brasil**. Casa Sueli Carneiro, 2022. Disponível em: <https://youtu.be/dVj7fMAMEAM>. Acesso em 08 de set. de 2022.

FIOCRUZ, **Nota Técnica sobre trabalho seguro, proteção à saúde e direitos dos agentes comunitários de saúde no contexto da pandemia de Covid-19**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42355/nota_tecnica_acs_poli.pdf;jsessionid=723AD282070F021957E5992C372A2D4A?sequence=2. Acesso em: 15 de ago. 2022.

FIOCRUZ, **Pandemia reafirma invisibilidade de 2 milhões de trabalhadores da área da Saúde**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-reafirma-invisibilidade-de-2-milhoes-de-trabalhadores-da-area-da-saude#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20que%20trabalham%20quase,cidadania%20social%2C%20t%C3%A9cnica%20e%20trabalhista>. Acesso: 10 de set. 2022

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal**. São Paulo: Global. 48 edição. 2003.

GILROY, Paul. **O atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: Ed.34, 2001. p. 33-99.

GONÇALVES, Regina Célia. **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 1999.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana**. Filhos da África, São Paulo. 2018.

GUMIERO, Gustavo Gumiero. Covid-19 e o estado de guerra permanente. In: CASTRO, Bárbara (org.). **Covid-19 e Sociedade:: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. São Paulo: Unicamp/Ifch, 2020. p.364-369. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ISBN9786587198040>. Acesso em: 30 Agosto 2021

GUMIERO, Gustavo Bissoto. **Governamentalidades e Biodesigualdade: novas relações de poder e novas formas de existência no século XXI**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/359307/1/Gumiero_GustavoBissoto_D.pdf. Acesso em: 30. ago. 2021

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. Sage. Londres; 2000.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **INTERFACEHS - Revista De Gestão Integrada Saúde do Trabalho Meio Ambiente**, v. 3, n.1, Artigo 2, jan./ abril 2008. Disponível em: . Acesso em 13 de março de 2020

IBGE, 2010. IBGE Cidades@. Coremas - PB. Dados básicos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/coremas/panorama> (consultado em Outubro de 2021).

IBGE, 2010. IBGE Cidades@. Conde - PB. Dados básicos. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/conde/panorama> (consultado em Outubro de 2021).

JUNGBLUT, Ailton Luiz. Práticas ciberativistas, agência social e ciber acontecimentos. **Revista Vivência**, n. 45: 13-22 jun. de 2015, Natal - Brasil. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/issue/view/417/42> Acesso em 22 de junho de 2021

JÚNIOR, Aristeu Portela; ANDRADE, Bruno Ferreira Freire Andrade. Améfrica Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 105-131, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/rkcXcJJyDbWS7z65hvdQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 de out. de 2022.

KOERICH, Magda. et al. **Tecnologias de cuidado em saúde e enfermagem e suas perspectivas filosóficas**. Texto Contexto Enferm., Florianópolis, v. 15, n. esp.,p. 178-85, 2006.

LACERDA, Roberto dos Santos. **Territorialidade, saúde e meio ambiente : conexões, saberes e práticas em comunidades quilombolas de Sergipe**. 2017. 248 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

LACERDA, Roberto dos Santos; MENDES, Gicélia. Territorialidades, saúde e ambiente: conexões, saberes e práticas quilombolas em Sergipe, Brasil. **Sustentabilidade em Debate - Brasília**, v. 9, n.1, p. 107-120, abril/2018. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16702/14984> . Acesso em Jul. de 2022.

LAGUARDIA, Josué. (2006). No fio da navalha: anemia falciforme, raça e as implicações no cuidado à saúde. **Revista Estudos Feministas**, 14(1), p. 243-262. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100013> Acesso em 8 de novembro de 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

LITTLE, Paul. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: **Etnodesenvolvimento e políticas públicas bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro, Contra Capa/LACED, 2002. p.39-47.

LUCCHESI, Fernanda. As obras contra as secas e a interiorização da burocracia: A ação do DNOCS no sertão da Paraíba. **Revista euroamericana de antropología**. Nº 2, pp. 51-59, 2016. Salamanca, Espanha. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/2387-1555/article/view/18842>. Acesso em: 23. nov. 2021.

LUCCHESI, Fernanda. **O feijão de Zé Américo: Terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas**. 2017. 118 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05102017-175831/pt-br.php>. Acesso em: 23. nov. 2021.

MACHADO, Eliara. et al. A comunicação como tecnologia leve para humanizar a relação enfermeiro-usuário na Atenção Básica. *Revista Bioethikos - Centro Universitário São Camilo*;4(4):447-452, 2010.

MALUF, Sônia. Janelas sobre a cidade pandêmica: desigualdades, políticas e resistências. **Revista Tomo**. Sergipe: n. 38, p.251- 285, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21669/tomo.vi38.14280>. Acesso em 23. nov. 2021.

MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG; Estélio. A Escola de Medicina da Bahia ou o lugar onde Pedro Archanjo foi bedel: representações de estereótipos acerca de macumba, loucura e crime. **RECIIS-R.Eletr. de Com. Inf. Inov.Saúde**.Rio de Janeiro,v.4, n.3, p.63-69, 2010. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/664>. Acesso em 17 de set. 2021.

MARINS, Cristina. Internet e trabalho de campo antropológico: dois relatos etnográficos, Ponto Urbe [Online], 27 | 2020, posto online no dia 28 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/9067>.

MARQUES, Amanda C. Nascimento.Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do litoral sul paraibano. 2015. 369f. Tese (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MERHY, Emerson et al. Por um modelo técnico-assistencial da política de saúde mental em defesa da vida: contribuição para as conferências de saúde. **SAÚDE EM DEBATE**. , v. 33, p.83-89, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vWLtrWY4YSbWpJzwG7YrBwz/?lang=pt>. Acesso em 21. nov. 2021.

MIGNOLO, Walter D.. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo , v. 32, n. 94, 2017 . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092017000200507&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.

MORAES, Oriel Rodrigues de; SILVA, Liana Amin Lima da. Racismo Ambiental, Colonialismos e Necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil. In: LIMA, Fonseca Emanuel et al. (org.). **Ensaio Sobre Racismos**. Pensamento de Fronteira. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2019, p. 33-49.

MURA, Fabio. PALITOT, Estêvão. MARQUES, Amanda. (et. all). **Relatório de fundamentação antropológica para caracterizar acupação territorial dos Tabajara no Litoral Sul da Paraíba**. Instrução Técnica Executiva nº 34/DAF/2009. João Pessoa. 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016

NOGUEIRA, M.L. et al. **2º Boletim da Pesquisa Monitoramento da saúde dos Agentes Comunitários de Saúde em tempos de Covid-19**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz. Novembro, 2020. 41 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/44597>. Acesso em: 25 out. 2022.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Artes de curar e modos de viver na geografia do cangaço**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2011, v. 18, n. 3. pp. 745-756. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702011000300008>>. Acesso em 13 de Ago de 2022.

PAIXÃO, Aline Maria; SILVA, Helton Nascimento. Reconstruindo a Identidade Tabajara. **27ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Conhecimentos, Saberes Tradicionais e Direitos à Diversidade, Pará, 2010.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: v., n. 42, p. 377-391, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>. Acesso em 23. set. 2021.

PEIXOTO, Maurício de Abreu Pinto; BRANDAO, Marcos Antônio Gomes; SANTOS, Gladis dos. Metacognição e tecnologia educacional simbólica. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro , v. 31, n. 1, p. 67-80, Apr. 2007 . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022007000100010>.

PIERRE, Jean Gardy Jean. Haiti, uma República do Vodou? **Uma análise do lugar do Vodou na sociedade haitiana à luz da Constituição de 1987 e do Decreto de 2003**. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

POMPONET, André. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas**. Apresentação Oral. Instituições e Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria, Feira de Santana, Bahia, 2020.

PRETA, Alma. **Quilombolas correm risco de contaminação por lixo no acesso às comunidades no Pará**, 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/realidade/quilombolas-correm-risco-de-contaminacao-por-lixao-no-acesso-as-comunidades-no-para>. Acesso em 8 de novembro de 2020.

PROCÓPIO, Ana Paula. Saúde da população Negra: o racismo como fator de adoecimento. **I Simpósio pela Saúde Pública**. Canal do Casafuerj no Youtube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/3vR5cTSvCIE>. Acesso em 8 de novembro de 2020.

PÚBLICA, **Brasil registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras**. 14 mar 2021. Disponível em: <https://bityli.com/TrwHb>. Acesso em: 15 abr. 2021

PÚBLICA, **Nos quilombos, coronavírus mata um por dia. 30 jun. 2020**. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/nos-quilombos-coronavirus-mata-um-por-dia/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

QUILOMBOLAS, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais. **Decisão judicial ameaça a vida do quilombo rio dos macacos. CONAQ**, 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/decisao-judicial-ameaca-a-vida-do-quilombo-rio-dos-macacos-2/>. Acesso em 8 de novembro de 2020.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Entrevista com Antônio Bispo dos Santos. COLETIVA | Emergência climática. [Entrevista concedida a] Thiago Mota Cardoso. **Revista de divulgação científica Coletiva**. ISSN 2179-1287. Abr. 2020. Disponível em: https://8ea83684-ef70-4050-a352-258855669328.filesusr.com/ugd/683a6e_0b188472bb6e4f5fbdeeb49088d0bfb.pdf Acesso em: 11 de Abril de 2021

SANTOS, Boaventura de Souza. **Fim do Império Cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SANTOS, Glauciê Pereira dos. **O povo negro e o vôo para a liberdade: Comunidade Quilombola De Mituaçu (PB-Brasil) Séculos XVII-XXI**. Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa PEC/MS/MDA/ INCRA/PRONERA/UFPB, Departamento de História. João Pessoa-PB, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/neabi/pdf/Biblioteca%20Digital/Monografias/GLAUCIE%20PEREIRA%20DOS%20SANTOS.pdf> . Acesso em: 20. jun. 2020.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Geographia**, Universidade de São Paulo, ano 1, n.º 1, 1999.

SANTOS, Thayonara Marina da Silva. **“A qualidade somos nós”: Considerações sobre cuidado na atuação das agentes comunitárias de saúde em Mituaçu, Conde – PB**. Monografia. (Licenciatura em Ciências Sociais). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SANTOS, Thayonara Marina da Silva; SANTOS, Nádja Silva dos. Biointeração e outros saberes quilombolas: Contribuições de Antônio Bispo para contra-colonizar a vida. In: **45º Encontro Anual da ANPOCS**, 2021, São Paulo. Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021.

SEGATA, Jean & RIFIOTIS, Theophilos (ed.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, p. 21-66, 2016.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu: A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, Georgia Kessia Cavalcanti da; NEVES, Ednalva Maciel. Adoecimento genético: Estudo sobre o caso da anemia falciforme. In: FRANCH, Mônica et al. **1ª Reunião de Antropologia da Saúde (RAS)**. Cidadania e políticas da Vida. 2016, Recife (e-book), Pipa Comunicação, 248 p. v. 1. 2016 p. 104 -111 Disponível em: <https://issuu.com/pipacomunica/docs/anais-ras/1>. Acesso em 8 de novembro de 2020.

SILVA, Givânia Maria da. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas, territórios de existências negras femininas**. São Paulo, Jandaíra, 2020. p.51-58.

SOCIOAMBIENTAL, Instituto. **Conaq e ISA lançam o Observatório da Covid-19 nos quilombos**. 28 mai. 2020. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/observatorio-da-covid-19-nos-quilombos/>. Acesso em: 02. de Abr. de 2020.

TEIXEIRA, Tadeu Gomes; SAMPAIO, Camila Alves Machado. **Análise orçamentária do Programa Brasil Quilombola no Brasil e no Maranhão: o ocaso de uma política pública**. Revista de Administração Pública, p. 461-480. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170323>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

VARGAS, István van Deursen; CARDOSO, Raimundo Luís Silva. Controle da hipertensão arterial sistêmica na população negra no Maranhão: problemas e desafios. **Saude soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 664-671, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162616>. Acesso em 8 de novembro de 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; REIS, Rosana. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**. São Paulo, n. 10, p. 6-31, 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>. Acesso em 10. nov. 2021.

VESENTINI, José William. **Sociedade e Espaço: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 2005.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde & Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, 2016.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In. VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Acesso em: 28 de fevereiro de 2021. Disponível Em: <https://csociais.files.wordpress.com/2018/03/velho-otavio-guilherme-o-fenc3b4meno-urbano.pdf>.

